



espaços turísticos urbanos

uma proposta de equipamento público e requalificação urbana voltada ao turismo em Boa Esperança (MG).

joão paulo chagas maia vilela
orientador mauro santoro campello



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

João Paulo Chagas Maia Vilela

Espaços turísticos urbanos:

Uma proposta de equipamento público e requalificação urbana voltada ao turismo em Boa Esperança (MG).

Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I.

Orientador: Prof. Mauro Santoro Campello

Juiz de Fora
Julho/ 2017

Para Boa Esperança, minha cidade natal, como
forma de gratidão e afeto!

Agradecimentos.

A Deus por me permitir viver e vencer mais esta etapa da minha vida.

Aos meus pais Régis e Júnia pela inspiração e pelo esforço contínuo em prol do meu sucesso e da realização dos meus sonhos. Muito obrigado por cada palavra de apoio, cada oração e por todo o sacrifício para que eu chegasse até aqui. Ao meu irmão Pedro, pela amizade e por ser meu apoio familiar em Juiz de Fora. À Giulia por estar sempre presente, me incentivando e proporcionando momentos únicos ao seu lado. E à minha família, porque sei que muitos de vocês torceram por esta conquista.

Ao professor Mauro Campello por ter me aceitado como orientando, oferecendo o devido suporte e confiança. Ao professor Fernando Lima por me possibilitar o contato com a pesquisa acadêmica. Aos meus chefes, os arquitetos Rafael Valentim e Raquel Ferreira, por toda a ajuda e compreensão: obrigado pelas oportunidades, pelo reconhecimento e por cada ensinamento. Ao amigo Thiago Nogueira pela belíssima capa. Agradeço também à bibliotecária Elaine Monteiro, à escritora Marlene de Oliveira, à Aline e ao Evandro (funcionários da Prefeitura Municipal de Boa Esperança), e à minha querida avó Aparecida por me fornecerem material e informações indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, porém não menos importantes, aos meus amigos: aos de Boa Esperança por me lembrarem de que a amizade quando é verdadeira nunca acaba, e aos de Juiz de Fora, por terem me dado o prazer do convívio. Meu muito obrigado por cada experiência que passamos juntos e por fazerem delas, escapes das dificuldades e dos problemas.

Meus sinceros agradecimentos a todos! Sem vocês eu não teria conseguido!

Minas é tão impressionante que tem até mar nas montanhas.

Rubem Alves, mineiro de Boa Esperança.

Resumo.

Esta monografia estuda questões pertinentes ao desenvolvimento do projeto de um Centro de Apoio ao Turista para Boa Esperança (MG). Com a construção da hidrelétrica de Furnas na década de 60, a cidade ganha na sua área central um grande lago, conhecido como Lago dos Encantos, passando a oferecer ainda maior potencial turístico. Porém, o setor sempre demandou planejamento e investimentos. O equipamento público atrelado à requalificação urbana do entorno visam o melhor atendimento dos visitantes e a promoção da imagem da cidade como verdadeiro produto turístico, uma vez que o objetivo é desenvolver sua incipiente infraestrutura de apoio, permitindo melhor qualidade dos espaços turísticos e da prestação de serviços. O texto se inicia relacionando os conceitos de paisagem, cultura e turismo, com o intuito de entender o porquê de determinados lugares tomarem usos turísticos, sobretudo nas experiências singulares que as paisagens podem despertar; com isso, discute-se o turismo em reservatórios de hidrelétricas, cuja relação da atividade está para com os recursos hídricos, direcionando o foco para o contexto de Furnas. A partir de então, estuda-se a morfologia urbana da cidade, analisando seu comportamento antes e após a nova conformação paisagística e quais os impactos e as oportunidades criadas ao município. São apresentados quatro estudos de caso, dois em escala urbana e dois em escala arquitetônica, de projetos em áreas de uso turístico e recreativo. E por fim, são descritos os temas e diretrizes do projeto a ser elaborado, acompanhados do diagnóstico do recorte definido, o programa e o pré-dimensionamento das propostas.

Palavras-chave

Centro de Apoio ao Turista. Requalificação. Paisagem. Turismo.

Abstract.

This paper aims to study pertinent issues to the development of the project of a Tourist Supporting Center for Boa Esperança (MG). With the construction of the Furnas hydroelectric plant in the 60's, the city gains in its central area a large lake, known as "Lago dos Encantos", offering even greater tourist potential. However, the sector has always demanded planning and investments. The public equipment linked to the urban requalification of the surroundings aim at the best attendance of the visitors and the promotion of the image of the city as a true tourist product, since the objective is to develop its incipient infrastructure of support, allowing better quality of the tourist spaces and the provision of services. The text begins by relating the concepts of landscape, culture and tourism, in order to understand why certain places take tourist uses, especially in the unique experiences that landscapes can awaken; Thus, tourism is discussed in hydroelectric reservoirs, whose relation of activity is with the water resources, directing the focus to the context of Furnas. From then on, the urban morphology of the city is studied, analyzing its behavior before and after the new landscape conformation and which impacts and opportunities created to the municipality. Four case studies are presented, two on an urban scale and two on an architectural scale, of projects in tourist and recreational areas. Finally, the themes and guidelines of the project to be elaborated are described, accompanied by the diagnosis of the defined cut, the program and the pre-sizing of the proposals.

Keywords

Tourist Supporting Center. Requalification. Landscape. Tourism.

Lista de Figuras.

Figura 1: Os elementos construtores da paisagem.	4
Figura 2: Esquema ilustrativo do funcionamento de uma hidrelétrica (modificado)...	25
Figura 3: Represa de Furnas antes e depois da sua construção.	30
Figura 4: Os eixos do reservatório de Furnas.	31
Figura 5: Área da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas.	32
Figura 6: Cidade inundada pelas águas de Furnas: Guapé (MG) (modificada).	34
Figura 7: Fotos da região do reservatório de Furnas.	36
Figura 8: Atividade turística nas cidades lindeiras ao reservatório de Furnas.....	38
Figura 9: Localização do município de Boa Esperança (MG), Brasil.....	40
Figura 10: Municípios vizinhos de Boa Esperança e a hidrografia da região.	41
Figura 11: Limites do Município de Boa Esperança (MG) e principais cursos d'água.	42
Figura 12: O Lago dos Encantos e a cidade de Boa Esperança (MG).....	42
Figura 13: O altar-mor em estilo barroco da antiga Ermida de Nossa Senhora das Dores - o único remanescente da sua primeira configuração - fotos de 1969 e 2013.	45
Figura 14: Serra da Boa Esperança - cadeia de montanhas que dá nome à cidade.	46
Figura 15: Foto aérea da área Central da cidade antes do Lago de Furnas.	48
Figura 16: Foto aérea da Rua Capitão Neves em sentido à Avenida da Saudade. ..	49
Figura 17: Bifurcação da Rua Capitão Neves - início do morro do Cemitério Novo. .	49
Figura 18: Os núcleos iniciais de ocupação de Boa Esperança (MG).....	51
Figura 19: O perímetro urbano de Boa Esperança (MG) em 1938 (provável).....	53
Figura 20: Rua Capitão Neves (s/d e 2015).	55
Figura 21: Pastagens e áreas inundadas pelo Lago dos Encantos – nos fundos da primeira fotografia a cidade de Boa Esperança (MG).	56
Figura 22: Fotos da Beira Lago (s/d e 2013).....	56
Figura 23: Fotos aéreas, antes e depois da cidade já com o Lago dos Encantos (s/d).	57
Figura 24: O tecido urbano de Boa Esperança (MG): antes e depois do Lago de Furnas.	58

Figura 25: Foto panorâmica de Boa Esperança (MG) – parte da margem Sul e a margem Norte.	59
Figura 26: Foto panorâmica de Boa Esperança (MG) – a margem Sul.....	59
Figura 27: A região central de Boa Esperança (MG), o Lago dos Encantos e aos fundos, a Serra da Boa Esperança.	59
Figura 28: As margens Norte e Sul do Lago dos Encantos - Boa Esperança (MG)..	60
Figura 29: A relação entre Boa Esperança (MG) e a margem Sul do Lago dos Encantos.	60
Figura 30: Obras de reurbanização ao redor do Lago dos Encantos - Boa Esperança (MG).	61
Figura 31: Fotos dos espaços de lazer na margem sul do Lago dos Encantos.	62
Figura 32: Macro porções e vetores de crescimento urbano de Boa Esperança (MG).	64
Figura 33: O atual tecido urbano de Boa Esperança (MG).	65
Figura 34: Atrativos turísticos de Boa Esperança (MG).	69
Figura 35: Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas - municípios associados.....	70
Gráfico 1: Principais motivações turísticas de Boa Esperança (MG).	72
Gráfico 2: Pontos fortes do turismo em Boa Esperança (MG).	73
Gráfico 3: Pontos fracos do turismo em Boa Esperança (MG).....	73
Gráfico 4: Principal produto turístico de Boa Esperança (MG).	73
Figura 36: Masterplan do projeto da Orla do Lago Paprocany.....	75
Figura 37: Plataformas/seções da intervenção: I, II, III e IV respectivamente.....	76
Figura 38: O passeio em madeira e sua relação com a paisagem.....	77
Figura 39: Mobiliário urbano e materiais - bancos de concreto, de madeira e rendário.....	77
Figura 40: Masterplan da intervenção na Orla do Guaíba e a localização dos equipamentos do Setor 5.	79
Figura 41: Imagens 3D do projeto - proximidades da Usina do Gasômetro (5A).	81
Figura 42: Imagens 3D do projeto - faixas de praia, passeios e decks de madeira (5B).	81
Figura 43: Imagens 3D do projeto - Marina Pública e foz do Arroio Dilúvio (5C e 5D).	81
Figura 44: Esquema explicativo do conceito e da forma do InfoPoint.	83
Figura 45: Imagem 3D do projeto - a relação entre o objeto e a Igrejinha.	83

Figura 46: Imagem 3D do projeto - forma, usos, materiais e a relação com a Lagoa.	84
Figura 47: Planta baixa do pavimento térreo (sem escala).	85
Figura 48: Planta baixa do subsolo (sem escala).	85
Figura 49: Corte esquemático - forma, relação dos pavimentos e topografia (sem escala).....	86
Figura 50: Implantação do Cais da Folgosa (sem escala).	87
Figura 51: Croqui e elevação principal do projeto.	88
Figura 52: Planta baixa e corte longitudinal do bar/restaurante (sem escala).	88
Figura 53: A relação do projeto com o rio e com a paisagem.	88
Figura 54: Os edifícios do bar/restaurante e do centro de informações turísticas.	89
Figura 55: Mapa da área de intervenção do projeto.	97
Figura 56: Fotos panorâmicas do local do terreno escolhido (destaque em vermelho) - vista da Avenida JK e da Rua Capitão Neves, respectivamente.....	98
Figura 57: Mapa de usos do entorno da área de intervenção.	98
Figura 58: Mapa de gabaritos do entorno da área de intervenção.	99
Figura 59: Mapa de fluxos do entorno da área de intervenção.	100
Figura 60: Mapa de mobiliário urbano da área de intervenção.	100
Figura 61: Fotos do mobiliário urbano do recorte de intervenção.	101
Figura 62: Fotos do mobiliário urbano do recorte de intervenção.	101
Figura 63: Problemas da infraestrutura urbana do local.....	103
Figura 64: Desgaste do mobiliário urbano existente.	103
Figura 65: Fotos do percurso ao longo da área de intervenção.	104
Figura 66: Mapa de setorização do entorno do Lago Artificial de Boa Esperança. .	105
Figura 67: Setorização do Centro de Apoio ao Turista.....	111
Figura 68: Fluxograma do Centro de Apoio ao Turista.....	112

Lista de Tabelas.

Tabela 1: Alterações resultantes da implantação de usinas hidrelétricas e reservatórios.....	26
Tabela 2: Municípios limediros ao reservatório de Furnas e áreas inundadas.....	35
Tabela 3: Localização da população do município de acordo o Censo de 1950.....	54
Tabela 4: Objetivos gerais e propostas dos Setores 5, 6, 7 e 8:	79
Tabela 5: Principais características do projeto – Setor 5:	80
Tabela 6: Pré-dimensionamento dos ambientes do Centro de Apoio ao Turista por setor.	107

Sumário.

Introdução.....	1
1. Revisão Bibliográfica.....	3
1.1. O conceito de paisagem.	3
1.2. A paisagem como elemento cultural.	6
1.3. Paisagem, cultura e turismo: a motivação turística.	8
1.4. Espaços turísticos: um panorama geral.	12
1.4.1. Um breve histórico do turismo.	14
1.4.2. Espaço turístico e seu planejamento.	18
2. O uso turístico de recursos hídricos.....	21
2.1. Os corpos d'água e as cidades.	21
2.2. Turismo em reservatório de hidrelétricas.	24
2.2.1. Os impactos da construção de hidrelétricas.	24
2.2.2. Potencial turístico de lagos de hidrelétricas.	27
2.3. O caso de Furnas (MG).	28
2.3.1. Contextualização, localização e características.	28
2.3.2. Os impactos da construção e as transformações na paisagem.	32
3. A cidade de Boa Esperança (MG).	40
3.1. Dados gerais do Município.	40
3.2. Aspectos históricos do Município.	43
3.3. Análise urbana e da paisagem.	46
3.3.1. A cidade e a paisagem do passado.	47
3.3.2. A paisagem atual.	59
3.4. Boa Esperança e a atividade turística.	68
3.4.1. O Plano Municipal de Turismo de Boa Esperança (MG).	71
4. Estudos de Caso.	74
4.1. Reurbanização da Orla do Lago Paprocany, Polônia (2014).	74
4.2. Projeto da Orla do Lago Guaíba em Porto Alegre – RS (2012).	78
4.3. InfoPoint na Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte – MG (2014).	81
4.4. Cais Turístico e Fluvial de Folgosa, Portugal (2012).	86

4.5. Considerações gerais.	89
5. Diretrizes Projetuais.....	91
5.1. Temas do Projeto.	91
5.1.1. Centro de Apoio ao Turista: equipamento público de apoio ao turismo. ..	91
5.1.2. Requalificação urbana: intervenções urbano-paisagísticas na área entorno do equipamento público.	93
5.1.3. Justificativa dos temas.	94
5.2. A área de intervenção.....	96
5.2.1. Diagnóstico e caracterização da área.	98
5.2.2. Fatores preponderantes ao projeto.	105
5.3. Programa de necessidades e pré-dimensionamento básico.	107
5.3.1. Descrição dos ambientes: Centro de Apoio ao Turista.	108
5.3.2. Setorização e fluxograma.....	111
Conclusão.....	113
Bibliografia.....	115

Introdução.

Esta monografia estuda questões pertinentes ao desenvolvimento do projeto de um Centro de Apoio ao Turista para a cidade de Boa Esperança. Localizada no Sul de Minas Gerais, a cidade vê a atividade turística tomar maiores proporções após a construção da hidrelétrica de Furnas, no início dos anos 60. Do alagamento de grandes porções de terras e até mesmo cidades inteiras, surgem balneários, cânions e cachoeiras que conformam um dos maiores reservatórios de água do mundo. O represamento das águas trouxe inúmeras alterações na paisagem e na vida das famílias, fazendo com que Boa Esperança, assim como várias outras cidades ganhassem um 'novo' cartão postal, apelidado 'Mar de Minas'. A paisagem conformada e sua respectiva potencialidade como produto turístico passam a atrair quantidade significativa de visitantes à região, além de se estabelecer rapidamente como importante elemento na identidade dos moradores (LEMOS JÚNIOR, 2010).

É a partir da relação entre os conceitos de paisagem, cultura e turismo que se busca entender o porquê que determinados lugares passam a ter vocação turística. Produto das transformações e adaptações humanas do seu espaço circundante, as paisagens representam a interação entre homem e natureza, assumindo formas, funções e percepções completamente distintas ao longo do tempo e estabelecendo-se como veículos de ideias, transmissoras de valores, tradutoras de culturas e de relações socioeconômicas.

Seja por uma necessidade pessoal, por um valor estético, pela história que os lugares podem contar ou até mesmo pelo valor econômico que eles traduzem, podemos afirmar que os lugares turísticos são visitados por motivos pré-estabelecidos em sociedade, frutos de aspirações culturais, de valores intrínsecos ao homem. Isso coloca a paisagem como um "componente essencial para o desenvolvimento do turismo" (MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 57), pois, a partir do momento em que ela e a atividade turística despertam experiências singulares, causando interesse, vontade e valor, são construídos destinos atrativos.

A prática turística está diretamente relacionada à procura do prazer, do bem-estar e dos momentos de descanso que os atrativos podiam proporcionar – destacam-se aqui as cidades termais e os balneários, que historicamente despertam

atração turística. Apesar de no início ser uma prática exclusiva das classes mais altas, atualmente o turismo se transformou em um fenômeno de massas, tomando grande importância econômica e demandando cada vez mais investimentos em sua infraestrutura, assim como no planejamento urbano dos espaços turísticos. O texto trata apenas a relação entre espaço urbano e turismo não porque a atividade se desenvolve somente em ambiente urbano, mas pelo fato deste estudo contemplar esta dinâmica em específico: o espaço turístico urbano.

Os impactos sobre o meio ambiente têm suas causas no solucionamento de demandas humanas e como consequência, formas naturais e paisagens drasticamente alteradas. As inundações provenientes da construção de hidrelétricas trazem além de muitos impactos, também muitas oportunidades. Estas áreas passam a traduzir relevante vislumbre turístico, conformando cenários de grande valor paisagístico e permitindo o contato entre natureza e ambiente urbano (que é um desejo do turista contemporâneo). É a partir do uso recreativo desses reservatórios e de suas áreas marginais que essas áreas tornam-se cobiçadas.

Boa Esperança, neste contexto, tem parte de sua área urbana inundada e a criação de um lago artificial na área central da cidade, conhecido como Lago dos Encantos. O Lago não trouxe consigo somente transformações na morfologia da cidade, mas também um processo de reurbanização. Seu espaço urbano e suas atividades econômicas passam a ser reflexo de uma nova dinâmica, que passam tê-lo como um elemento de referência e de atração, influenciando na valorização da terra, no crescimento e na ocupação da cidade. A nova conformação paisagística, acompanhada do esforço constante de desenvolver a economia do município, passou a valorizar cada vez mais o turismo como atividade econômica promissora. Porém, somente a atribuição de potencial turístico não a configura como cidade turística: deve haver planejamento da atividade, qualidade na prestação de serviços e maior oferta de infraestruturas.

O que se pretende é avaliar a importância da infraestrutura urbana e turística para a atividade, propondo o desenvolvimento de um equipamento público de apoio aos visitantes às margens do Lago, a requalificação urbana dos espaços de entorno e a partir disso, indicar como estas propostas podem incentivar e potencializar o turismo em Boa Esperança.

1. Revisão Bibliográfica.

1.1. O conceito de paisagem.

O ser humano desde os primórdios da sua existência revela-se como ser que produz e modifica espaços. Segundo Milagres e Souza (2012), é necessário ao homem transformar o seu espaço circundante e a natureza ao seu redor como garantia de sobrevivência, o que possibilita desenvolver seu físico, sua inteligência, sua moral e seus valores culturais. A condição de adaptar-se exigiu cada vez mais o seu domínio sobre o meio ambiente, e como consequência, trouxe uma série de mudanças nas formas naturais. Essas mudanças estiveram, ao longo da história, ligadas a uma série de acontecimentos: o desenvolvimento da agricultura, do pastoreio, da navegação, do comércio, da indústria, da ciência, da tecnologia além do crescimento populacional, ou seja, sempre atrelada a processos produtivos e à construção de sociedades.

Da relação que o homem estabelece com a natureza são criados novos elementos e novas formas, sendo estes, construtores de diferentes tipos de paisagens. A paisagem está intimamente ligada ao olhar, à imagem, à percepção humana, a um ponto de vista, logo, a uma série de conotações distintas, sendo a sua conceitualização considerada controversa, polêmica e complexa (CRUZ, 2002).

Ao longo da história, a paisagem foi assumindo vários significados, sendo usada com as mais variadas conotações. Rapidamente pode ser reconhecida uma séria ampla desse entendimento: 1. Representação na arte por meio de um quadro de uma parcela da Terra; 2. Impressões dos sentidos sobre o meio ambiente da Terra; 3. Formas externas de surgimento de fenômenos de uma parcela da superfície da Terra; 4. Condição, propriedade natural de uma região; 5. Marcas culturais de uma região; 6. Características genéricas de uma parcela da Terra; 7. Espaço delimitado; 8. Corporação político legal ou organização; 9. Área ou expansão de uma determinada categoria de objeto que constitui sequências topológicas (GOMES, *apud* MILAGRES; SOUZA, 2012, p. 48).

Metzger (2001 p. 2) afirma que a “noção inicial, visual e estética de paisagem adotada [...] até a segunda metade do século XVIII” principalmente pelos movimentos artísticos e pela literatura, surgiu da possibilidade de representações do mundo sob diferentes formas, ou ainda, segundo Milagres e Souza (2012 p. 44), da

“necessidade de se estudar as relações entre a sociedade e a natureza, o homem e o ambiente, funcionando então como importante exercício de reflexão destas relações”. Isso se deve ao fato das paisagens estarem intimamente ligadas à capacidade do homem em transformar o meio em que ele vive, em modificar as formas naturais, em produzir e organizar seus espaços.

O aspecto visível das paisagens, ou melhor, aquilo que pode ser percebido pelo olhar, é consequência da materialização de inúmeras circunstâncias estabelecidas em diferentes momentos históricos. Este fenômeno se dá na medida em que se instalam formas sobre o espaço, e assim, criam-se paisagens completamente distintas – isto vale tanto para a construção, como também para a percepção das mesmas. Com isso, elas se estabelecem como estruturas dinâmicas, tendo o tempo e os valores sociais como fatores determinantes. Os espaços, portanto, estão constantemente assumindo novas funções, pois, sempre:

[...] haverá novas configurações sociais, econômicas e culturais que levarão a construção de novas formas e uma readequação das funções existentes para as formas antigas e atuais. [...] A inter-relação entre as formas, as funções e seus componentes se organizam num arcabouço que chamamos de estrutura, outra categoria de análise do espaço (MILAGRES; SOUZA, 2012, p. 40).

Entender, portanto, a ação do homem sobre a natureza e a consequência dessas ações é o mesmo que fazer uma análise dos espaços construídos por ele: conhecendo suas formas, suas funções, esclarecendo que a paisagem é construída por elementos (Figura 1), sobretudo atrelados a processos e estruturas sociais decorrentes da história da humanidade (MILAGRES; SOUZA, 2012), sendo capaz, segundo Ulpiano Meneses (2002), de relatarem a história, comportando-se como a nossa pele, guardando cicatrizes de acontecimentos passados e permitindo que estes, também se relacionem com o presente.

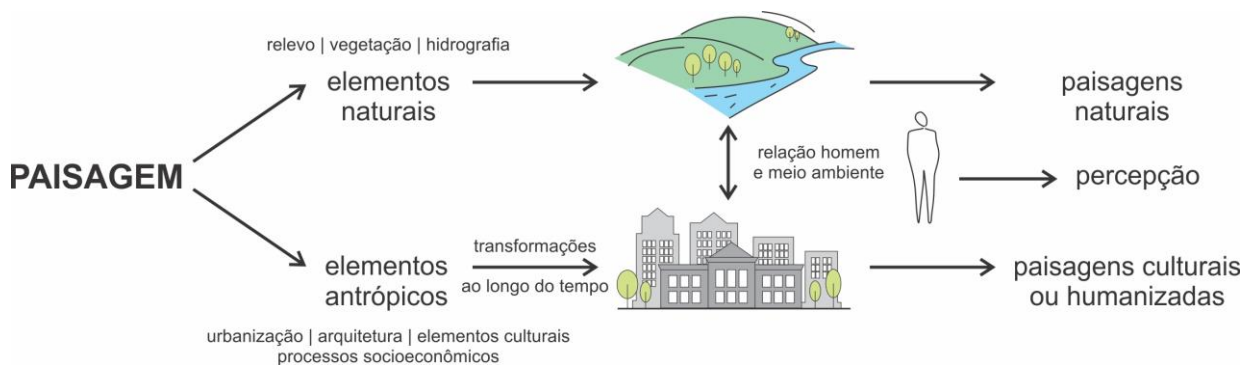


Figura 1: Os elementos construtores da paisagem.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Outra vinculação que o estudo de Milagres e Souza (2012) apresenta é acerca da relação entre paisagem e percepção. A paisagem, entendida como a “porção visível do espaço geográfico” (CRUZ, 2002 p. 107), ou como “aquilo que se vê”, ou ainda como “fruto [de uma] observação [que] resulta de um processo cognitivo” (CASTRO, 2002 p. 122), traduz uma conexão direta com o observador. O ato de observar torna-se imprescindível; sem ele a paisagem não é percebida, não é interpretada, e assim, as relações entre sociedade e natureza não são desvendadas. Esse fato impõe grande importância na figura do homem, pois ele pode percebê-las.

Neste contexto, é possível também discutir sobre dois aspectos da percepção das paisagens: a sua dimensão e como as observamos. Sobre o primeiro aspecto, o da dimensão da paisagem, ou seja, do seu entendimento, Emídio (2006, *apud* MILAGRES; SOUZA, 2012, p. 51) afirma que a percepção da paisagem depende da posição em que o observador se encontra: depende “do quê, do como, de quando e do quanto se vê, variando por causa de deslocamentos físicos, frequências e luminosidade durante os períodos do dia”. Segundo ele, a paisagem é apresentada de forma fracionada ao homem, onde somente um olhar não pode visualizar sua totalidade, tornando cada vez mais plural as suas interpretações. É como se “a cada paisagem sempre se sucederá outra, e assim por diante”, ou seja, como se existissem escalas de observação que determinarão consubstancialmente a forma pela qual elas são percebidas (MACEDO, 2002 p.185). Pensando nisso, têm-se como resultado inúmeras compreensões destes olhares, sendo pertinente considerar que filtros sociais e bagagens culturais então também intrínsecas a estas análises, e assim, acabam por guiar o valor atribuído a elas. Collot (1990) ainda reforça o papel do observador na leitura das paisagens comentando que a:

[...] paisagem é um espaço plástico, apta a ser configurada por cada percepção individual que, por sua vez, pode vir a enriquecer, se for o caso as representações coletivas [...] ela pode ser a oportunidade de uma criação permanente de significações ou de uma repetição indefinida de esteriótipos (*apud* MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 50).

O segundo aspecto refere-se à forma pela qual o observador pode entender a paisagem. Sabe-se que há distinção entre olhar e observar. O ato de olhar é simplesmente tornar algo visível ao olho, ao sentido da visão, portanto, se enxerga o que é fato, concreto, físico, ou melhor, é uma sensação objetiva; que se diferencia neste ponto do ato de observar, onde a essência do que se vê pode ser

compreendida, interpretada, sentida, traduzindo um valor subjetivo ao simples ato de olhar. É a partir destes conceitos que Milagres e Souza (2012) distinguem o ver fenomenal do relacional, segundo a abordagem de Hoffman (1990):

[...] quando vemos no sentido fenomenal, vemos o modo como as coisas nos parecem, o modo que se apresentam visualmente a nós, o modo como as experimentamos visualmente; e quando vemos no sentido relacional significa com o que interagimos quando olhamos (MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 48).

A pluralidade na percepção das paisagens é reflexo de valores sociais, culturais, econômicos, filosóficos e até mesmo religiosos, que as pessoas, com distintos estilos de vida, levam em consideração no estabelecimento de valores simbólicos e na importância atribuída aos conjuntos paisagísticos. Milagres e Souza (2012, p. 49) afirmam que “é preciso, pois, perguntar como o homem percebe a paisagem, a fim de compreender sua relação com o ambiente”. E é assim que é construído o valor e o interesse às paisagens. Exemplos desta dinâmica são detalhados por Macedo (2002): o valor paisagístico de um lugar é um consenso popular a partir de uma identidade que o local passa em relação aos demais. Segundo ele, existem três qualidades definidoras deste valor: 1. A excepcionalidade (destaque morfológico - ex.: Pão de Açúcar no Rio de Janeiro); 2. A estética do lugar (depende dos padrões culturais que definem a determinação destes valores - ex.: conjuntos arquitetônicos ecléticos na atualidade); e 3. A afetividade (identidade e presença cotidiana - ex.: edifícios antigos ou praças verdejantes).

1.2. A paisagem como elemento cultural.

Até aqui fica claro que as paisagens são veículos de ideias, transmissoras de valores, tradutoras de culturas e de relações socioeconômicas, mas essa concepção culturalista do conceito de paisagem é posterior e bem recente. Desenvolvida a partir da segunda metade do século XX, geógrafos alemães passaram a estudar a análise da morfologia da paisagem considerando aspectos culturais e estilos de vida da sociedade, defendendo a ideia de que o homem ‘desenha’ suas paisagens segundo um modo de viver, segundo seus sentimentos, suas interpretações e representações, através de símbolos, palavras ou imagens (MILAGRES; SOUZA, 2012).

De acordo com Britto e Ferreira (2011), toda ciência possui seus principais objetos de estudo, denominados 'conceitos-chaves'. Na Geografia isso não é diferente: a paisagem toma notoriedade nos estudos geográficos. Ainda segundo as autoras, a geografia pertence à área das ciências da Terra assim como a das ciências humanas, passando então a privilegiar a compreensão entre sociedade e natureza e, a partir disso, as relações e as organizações espaciais dentro dos complexos paisagísticos. O que confirma – como já explicado anteriormente – a sua dinamicidade. A definição do termo paisagem – com coerência neste contexto – pode ser apresentada por Milagres e Souza (2012 p. 38), como a “materialização de um instante da sociedade, por se perceber nela interferências materiais e imateriais, por ser ela o resultado da relação entre sociedade e natureza”, contudo esta lógica que relaciona natureza, paisagem e cultura provêm de abordagem conceitual recente.

Por apresentar posição privilegiada nos debates, o termo paisagem foi tratado ao longo do desenvolvimento da geografia sob diferentes maneiras. Este seu dinamismo conceitual tem suas causas nestes fatores: a paisagem esteve no centro das discussões dentro da geografia tradicional, porém, sob aquele olhar mais objetivo ao espaço geográfico; no decorrer dos tempos, profundas transformações reduzem seu enfoque ao conceito de paisagem, promovendo o conceito de espaço (construtores de formas, logo, de paisagens) sob uma perspectiva socioespacial. A defesa de que as relações sociais tinham ligação com a construção das paisagens começa aqui, por volta da década de 1970. Somente no fim do século XX que a subjetividade, a experiência e os simbolismos ganham peso no estudo das paisagens, passando então a ser revalorizada (MELO, 2005).

“Na geografia, a paisagem sempre possuiu caráter multifacetado, combinando formas e cultura, significados e valores” (BRITTO; FERREIRA, 2011 p. 2), ou seja, sempre recebendo ou uma conotação espacial – caracterizada historicamente a partir da estética e da fenomenologia – ou outra geopolítica – estabelecendo unidades territoriais. Diferentes conotações são expressas a partir de distintas situações, sendo estas, diretamente relacionadas a um dado momento histórico, a valores e padrões estabelecidos em sociedade e logo, a distintas necessidades e expectativas humanas – o que revela um processo contínuo também no estudo das paisagens.

1.3. Paisagem, cultura e turismo: a motivação turística.

A relação entre paisagem, cultura e a prática turística é íntima. A paisagem, como já discutido anteriormente é construída por diversos aspectos, sendo o cultural, de grande relevância: ela é moldada por hábitos, por modos de viver, pelas necessidades humanas. Dos aspectos culturais de um povo podemos elencar costumes que justificam a existência destes determinados hábitos. O turismo, como prática social tem sua motivação nestes aspectos, pois são eles que estimulam e suscitam o fenômeno turístico. Seja por uma necessidade pessoal, por um valor estético estabelecido, ou pela história que os lugares podem contar ou até mesmo pelo valor econômico que eles traduzem, podemos afirmar que os lugares turísticos são visitados por motivos pré-estabelecidos em sociedade, frutos de aspirações culturais.

Uma das formas de se relacionar turismo e meio ambiente parte do entendimento de que as paisagens – marcas da presença do homem no mundo – são a base de toda e qualquer atividade turística, ou melhor, são “transformada[s] em produto a ser consumido” (LIMA, 2001 p. 8), uma vez que para a mesma, “os lugares de desfrute do lazer e do ócio são produtos de uma mescla entre natureza e cultura, com aspectos visuais particulares e significativos para composições de imagens suficientemente atraentes para induzir [esse] consumo” (MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 56). Neste contexto, Cruz (2002) explica:

O turismo é a única prática social que consome, fundamentalmente, espaço, sendo este consumo efetivado por meio da apropriação do espaço pelo turismo, ou seja, por meio das formas de consumo (serviços de hospedagem, de restauração, de lazer, bem como o consumo da paisagem) que se estabelecem entre turista e lugar visitado. O turismo como atividade humana, aponta Nicolás (1989), é a única que aproveita o espaço tanto por seu valor paisagístico como pelas condições ambientais que prevalecem (clima, hidrologia, vegetação, etc.) (CRUZ, 2002 p. 109).

A paisagem, neste sentido, assume posição valorizada e de destaque para a atividade, tornando-se “componente essencial para o desenvolvimento do turismo”, sendo “ao mesmo tempo matéria prima [...] e também seu produto”, pois são inevitáveis seus impactos na construção e na manutenção destes lugares (MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 57). Estes lugares, denominados “lugares turísticos”, são definidos por Silva (*apud* MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 56), como “cenários

produzidos sobre uma base paisagística preexistente que, associada a aspectos culturais, históricos e geográficos constituem a matéria para o processo contínuo de produção e consumo”.

Desta maneira, “a escolha e a admiração dos lugares turísticos [...] se dão por suas paisagens, testemunhos visuais de elementos estéticos e simbólicos construídos historicamente” (MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 57), ou ainda, “paisagem e turismo estão associados às experiências que os homens têm na Terra, da natureza e do ambiente, à maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações” (CLAVAL *apud* MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 59). Quando estas transformações do homem no seu próprio espaço permitem experiências singulares, as paisagens então despertam interesse, vontade e valor, ou melhor, tornam-se atrativas.

Esta “escolha, admiração e atração” dos lugares turísticos estão diretamente relacionadas ao que se conhece como motivação turística – assunto bastante discutido e que traz inúmeras concepções. Compreender o comportamento turístico das pessoas, ou seja, buscar entender porque elas viajam, porque elas escolhem determinados locais de visita, porque algumas delas preferem um tipo de viagem e outras não, porque dão valor a certos destinos turísticos; são questões geradoras de grandes repercussões e instigam diversos estudos. Entender as preferências das pessoas, suas escolhas e o que elas desejam, colocam os fatores psicológicos em primeiro plano nas teorias da motivação turística (DIAS, 2009).

Roberto Dias (2009) em seu texto *Visão de síntese sobre a problemática da motivação turística* busca explicar e comparar as abordagens adotadas nos estudos de motivação turística. Segundo ele, existem duas abordagens principais: a psicossocial e a sociológica. Na abordagem psicossocial a motivação turística é concebida por mecanismos psicológicos, ou seja, por fatores pessoais do turista – personalidade, satisfação de necessidades básicas, curiosidade, gratificação própria e equilíbrio pessoal; enquanto na perspectiva sociológica são as condições sociais que impulsionam a atividade. Segundo Dias (2009), a motivação está no fato do homem querer romper com o seu modo de vida, com o seu cotidiano, baseando-se em fatores “*push-pull*”¹ e na procura por autenticidade, ou seja, por experiências

¹ O modelo dos fatores “*push-pull*”, segundo Jamal e Lee (2003 *apud* DIAS, 2009) foi proposto por Dann (1977). A teoria se baseia na noção durkheimiana de anomia, que refere-se ao “desejo de transcender o sentimento de solidão inerente à vida cotidiana” (DIAS, 2009 p. 129).

culturais genuínas – já escassas no mundo moderno. Este modelo “*push-pull*” diz que as viagens são resultantes de duas forças motivacionais: as forças sócio-psicológicas ou forças “*push*” (que impulsionam e interessam as experiências dos indivíduos, ou seja, suas necessidades pessoais) e as atrações do destino turístico ou forças “*pull*” (que são os fatores que atraem estes indivíduos aos destinos como as paisagens, o clima, a cultura, os serviços turísticos, até mesmo os preços da viagem) (DIAS, 2009 p. 128-129).

Ainda de acordo com Dias (2009), além das abordagens já apresentadas, existem três fontes que também oferecem informações e dão suporte no entendimento das motivações turísticas: a História e a Literatura, a Psicologia e os estudos de mercado. Os acontecimentos históricos e seus relatos, segundo ele, deixam claro que o ato de viajar sempre foi comum ao homem, e que “a ideia de que as viagens estão relacionadas com o móbil da descoberta e da curiosidade foi muito recorrente na literatura ao longo de vinte séculos” (DIAS, 2009 p. 119).

Como principal motivação para as viagens de lazer há autores que referem um factor *pseudopatológico*, quase mórbido que, de tempos em tempos, obriga as pessoas a irem a “outro lugar”. Trata-se do “bicho de viagens”, referido por Mark Twain, de um “prurido [hesitação] ou comichão [tentação]”, segundo John Steinbeck ou, ainda, da “luxúria errante” ou “luxúria solar”, segundo os termos de Dichter (DIAS, 2009 p. 118-119).

A motivação na Psicologia é tratada por Dias (2009 p. 121-122), como “o organizador central da personalidade humana e o determinante básico de qualquer comportamento”, podendo então, reconhecer necessidades e estímulos pessoais através da experiência turística. Estas experiências se relacionam aos “benefícios percebidos [ou idealizados] pelos visitantes [...] durante a sua visita a um dado destino” (DIAS, 2009 p. 122), isto é, têm suas motivações também nestes anseios, nestas expectativas e, ainda segundo o autor, analisar empiricamente estes ‘motivos’ das viagens é o que ele chama de estudo de mercado, cujo objetivo é conhecer a sínteses destas razões de escolha e a satisfação gerada por determinados destino turísticos – este conceito dissemina uma visão mercadológica do bem turístico; aqui ele é tratado como produto de um sistema consumista, como um objeto de mercado.

Margarida Barretto (1998) também trata das motivações turística em sua obra *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*: “as motivações são as causas subjetivas que vão fazer com que o turista decida a sua viagem” (p. 64), ou seja, são os valores

intrínsecos ao turista adquiridos em experiências anteriores, ou por relatos de conhecidos, ou pela mídia, ou por livros ou até mesmo por uma “imaginação criativa” que induzem a construção da “imagem” do lugar e que a partir dela, tornam-se motivação para viajar, criando-lhe “necessidades” (ACERENZA, 1991 *apud* BARRETTO, 1998 p. 64). Pensando nisso, Arrigalla (1976 *apud* BARRETTO, 1998 p. 65) diz que as motivações fundamentais obedecem a três tipos de necessidades:

[1] de evasão (do cotidiano geral, condições de trabalho, de moradia, de vida social, ambientais): Esta motivação estaria no plano psicológico da escala de necessidades de Maslow², mas pode-se discutir que, em determinados casos, a evasão do cotidiano pode ser uma forma de preservar a saúde, fundamentalmente nas atuais condições de vida nas grandes cidades, que colocam o estresse como uma das principais causas de mortalidade.

[2] de descanso: Muito ligada à anterior. Descansar estaria dentro do plano das necessidades fisiológicas [do homem]. Implica descanso corporal mais do que descanso psíquico (que se daria na evasão).

[3] terapêuticas: É um conceito discutível já que, se há uma obrigatoriedade de viajar para fazer um determinado tratamento médico, há uma colisão com o conceito de turismo como atividade exercida de livre e espontânea vontade (BARRETTO, 1998 p. 65).

Diante de tantos conceitos, teorias e abordagens referentes às motivações que levam pessoas a exercer a prática do turismo, o que vale frisar é que todos eles – sem exceção – são consubstancialmente influenciados por aspectos culturais, ou melhor, por fatos e/ou valores construídos pelo homem em sociedade, baseados em modos de viver e pensar, logo, de agir e opinar. A partir do momento que a atividade turística se apoia no objeto paisagístico e claro, nas expressões culturais, ela toma também caráter plural, diverso e dinâmico, ou seja, em constante movimento.

Roberto Dias (2009), quando trata dos três principais componentes dos aspectos culturais, coloca, como elementos pertinentes ao estudo das motivações turísticas: a história (acontecimentos e períodos históricos), os fatores psicológicos (compilação de estruturas sociais de determinado tempo) e as forças econômicas (atividade comercial e estudos de mercado). O aspecto cultural, com isso, toma grande importância para o fenômeno turístico e de certa forma, um mérito duplo: constroem as paisagens – tidas como “produtos a serem consumidos” – e ainda

² A escala de Maslow hierarquiza as necessidades do homem: tem-se na base da pirâmide as *necessidades físicas* (fisiológicas e de segurança), em segundo lugar, as *necessidades sociais* (afetivas e de estima) e em terceiro, as *psíquicas* (autodesenvolvimento e auto realização). O turismo se enquadra nas *necessidades sociais* e assim como nas *psíquicas*, pois quem viaja traduz *status* social e também pode buscar o prazer, o autodesenvolvimento quando se busca conhecer novas culturas (BARRETTO, 1998).

assim, determina os princípios de valoração das mesmas, ou melhor, participa do processo de construção de lugares turísticos.

1.4. Espaços turísticos: um panorama geral.

Antes de tratar especificamente do espaço turístico é necessário definir determinados conceitos, de forma a traçar um panorama geral da construção destes espaços, sobretudo sob um olhar histórico, com o objetivo de entender como a atividade se desenvolveu e quais os seus principais componentes: o recurso turístico, a infraestrutura turística e a sua relação com o ambiente urbano, ou melhor, com o planejamento destes espaços.

Neste primeiro momento é importante diferenciar os termos turismo e viagem. Barretto (1998 p. 12-13) separa turismo e viagem a partir da procura do prazer, das motivações com “razões espirituais ou vitais, mais próprias ou íntimas”; segundo ela, “turismo é uma atividade em que a pessoa busca o prazer por livre e espontânea vontade” e que, portanto, ele “inclui a viagem apenas como uma parte, havendo [assim,] muitas viagens que não são de turismo”. O turismo é, dessa maneira, “a indústria das viagens de prazer” (BARRETTO, 1998 p. 12).

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar para atender às correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras (FUSTER, 1973 *apud* BARRETTO, 1998 p. 11-12).

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exerce nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992 *apud* BARRETTO, 1998 p. 13).

Pelas definições apresentadas, pode-se perceber que o conceito de turismo é também bastante complexo. Em suma, o que se pode afirmar é que as pessoas têm o papel central, ou melhor, são as protagonistas – assim como nas áreas de conhecimento que sustentam o estudo do turismo como “a geografia, a história, o planejamento urbano e ambiental, a arquitetura e [o] urbanismo” (VARGAS, 2014 p.

4). Desta relação entre o turista, o núcleo receptor (ou destino) e as demais atividades decorrentes desta interação é que surge o fenômeno turístico: uma atividade multidisciplinar que, “em sua globalidade, não está formada só pelas pessoas que viajam e pelos bens e serviços que se lhes oferecem e utilizam, mas que entre uns e outros surgem uma série de relações e situações de fato de caráter econômico, sociológico e político” (ARRILLAGA, 1976 *apud* BARRETTO, 1999 p. 49).

A partir disso é certo dizer que para que o fenômeno turístico aconteça são necessários planejamento e infraestrutura. O produto turístico, é segundo Acerenza (1991 *apud* BARRETTO, 1998) composto por três elementos básicos: os atrativos (sítios - recursos naturais - eventos - recursos culturais), as facilidades ou infraestruturas (alojamento, alimentação, entretenimento e complementares) e acesso (transporte). A infraestrutura é a base material (edifícios, obras e serviços públicos) que garantem o mínimo de conforto da vida urbana e dentro da atividade turística, é constituída pela:

[1] infraestrutura de acesso (estradas, aeroportos, portos, rodoviárias, estações de trem).

[2] infraestrutura básica urbana (ruas, sarjetas, iluminação pública etc.).

[3] equipamentos turísticos, que são construções que permitem a prestação dos serviços turísticos (alojamentos, nos núcleos receptores; agências, nos núcleos emissores; transportadoras entre ambos; [centros de informação]).

[4] equipamentos de apoio, que são as instalações que permitem a prestação de serviços que não são exclusivamente turísticos, mas que são quase indispensáveis para o desenvolvimento desta atividade (rede de atenção médico-hospitalar, rede de atenção ao automóvel, rede de entretenimento, [rede gastronômica] etc.) (BARRETTO, 1998 p. 39).

Entende-se, portanto, por infraestrutura turística o “conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória do fenômeno turístico” (BARRETTO, 1999 p. 49) ou aquilo que “propicia as condições mínimas que viabilizam a realização do produto: sinalização turística, guias turísticos, pontos ou centros de informações turísticas” (FERREIRA; COUTINHO, 2002 p. 30), enquanto por planejamento, as políticas que administram e ordenam todo este conjunto de bens, equipamentos e serviços.

1.4.1. Um breve histórico do turismo.

Já se sabe que o ato de viajar é comum ao homem em todos os tempos históricos, porém o conceito de turismo não é tão antigo assim. Ele surge só no século XVII na Inglaterra, sob um tipo especial de viagem. A palavra turismo provém de *tour*³ que tem sua raiz no vocabulário francês e quer dizer 'volta' (BARRETTO, 1998).

A princípio, a motivação principal das viagens era a aventura. O objetivo educacional permeou as viagens desde o século XVIII até a metade do século XIX. Somente no final do século XIX aparece algo parecido com o conceito de lazer e será só a partir da segunda metade deste século que o turismo passará a ser o fenômeno de massas que conhecemos hoje e a ser estudado e visto como ciência (BARRETTO, 1998 p. 64).

O homem primitivo migrava em busca de melhores condições de sustento, porém, "viajar implica voltar, e o homem primitivo ficava no novo lugar desde que este lhe garantisse o sustento; ele não tencionava retornar [...] o que tampouco não tinha nada a ver com viagens ou turismo" (BARRETTO, 1998 p. 44). Alguns autores, segundo Barretto (1998), demarcam o início do turismo na Antiguidade Clássica: onde os gregos viajavam com destino aos jogos olímpicos; e os romanos pelo prazer, comércio e também atrás de descobertas - o mar, as águas termais, os templos e os festivais, o que os fizeram os primeiros viajantes por prazer.

Tempos mais tarde surgem as peregrinações, sobretudo entre os séculos II e III. Com motivação religiosa, Jerusalém (visitas ao Santo Sepulcro), Roma (cristãos 'romeiros') assim como Santiago de Compostela⁴ tornam-se grandes centros receptores de peregrinos. A partir do século V, a Europa começa a sofrer invasões de povos bárbaros, fator este que obteve grande influência nos relatos de viagens da Idade Média (século V ao XV), onde o homem se fixa nos feudos e passa a considerar as viagens como perigosas e caras, assim, o período registra poucos deslocamentos e pouca intensidade da atividade. É neste momento que a história também vivencia as Cruzadas e a Expansão Marítima, sobretudo pelos espanhóis e portugueses em busca do 'novo mundo'. As viagens neste período tinham cunho

³ A origem dos termos turista e turismo tem ligação com a prática do *Tour*, que surge no século XVIII. A etimologia de "*le tour*" remete itinerário em anel (volta) (DIAS, 2009).

⁴ Com a tomada de Jerusalém pelos turcos, Santiago de Compostela torna-se mais atrativa. Assim, em 1140 o francês Aymeric Picaud escreveu cinco volumes da história do apóstolo e introduz um roteiro de viagem com partida da França - este é considerado o primeiro guia turístico impresso (BARRETTO, 1998 p. 46).

mais “obrigatório”, e eram reservadas somente às classes mais altas, ou seja, expressavam grande prestígio social (BARRETTO, 1998).

É no século XVIII que o mundo passa por grandes transformações, principalmente nos modos de produção e onde o turismo surge “[...] como atividade econômica e forma de viagem em que as pessoas buscavam o prazer, a satisfação da curiosidade, o tratamento médico, a complementação da educação ou o conhecimento de novas culturas, [...]” (OLIVEIRA, 2006 p. 19). Também passam a existir as viagens com o intuito de cuidar da saúde e trazer o bem-estar, responsáveis pela criação das cidades termas e das cidades balneárias. Além delas, por diversão e cultura surge a prática do *tour*: viagens principalmente à França e à Itália realizadas pela aristocracia inglesa, a fim de aperfeiçoar sua educação (DIAS, 2009). Eram “viagens de ida e volta, realizadas pela classe privilegiada, uma minoria rica (elite), um *tour* de aventura, masculino [...], esporádico [...] e com uma duração aproximada de três anos” (BARRETTO, 1998 p. 47).

Fica claro que até o século XVIII, a prática turismo era exclusiva das classes sociais mais altas, onde a sua grande maioria não conhecia o trabalho e vivia sob a prática do ócio⁵ (DIAS, 2009). A Revolução Industrial vem para quebrar esse paradigma, não só estabelece a industrialização, mas também institui o trabalho como uma virtude (DIAS, 2009); o ócio ostentativo passa a ser criticado e cria no homem novas motivações: o prazer do descanso e o da contemplação da paisagem - aproximando-o da natureza, em vista da crescente má qualidade de vida nas grandes cidades, frutos de um crescimento e desenvolvimento urbano acelerado (BARRETTO, 1998).

“Enquanto na sociedade não houve a separação entre a casa e o trabalho, o conceito de lazer não existiu” (BARRETTO, 1998 p. 60). Isso só foi possível com a era industrial, uma vez que, além de possibilitar o acúmulo de capital, emergiu uma ‘nova burguesia’ que passa a pensar as atividades recreativas nos momentos de não-trabalho, e que posteriormente, introduzirão as atividades de lazer no período de férias. “O lazer [passa] a ser considerado uma necessidade das pessoas, para recompor suas forças de trabalho, [...] um bem de consumo, na medida em que

⁵ Privilégio da classe alta: gastar tempo com práticas não produtivas, pois entendia-se que o trabalho não era digno e por isso, devia-se mostrar aos outros que o dinheiro possibilitava viver sem produzir nada (BARRETTO, 1998).

serão criados equipamentos e atividades específicas para [direcioná-lo] e haverá um mercado de consumo para este” (BARRETTO, 1998 p. 61).

[...] os efeitos da industrialização e da urbanização, a par das melhorias nos sistemas de transporte, tornaram acessíveis as viagens aos membros das classes médias. [...] *“As férias tornaram-se uma forma de culto... Para muitos, elas são o principal objectivo de vida - para o qual se economiza e se planeja durante o resto do ano, e das quais guardam boas lembranças quando já terminaram”* (DIAS, 2009 p. 121).

O turismo, com isso, emerge como uma das atividades econômicas mais importantes do mundo (BARRETTO, 1998), e, o transcorrer dos anos demonstra que “lentamente, [...], a vida nas cidades, o trabalho nas fábricas substituindo o trabalho doméstico irão transformar o turismo em fenômeno mundial de massas” (BARRETTO, 1998 p. 53). Fenômeno de massas, pois com a evolução das tecnologias e dos sistemas de transportes, a atividade passa a configurar-se como prática abrangente, como fenômeno global e ainda, como sonho de vida das pessoas. A facilidade de compra e a variedade dos pacotes turísticos tornam-se uma realidade e permitem que a prática seja cada vez mais popular e acessível. É por estes motivos que, durante todo o século XX e até os dias atuais, que o turismo vem ganhando enorme relevância econômica e sobretudo, novas características:

Nestes últimos anos do século XX, algumas palavras tornaram-se muito comuns na mídia e nos setores acadêmico, empresarial e político. Uma dessas palavras é ‘globalização’ e a outra, ‘pós-industrial’. É importante notar que, no caso da globalização, os setores que podem ser considerados ‘globalizados’ são, principalmente, o de telecomunicações, o de finanças e o de turismo.

As novas tecnologias, entre elas o avanço da informática, possibilitaram a articulação global das telecomunicações, que, por sua vez, articularam o sistema econômico-financeiro e o turismo, ambos em escala global.

A nova era do turismo, cuja característica fundamental se encontra na maior competência entre empresas e destinos turísticos, em um mercado muito mais bem-informado, devido a novas e diferentes motivações e exigências e ao surgimento das novas tecnologias⁶ que incidem diretamente no comportamento da oferta e da demanda turísticas, requer novos tipos de sistema de gestão, que respondam, através de maior flexibilidade e segmentação, aos diferentes desejos e necessidades dos clientes, com estratégias de desenvolvimento turístico completas e claras. (BISSOLI, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2006 p. 21).

⁶ A internet, por exemplo, é uma das mais importantes representantes destas novas tecnologias. Segundo Oliveira (2006 p. 20), a criação da internet em 1983 trouxe facilidade na obtenção de informações e da troca delas, possibilitando assim, a criação de redes de comunicação em tempo real e a partir de vários destinos turísticos.

O turista, agora sob forma de consumidor, exige qualidade no produto que consome - no caso o bem turístico - e espera, segundo Beni (1991 *apud* BARRETTO, 1998 p. 109): inovação (criatividade, imaginação e questionamentos), desempenho (boa produtividade) e, além disso, qualidade (profissionalismo e busca pela permanente satisfação do cliente) na prestação dos serviços turísticos. Ainda segundo ele, essa qualidade esperada está dividida em três aspectos:

I) qualidade dos equipamentos: “A boa qualidade no turismo abrange todos os aspectos da infraestrutura turística (equipamentos, serviços, infraestrutura básica urbana etc.) e dos recursos” e ainda; “O turismo é um produto caro, e o consumidor, [...] quer ser bem atendido” (BARRETTO, 1998 p. 110).

II) qualidade da formação profissional: apresenta a importância de um profissional qualificado para o sucesso dos empreendimentos turísticos, sobretudo no atendimento, na cordialidade e na eficiência deste trabalhador (BARRETTO, 1998).

III) qualidade na interação turista e núcleo receptor: estudar e tratar da relação de convivência entre o turista e o habitante do destino turístico passa a ser uma preocupação, uma vez que esta relação pode trazer efeitos negativos, contemplando o que a autora se refere a “poluição por turismo” (BARRETTO, 1998 p. 116).

Em constante ascensão no mercado global, o turismo torna-se um elemento chave no desenvolvimento econômico de comunidades, cidades e até mesmo nações inteiras. É seguro dizer que suas contribuições são inúmeras e facilmente notáveis: geração de empregos, melhorias na infraestrutura urbana, oferta de qualidade de vida para as pessoas, valorização do patrimônio histórico, cultural e natural e, acima de tudo, geração de renda e investimentos para as populações (FUHRMANN; RIBEIRO, 2014). Porém:

O turismo tem condições de estimular uma nova atitude para com a paisagem, pois esta é uma categoria que pertence a toda a sociedade. Contudo, a velocidade e a natureza do processo de desenvolvimento do turismo têm grande influência nas mudanças socioculturais, ambientais e econômicas de um lugar e de suas paisagens, mudanças que chamamos de impactos, manifestados através de uma gama enorme de aspectos, desde as artes e o artesanato até mesmo o comportamento de grupos e indivíduos; desde os recursos naturais até a sua utilização como atrativos turísticos;

desde o ingresso de divisas e sua distribuição até as implicações na qualidade de vida (MILAGRES; SOUZA, 2012 p. 58).

E é neste contexto que discutir o planejamento destes espaços turísticos toma relevância. “O turismo, quando não planejado e monitorado permanentemente, pode gerar muitos efeitos negativos na comunidade receptora” (DIAS, 2008 *apud* FUHRMANN; RIBEIRO, 2014 p. 4), “[...] podendo ser em determinados casos irreversíveis, o que demonstra a necessidade de [...] políticas de preservação dos atrativos turísticos, bem como de elaboração de planejamentos turísticos [...]” (FUHRMANN; RIBEIRO, 2014 p. 6). Atrelar o planejamento turístico ao planejamento urbano é uma necessidade: só assim o turismo se desenvolve sob os moldes sustentáveis (LIMA, 2009).

1.4.2. Espaço turístico e seu planejamento.

Toda e qualquer atividade, quando bem planejada, toma maiores proporções. Com o turismo isso não é diferente: antes de pensar a sua infraestrutura básica e de apoio, é de extrema importância identificar as características do seu local de implantação, elencando suas oportunidades e também suas deficiências. Isso é planejar, é “determinar os objetivos a serem atingidos e a maneira como alcançá-los, ordenando ações e estabelecendo prioridades. É a decisão do que fazer, como fazer e quem deverá fazê-lo” (ANDRADE, 2014). O planejamento turístico constitui-se assim, como uma das facetas do planejamento urbano, e este último, como um instrumento de organização do espaço urbano - de onde o espaço turístico surge, ou melhor, do qual ele faz parte (SIVIERO, 2006).

O espaço urbano constitui-se, portanto, no conjunto de diferentes usos de terra (comerciais, de serviços, industriais, residenciais, de lazer, dentre outros) justapostos entre si, o que retrata um espaço fragmentado. Este, todavia, é articulado, uma vez que cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais. É ainda, um reflexo da sociedade do presente e do passado, que deixa suas marcas na organização espacial, sendo assim desigual e mutável. É condicionante social, ou seja, o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Envolve também crenças, valores e mitos criados na sociedade e projetamos nas formas espaciais: monumentos, espaços sagrados, dentre outros. Além de ser cenário e objeto das lutas sociais, que buscam, entre outros, o direito à cidade e à cidadania plena e igual para todos (SIVIERO, 2006 p. 54).

O turismo, portanto, produz espaço urbano e este, é denominado espaço turístico. “O espaço turístico urbano é mais uma forma de apropriação [do] espaço

[urbano] para o desenvolvimento de atividades turísticas” (SIVIERO, 2006 p. 55). Ainda segundo Siviero (2006), o turismo utilizada de toda a infraestrutura do espaço urbano para o seu desenvolvimento e ele ainda pode ser responsável por uma “(re)produção” deste espaço, uma vez que, as demandas para a atividade podem impulsionar tal fenômeno. Espaço urbano e espaço turístico, conseqüentemente, estão articulados entre si e ambos devem estar devidamente conectados e “apoiados em um processo de planejamento dotado de ações responsáveis e de objetivos previamente estabelecidos” (SIVIERO, 2006 p. 54).

Dentro deste contexto, é pertinente voltarmos àquela ideia de que o turismo além de consumidor de espaços é também seu produtor e transformador, ou seja, atuam na construção da imagem de lugares turísticos. A imagem do lugar, como já foi discutida anteriormente, é um dos fatores decisivos quando se quer viajar, sendo esta, construída por vários fatores tendo o planejamento como um ordenador. Na medida em que o planejamento atua nos processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano ele estabelece elementos que sustentarão estas dinâmicas, com isso, o campo da arquitetura e do urbanismo ganham destaque.

Na construção desta imagem, as obras de arquitetura [tornam-se] objeto de visitação, seja pelas atividades que abrigam cujo o ambiente é estimulante e acolhedor, seja pela própria arquitetura a ser experimentada, transformam-se em ícones de atração turística: museus, centros de entretenimento, pavilhões de feiras e eventos, centros de compras ou *flagship stores*, são exemplos pragmáticos. Do ponto de vista do desenho urbano, o cuidado com a qualidade dos espaços públicos e da gestão urbana (sinalização, segurança, transportes, conforto) também refletem no nível de hospitalidade urbana esperado pelo visitante (VARGAS, 2014 p. 9).

Fica clara a presença da arquitetura e do urbanismo no fenômeno turístico: não só por atuarem na construção da imagem dos destinos turísticos, mas eles, através do planejamento, criam estratégias de atuação, de gestão, assim como de intervenções nestes lugares. “Seja no resgate da memória ou na busca pelo novo; seja como abrigo de atividades ou pela experiência sensorial a ser experimentada; seja como ícone a ser visitado [...], a arquitetura e o urbanismo fornecem insumos para as mais amplas discussões do campo disciplinar do turismo” (VARGAS, 2014 p. 11).

O planejamento turístico, portanto, além de trabalhar em conjunto com o planejamento urbano, de forma a integrar as ações de organização espacial das cidades com as políticas de desenvolvimento turístico (SIVIERO, 2006), deve atuar na:

... preparação e conservação dos atrativos turísticos, ampliação e/ou melhoria da infra-estrutura de serviços turísticos, ampliação e/ou melhoria dos serviços urbanos de apoio ao turismo, ampliação e/ou melhoria na infra-estrutura básica, capacitação dos recursos humanos, conscientização da população para a importância turística, legislação de controle de qualidade do produto turístico, legislação de preservação do patrimônio turístico, legislação de fomento a atividades turísticas, captação de investimentos e promoção turística (IGNARRA, 2002 *apud* SIVIERO, 2006 p. 58).

Essa atuação do planejamento turístico e urbano também envolve vários agentes, sendo estes, produtores e consumidores do espaço turístico. Cabe ao órgão público criar a infraestrutura para o desenvolvimento da atividade, assim como a criação de políticas públicas e legislação regulamentadora do setor: leis específicas, leis de uso e ocupação do solo, políticas de desenvolvimento econômico e tarifação (impostos) (PAIVA; VARGAS, 2010). O setor privado é representado pelos promotores imobiliários (incorporadores, construtores e corretores) e pelos proprietários fundiários (donos de porções de terras); estes, de acordo com Paiva e Vargas (2010), trabalham na lógica de transformar o capital em mercadoria, ou melhor, em produto turístico, combinando o recurso natural com a ação antrópica no sentido de criar condições favoráveis de valorização destes produtos e serviços reservados ao turista.

Por fim, pode-se dizer que o desenvolvimento da atividade turística não acontece desatrelado do contexto de espaço e de seus agentes, pois seus atrativos, equipamentos e infraestruturas atuam fisicamente nestes espaços, sobretudo no espaço urbano. Gerir, portanto, o turismo é o mesmo que compreender todos os processos de reestruturação e valorização do espaço urbano, que no mundo globalizado é dinâmico e está em constante transformação. É aqui que o planejamento ganha força: constrói-se como instrumento fundamental na definição e seleção das prioridades para o transcorrer harmonioso da atividade, definindo suas dimensões, seus focos de atuação e ainda, a sua evolução (SIVIERO, 2006). “O planejamento se torna necessário tanto para maximizar os efeitos positivos, quanto e principalmente para que os efeitos negativos sejam mitigados” (SIVIERO, 2006 p. 57). Só assim a atividade turística funciona em moldes sustentáveis: preservando o meio ambiente no qual está sendo inserida e respeitando as tradições históricas e culturais da comunidade receptora (ANDRADE, 2014).

2. O uso turístico de recursos hídricos.

2.1. Os corpos d'água e as cidades.

A ocupação humana está intimamente ligada à presença de água: elemento vital ao ser humano. O surgimento das primeiras civilizações assim como a formação das primeiras cidades está diretamente relacionado ao seu contato com os recursos hídricos. A água, portanto, passa a representar importante elemento na estrutura das paisagens urbanas e lhe dá forma, uso e a partir das diferenças culturais entre os povos, transformações exclusivas. Isso se deve ao fato dela permitir o atendimento às necessidades básicas do ser humano, permitir o desenvolvimento das atividades agrícolas, do artesanato, da comunicação, do comércio e até mesmo da defesa destes aglomerados (PORATH, 2004).

A cidade nasce da água. A história urbana pode ser traçada tendo como eixos as formas de apropriação das dinâmicas hídricas. A trajetória das relações entre cidades e corpos d'água reflete, assim, os ciclos históricos da relação entre homem e natureza (MELLO, 2008 *apud* BAPTISTA; CARDOSO, 2013 p. 126).

De acordo com Mello (2008), os primeiros assentamentos humanos tinham a água como fonte de vida, uma vez que ela possibilitava a coleta de alimentos, a pesca, a caça e, sobretudo um solo fértil. Grandes civilizações surgiram nos vales de grandes cursos d'água como os mesopotâmicos com os rios Tigre e Eufrates, e os egípcios com o rio Nilo e se construíram como sociedades complexas que além de dependerem da água para se desenvolverem dotavam-lhe de forte simbolismo, remetendo à purificação, à fertilidade, à possibilidade de vida. Essa multiplicidade de valores a ela destinados (sociológico, simbólico, estético, topoceptivo, bioclimático ou afetivo) sempre esteve presente em diferentes culturas na relação entre suas cidades e os corpos d'água, e pouco a pouco foram perdendo espaço para a sua função utilitária e seu valor econômico.

Neste contexto é que cidades inteiras se sustentaram e ainda continuam se sustentando sobre os recursos hídricos. Assim como os demais recursos naturais, os recursos hídricos sofreram inúmeras intervenções ao longo da História pelo fato de também assumirem distintas funções. Essas distintas funções induziram várias

transformações nestes recursos e conseqüentemente, grandes impactos nas paisagens das quais eles compõem. A água além de saciar a sede e oferecer alimento passa a conotar outros usos: saneamento básico, transporte, processos industriais, funcionamento de máquinas, assim como geração de energia. A partir destas funções, os cursos d'água passam a influenciar diretamente a morfologia das cidades, estruturando todo o seu traçado (BAPTISTA; CARDOSO, 2013).

Os mananciais d'água começam então a sentir os impactos da urbanização acelerada a partir do momento em que passam a receber grandes cargas sanitárias e os resíduos da poluição proveniente das atividades exercidas no ambiente urbano. Isso implicou até mesmo uma estratificação social na apropriação do espaço urbano, criando as denominações 'cidade alta' e 'cidade baixa' – as áreas mais baixas, ou seja, aquelas mais sujeitas aos efeitos negativos dessa dinâmica eram ocupadas pelas classes menos favorecidas, enquanto as áreas mais altas, eram ocupadas pela elite e pelas instituições de poder, que podiam ter acesso mais fácil à água e fugiam dos transtornos e das condições sanitárias precárias (BAPTISTA; CARDOSO, 2013). Estes transtornos gerados pelo uso indevido dos mananciais e ainda a constante degradação da paisagem foram aspectos decisivos no “afastamento entre as cidades e seus riachos, córregos, igarapés, rios, ribeirões, lagos, lagoas” (MELLO, 2008 p. 301).

A princípio a presença de água era tida como fator de convergência para o desenvolvimento de atividades humanas, agora, passa a ser considerada fator divergente. Somente nas últimas décadas que indícios de reversão a estes valores são percebidos (MELLO, 2008). Podemos citar dois ideais que atuaram nesta retomada: as políticas higienistas e a cultura ambientalista. As políticas higienistas surgem em meados do século XIX para sanar as epidemias provenientes desta situação sanitária precária. O higienismo vem por mudar radicalmente a relação entre as águas e o ambiente urbano, criando sistemas de esgotamento sanitário, drenagem pluvial, controlando as enchentes e a transmissão de doenças (BAPTISTA; CARDOSO, 2013). E por outro lado, o surgimento da cultura ambientalista, no fim do século XX, busca o restabelecimento da relação homem e natureza, no sentido de devolver o valor e o cuidado para com os recursos naturais e extrair dessa relação ferramentas voltados à sua proteção.

Com isso, segundo Mello (2008), esse resgate do valor atribuído aos espaços beira d'água passou a estar presente nas agendas urbanas de cidades do mundo

todo, sobretudo na qualificação dos frontais aquáticos, criando legislações regulamentadoras, instituindo estes espaços como áreas que devem ser preservadas e que posteriormente, tomaram funções urbanas voltadas a questões sociológicas e estéticas, apoiadas também em um possível potencial econômico. Essas duas vertentes de uso, uma ambientalista e outra urbanística devem estar articuladas dentro da gestão do espaço urbano. O uso ambiental destes espaços tem por função solucionar os problemas relacionados à degradação ambiental destes recursos, enquanto o uso urbanístico atua na qualificação destes espaços especialmente em intervenções voltadas ao uso público destas áreas e ao embelezamento urbano – aqui também podemos citar as estruturas de apoio ao lazer, ao turismo e à prática de esportes que passam a ser atividades frequentemente realizadas nestas áreas.

Essas circunstâncias - novos paradigmas socioambientais e desejo de “reanimação” das áreas centrais - reflexos de movimentos internacionais, plantam raízes para o desenvolvimento de iniciativas voltadas à valorização dos corpos d’água urbanos. [...] Projetos “beira-rio” ou “orla” foram ou estão em desenvolvimento e implantados em diversas cidades brasileiras. [...] Ressalto que, nessa tendência, a cidade passou a ser objeto de iniciativas de embelezamento e que determinados espaços passaram a ser valorizados, como atributos de diferenciação local. Os elementos naturais de destaque - como os corpos d’água - assumiram papel relevante neste processo, como referências de identidade regional e local. (MELLO, 2008 p. 108)

É certo dizer que a retomada da atenção sobre estas áreas oferece melhores condições ambientais para as cidades. Além disso, – o que é mais importante ainda frisar neste estudo – proporcionam espaços de lazer e esporte (BAPTISTA; CARDOSO, 2013): práticas amplamente valorizadas pelo homem contemporâneo que vive rotinas agitadas e cercada de afazeres, tendo o ‘tempo livre’ destinado à realização de atividades que lhe provoquem bem-estar, liberdade e principalmente a possibilidade de viver momentos para si mesmo.

A água, portanto, volta a ser elemento inspirador, podendo gerar o tão desejado bem-estar. Seja pelo seu valor estético, seja pelas sensações que ela transmite, os recursos hídricos voltam a construir paisagens atrativas, voltam a receber o olhar das pessoas. E é por isso que essas áreas tomam notoriedade no espaço urbano, pois são peças-chave no desenvolvimento de políticas urbanas que visam o lazer, a recreação e em escala maior, a atividade turística - práticas estas, como já abordado no Capítulo anterior, cuja motivação está principalmente na busca do bem-estar e na realização de necessidades individuais. As transformações

geradas pelas inúmeras alterações sobre o ambiente natural, agora, são convertidas em espaços que visam à reaproximação entre sociedade e meio ambiente e desta relação, tem-se o objetivo de extrair essencialmente experiências positivas.

2.2. Turismo em reservatório de hidrelétricas.

Já se sabe que os impactos sobre o meio ambiente têm suas causas no solucionamento de demandas humanas e como consequência, formas naturais e paisagens drasticamente alteradas. Os recursos hídricos, como já discutidos anteriormente, assumiram ao longo dos tempos usos e funções distintas ao ser humano. A fim de adaptá-los às suas necessidades, o homem cria maneiras de extrair o potencial destes recursos. A geração de energia por meio da água, ou melhor, as hidrelétricas são um exemplo disto.

2.2.1. Os impactos da construção de hidrelétricas.

Segundo Lemos Júnior (2010), os projetos e construção de barragens existem desde os tempos mais remotos da História e tinham como principal objetivo o represamento de água, sobretudo com finalidade para a irrigação na agricultura. Com o advento da energia elétrica no século XIX, essas barragens passam então a ser utilizadas para a geração de energia e assim, tornam-se amplamente idealizadas e construídas. Ainda segundo ele, o Brasil apresenta uma forte relação com a hidroeletricidade desde o fim do Período Imperial, estando diretamente relacionada ao crescente desenvolvimento nacional e pela necessidade de ampliação da infraestrutura, proveniente do intenso processo de urbanização e industrialização. No Brasil, “a escolha da energia elétrica em detrimento de outras fontes energéticas caracteriza uma geopolítica na busca pela independência energética” (LEMOS JÚNIOR, 2010 p. 4).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2003, *apud* PERTILLE, 2007 p. 16), “o Brasil, em termos quantitativos, pode ser considerado um país com grande reserva hídrica, visto que cerca de 13,7% da água doce do mundo encontra-se em território brasileiro”. Além disso, a fonte de energia hidráulica –

quando comparada às outras fontes energéticas como a nuclear e a proveniente de combustíveis fósseis – pode ser considerada como um recurso limpo: pois não degrada a água, não gera poluentes diretos e sim, produz energia com baixo custo e sob uma forma renovável (OLIVEIRA, 2003 *apud* MUNIZ, 2007). Estas informações reforçam ainda mais o potencial do país para a geração de hidroeletricidade e proporcionaram, ao longo dos anos, o crescimento de políticas e dos planos de implantação de hidrelétricas de grande porte, que se tornaram sinônimos de desenvolvimento e progresso econômico (LIMA, 2003).

MODELO HIDRELETRICO

Usinas com reservatório

Até a década de 90, quase todas as hidrelétricas brasileiras eram construídas com reservatórios, que alagavam grandes áreas

Em 2001, a capacidade de armazenamento dos reservatórios era suficiente para abastecer seis meses de energia de todo o sistema. em 2009, esse número caiu para 5 meses

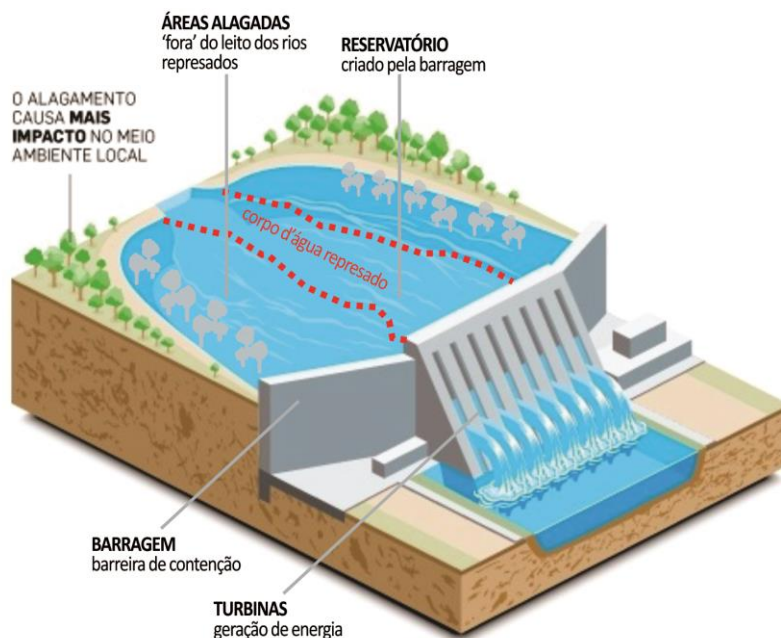


Figura 2: Esquema ilustrativo do funcionamento de uma hidrelétrica (modificado).

Fonte: <<https://sergionobre.files.wordpress.com/2013/01/02-mapa-rede-hidreletrica2.jpg>>. Acesso 27 abr. 2017.

“A importância dessa energia para o desenvolvimento social e econômico brasileiro é evidente. Entretanto, a construção de grandes barragens e seus reservatórios, que objetiva o benefício social e econômico do homem, interfere com o meio ambiente” (LIMA, 2003 p. 2). Para o funcionamento deste sistema, é necessário o represamento do curso d’água para que este, acoplado às turbinas da usina, ofereça força motriz para movimentá-las e gerarem energia elétrica, portanto, o alagamento de grandes áreas é uma condição para este modelo. Lima (2003) também frisa a importância de se considerar todos os impactos gerados com a construção destes grandes reservatórios, que, segundo ele, não se limitam somente

ao volume d'água da represa, mas sim, a um somatório de fatores que vão além de condições físicas e químicas, chegando até mesmo às formas de interação entre a população e o novo ecossistema criado. A Tabela 1 elenca alguns destes impactos:

Tabela 1: Alterações resultantes da implantação de usinas hidrelétricas e reservatórios.

Questões sociais	Modificações na infra-estrutura regional e local.
	Variação da produção econômica na agricultura, indústria, comércio e serviços.
	Reassentamentos populacionais involuntários.
	Perda de áreas no meio rural e urbano.
	Implicações na saúde da população.
	Influência na pesca para subsistência, lazer e comercialização.
	Modificações gerais na qualidade e hábitos de vida da população.
	Alterações nas condições sociais e culturais das comunidades afetadas.
Meio biótico	Alteração dos ecossistemas - flora e fauna terrestre e aquática.
	Formação de novos ecossistemas.
Meio físico	Desmatamento e erosão de solos.
	Modificação na qualidade da água do rio a montante e à jusante da barragem.
	Alterações no regime hidrológico do rio e afluentes.

Fonte: Manual de Avaliação de Impactos Ambientais, 1999 (modificado) *apud* LIMA, 2003 p. 15.

É nítido que essas obras produzem uma “série de repercussões culturais, sociais, políticas e econômicas para além das questões ambientais” (LEMOS JÚNIOR, 2010 p. 105). É criado um território completamente novo, cuja principal característica passa a ser a formação destes enormes reservatórios responsáveis por mudar formas de ocupação já estabelecidas, acompanhadas de deslocamentos da população, indenizações sobre terras inundadas e, sobretudo, grandes transformações na paisagem. “Para muitos, se forma uma lacuna que nunca mais será preenchida, no entanto, com o passar do tempo, essa alteração na paisagem adquire outros significados e valores, ao trazer consigo a marca concreta da intervenção humana no ambiente” (MUNIZ, 2007 p. 16).

A partir disso que se pode afirmar que estes reservatórios criam também múltiplas potencialidades, ou seja, para além do uso energético, estas áreas passam a ser úteis para a pesca, para atividades de recreação e lazer, para a prática de esportes e ainda, transformam-se em significativos atrativos turísticos que, muitas vezes, podem alterar as condições socioeconômicas (consideradas controversias) dos locais atingidos (LEMOS JÚNIOR, 2010).

[...] Aliado à presença da represa e da nova paisagem criada, em certas regiões é implantado o turismo [...]. Surgem clubes náuticos, que se estabelecem em suas margens, bem como casas de veraneio. Às vezes, criam-se animais aquáticos e semiaquáticos, e pratica-se a pesca recreativa”. Algumas vezes, pode-se completar, a diminuição do nível das águas do reservatório provoca um efeito inusitado: reaparecem vestígios dos elementos naturais e das estruturas humanas do passado (SANTOS, 2005 *apud* MUNIZ, 2007 p. 16).

2.2.2. Potencial turístico de lagos de hidrelétricas.

No contexto do turismo mundial, segundo Pertille (2007 p. 21), “é nítido o crescimento do Turismo de natureza, onde são utilizados os recursos naturais como produtos turísticos para atender uma demanda crescente de turistas, que cada vez mais buscam ambientes naturais para passar seu tempo livre”. Esse turismo natural, conforme Wearing e Neil (2001 *apud* PERTILLE, 2007) está crescendo em 30% enquanto o turismo geral, cresce a uma taxa de 4%, ou seja, este tipo de turismo está em alta. Desta forma é que estes reservatórios, ou melhor, os lagos provenientes da construção de hidrelétricas ganham vislumbre turístico, pois além de conformar valor paisagístico positivo, permite o contato com a Natureza no ambiente urbano (que é um desejo do turista contemporâneo); e ainda, podem se tornar ferramentas de promoção e de conservação destes recursos, uma vez que é necessária uma postura consciente e voltada a preservação destes bens.

[...] a proteção, a conservação e a preservação dos recursos naturais; a preservação dos hábitos e costumes da sociedade local; a inclusão da população local nos processos de planejamento e execução do Turismo, a interiorização das atividades e as parcerias. O ecoturismo ou o lazer, em contato com a natureza, surge como uma proposta conservacionista, pois é um tipo de Turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, valoriza as populações locais, exige qualidade de vida, hospitalidade, recreação, segurança e serviços interrelacionados (CORIOLANO, 2002 *apud* PERTILLE, 2007 p. 21).

Mesmo se configurando por uma tendência da atualidade, o turismo em água, segundo Pertille (2007 p. 22), é uma prática muito antiga: “já na época do Império

Romano existiam as estâncias termais onde a elite romana ia banhar-se para curar seus males espirituais e físicos” e, tempos mais tarde, “no século XVII foram construídos muitos balneários na Europa com fins de tratamentos terapêuticos e de lazer”. E pesquisas mostram que estes hábitos continuam frequentes, ou seja, os lugares onde o turismo está relacionado a recursos hídricos (praias, rios, lagos, lagoas, queda d’água) são os mais procurados pelos visitantes. No Brasil, o turismo em recursos hídricos passou a crescer a partir da década de 30 com a criação de estâncias hidrotermais no interior do país e os balneários no litoral (PERTILLE, 2007).

Sobre estes destinos, Pertille e Lanzer (2006 p. 7) comenta que a infraestrutura turística destes locais é “composta por praias fluviais, pesca amadora, estrutura para prática de esportes náuticos e aquáticos, unidades de conservação dos arredores da represa que oferecem diversas opções de lazer” e destaca o pioneirismo do Lago de Furnas no estado de Minas Gerais que, em 1975 foi o primeiro a elaborar um plano de uso recreativo para o seu reservatório (MÜLLER, 1995 *apud* PERTILLE; LANZER, 2006).

Seja por uma tendência turística da atualidade ou por um hábito já estabelecido ao longo dos anos, ou até mesmo pela vontade do ser humano em se reaproximar dos bens naturais, estas novas paisagens exprimem, na sua maioria, grande valor estético e paisagístico, tornando-se assim atrativas; sobretudo aquelas que podem ser percebidas a partir do contato direto com o espaço urbano, contrastando ambiente natural e antrópico, relacionando Natureza e cidade – hoje praticamente raro de se ver. A busca por qualidade de vida e por prazer nas atividades realizadas pelo ser humano potencializam então estas áreas como espaços de lazer, e ainda, as configuram como fortes produtos turísticos.

2.3. O caso de Furnas (MG).

2.3.1. Contextualização, localização e características.

A criação das grandes hidrelétricas no Brasil partiu da mudança ocorrida no sistema econômico do país que permitiu em curto prazo, apresentar um grande

crescimento populacional e industrialização intensa (MUNIZ, 2007). Este cenário desenvolvimentista está diretamente ligado ao governo de Juscelino Kubitschek que quando tomou posse, em 1956, assistiu a um país predominantemente rural com 60% da população vivendo no campo e com uma parcela significativa da sociedade dependente do setor agrícola. O setor manufaturado quase nada contribuía para a economia do país, em vista da sua pequena dimensão. Pensando nisso, o presidente traça 31 objetivos para o seu mandato que priorizavam o desenvolvimento dos setores de energia, transportes, alimentação, indústria, educação e a construção de Brasília conhecido como o “Plano de Metas”: projeto símbolo do *slogan* de governo “50 anos em 5” (LEMOS JÚNIOR, 2010).

Em resposta ao Plano de Metas, a indústria brasileira se desenvolve e aos poucos, traz consigo o êxodo rural configurando um processo de urbanização. Esses crescimentos acelerados, concentrados principalmente na Região Sudeste do país, indicavam a necessidade de maior geração de energia, sobretudo para garantir a evolução da economia do país (LEMOS JÚNIOR, 2010). É neste contexto que em 28 de fevereiro de 1957 a Central Elétrica de Furnas é concebida; localizada no estado de Minas Gerais, ela surge como alternativa energética frente ao desafio da crise energética que ameaçava as três principais capitais e centros socioeconômicos brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (RIBEIRO JUNIOR, 2004).

Segundo Ribeiro Junior (2004), a Usina Hidrelétrica de Furnas foi a primeira usina construída pela empresa, de onde vem o seu nome. A sua barragem é localizada nas ‘Corredeiras das Furnas’, pertencente ao curso médio do Rio Grande entre os municípios de São João da Barra (MG) e São João Batista do Glória (MG). De acordo com Furnas (2007 p. 7), já se procurava um lugar ideal no Rio Grande para se construir uma usina; assim, em uma viagem de pescaria, o engenheiro da Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. Francisco Afonso Noronha passou por “diante de um *canyon* longo e profundo, [e ele], impressionado, tirou fotos, desenhou barragens sobre as mesmas, calculou a profundidade do reservatório e, em Belo Horizonte, apresentou seus estudos ao engenheiro John Reginald Cotrim, então vice-presidente da Cemig e futuro presidente de Furnas”.

Sua construção começou em 1958, com a primeira unidade em operação em 1963 e a sexta e última prevista pelo projeto original, em 1965. Já no começo dos anos 70, ela sofre ampliação e a sétima e oitava unidades são construídas, aumentando sua capacidade de geração de energia para 1.216 MW – o que a elege

como uma das maiores hidrelétricas da América Latina. Atualmente, segundo Furnas (2017), a empresa é de economia mista, ou seja, mantida pela Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e vinculada ao MME – Ministério de Minas e Energia.

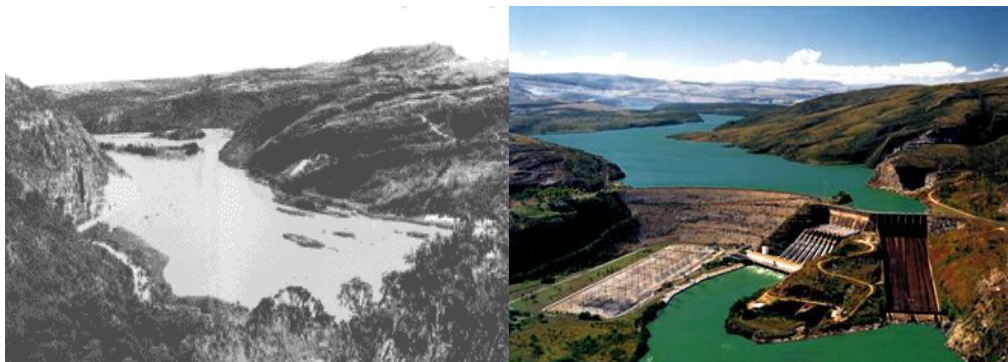


Figura 3: Represa de Furnas antes e depois da sua construção.

Fonte: RIBEIRO JUNIOR (2004 p. 73).

Segundo Lemos Júnior (2010), a região mais afetada com a construção de Furnas foi o Sudoeste de Minas Gerais. De acordo com ele, pelo Decreto nº 41.066 de fevereiro de 1957, parte desta região tiveram suas terras inundadas pelo reservatório entre 1958 e 1963. Os aspectos físicos do reservatório da barragem revelam que ela é composta por duas ramificações ou dois braços: o primeiro do já citado Rio Grande com 240 km de extensão; e o segundo, pelo Rio Sapucaí com cerca de 170 km de extensão. O reservatório ocupa, quando está em nível máximo⁷, 1.400 km² e um perímetro de 3.500 km, que passam por 52 municípios sendo somente 34 deles, lindeiros ao lago. “O Lago de Furnas é a maior extensão de água do Estado de Minas Gerais e um dos maiores lagos artificiais do mundo, por isso é chamado ‘Mar de Minas’ (LEMOS JÚNIOR, 2010 p. 15).

⁷ O reservatório funciona em cota máxima de 768 m e mínima de 750 m (LEMOS JÚNIOR, 2010) e, em casos emergenciais, um nível máximo de 769,30 m (acima do nível do mar) (RIBEIRO JUNIOR, 2004).

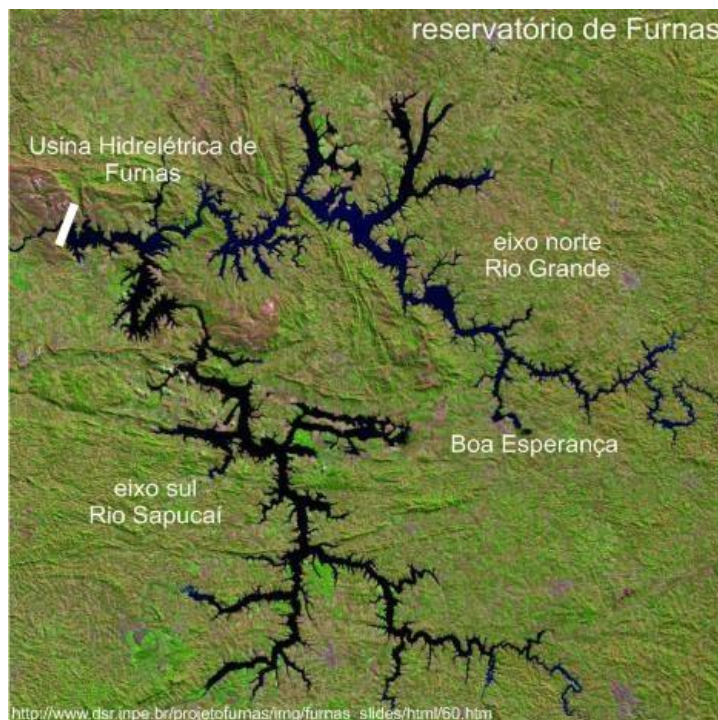


Figura 4: Os eixos do reservatório de Furnas.

Fonte: <http://www.dsr.inpe.br/projetofurnas/img/furnas_slides/html/60.htm>. Acesso 29 abr. 2017 (Modificado pelo autor).

O reservatório é localizado integralmente no Estado de Minas Gerais e é formado principalmente pelos rios Grande e Sapucaí, ambos com suas nascentes na Serra da Mantiqueira. O braço norte da represa é alimentado pelo Rio Grande e seus afluentes: ele banha os estados de Minas Gerais e São Paulo, sendo um dos formadores do Rio Paraná e; além disso, é tido como muito adequado para a implantação de centrais hidrelétricas pois combina elevado declive, altas vazões e topografia acidentada possibilitando o aproveitamento de suas quedas. Já o braço sul do reservatório é formado pelo Rio Sapucaí (um dos afluentes do Rio Grande), que nasce em Campos do Jordão (SP) a uma altitude de 1.650 m acima do nível do mar, desaguando no Lago de Furnas a uma altura de 780 m. Os dois se encontram entre Guapé, Capitólio e São João da Barra a uma distância de 32 km da barragem. A represa possui um volume útil de 17,21 bilhões de m³ de água e uma profundidade média de 13 m, sendo a maior, de 90 m (MUNIZ, 2007).

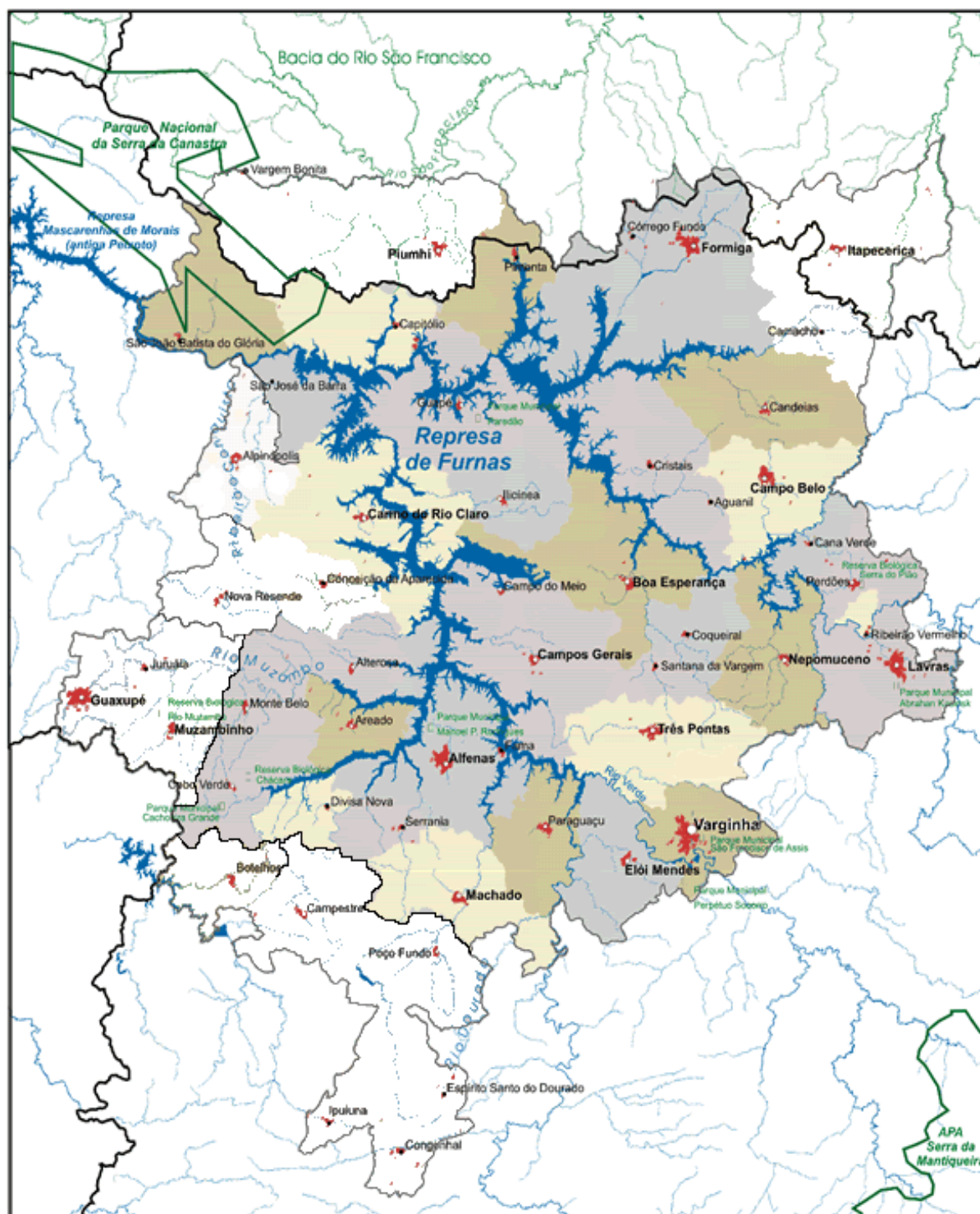


Figura 5: Área da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas.

Fonte: <<http://www.alago.org.br/default.asp?act=pagina&page=mapa>>. Acesso 28 abr. 2017.

2.3.2. Os impactos da construção e as transformações na paisagem.

A construção da hidrelétrica de Furnas foi um desafio para a empresa, que viu-se obrigada a contrair empréstimos junto aos bancos mundiais para cobrir

despesas em moeda estrangeira na compra de equipamentos, solucionar problemas com o projeto básico que era de interesse de várias incorporadoras internacionais e além disso, pagar pelo serviço dos levantamentos topográficos, econômicos e sobretudo do cadastro das propriedades que deveriam ser desapropriadas (FURNAS, 2007). Ainda segundo Furnas (2007), o engenheiro responsável pelas ações de desapropriação e realocação Carlos Mário Faveret, teve de reunir uma equipe composta de advogados, engenheiros, agrônomos, topógrafos e avaliadores de terras para poderem iniciar as negociações com os proprietários, com as autoridades municipais e assim, proporem os acordos de aquisição de terras, realocação de bens públicos e o pagamento das indenizações. Segundo Lemos Júnior (2010), foram cerca de 8.000 desapropriações de pequenas casas até mesmo de grandes fazendas, com um impacto maior na zona rural, onde 6.540 propriedades foram compradas pelo governo. “O sucesso das negociações foi fundamental para o fechamento das comportas dentro do cronograma traçado” (FURNAS, 2007 p. 9).

“o processo de desapropriação das terras foi agressivo e prejudicou a população local, o que causou grande dívida para com a mesma. Muita gente perdeu sua terra. Na época não existia a mentalidade atual de que quem faz o reservatório deve tomar uma série de providências sociais, não existia tampouco reação por parte da sociedade [afirma o ex-presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., Luiz Carlos Santos]” (BRASIL, 2001 *apud* MUNIZ, 2007 p. 20).

“A formação do reservatório deixou marcas profundas nas características socioambientais da região, a partir da mudança da paisagem, da modificação dos empreendimentos econômicos, da separação e reconexão de territórios” (MUNIZ, 2007 p. 21). Ainda segundo Muniz (2007), estima-se que cerca de 30 mil pessoas saíram de suas casas somente na região do Sul de Minas; quando a água subiu, vários moradores ficaram pesarosos em abandonarem suas moradias assim como diversos produtores rurais foram obrigados a se realocarem nas terras mais altas de suas propriedades, fazendo com que as plantações nas várzeas fossem totalmente inundadas.



Figura 6: Cidade inundada pelas águas de Furnas: Guapé (MG)⁸ (modificada).

Fonte: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/10/moradores-revivem-passado-com-baixa-do-lago-de-furnas-em-mg.html>>. Acesso 28 abr. 2017 (Modificada pelo autor).

Os impactos gerados pela construção do empreendimento foram enormes. Sob a premissa do desenvolvimento do país e da inauguração de uma nova era para a economia brasileira, grandes porções de terras foram cobertas pela água, assim como parte de cidades e até mesmo cidades inteiras, fazendo com que a vida de muitas pessoas fosse completamente modificada. Segundo Lemos Júnior (2010), de acordo com várias alegações dos moradores das regiões afetadas, o valor que Furnas pagou não era o adequado, contudo, a empresa afirma no Relatório da Diretoria de 1961 que “os preços pagos representam, em certos casos, mais de 10 vezes o valor fiscal, podendo ser estimado com segurança que a média não são inferiores a 8 vezes esse valor (...)”. O que se deve afirmar aqui, assim como Lemos Júnior (2010) escreve, é que mesmo com esse ressentimento daqueles que perderam suas terras com Furnas, por outro lado, existem as pessoas que reconheceram a importância do empreendimento não só para a região, mas sim para todo o país.

Precisamente no dia 09 de janeiro de 1963, quando o túnel para o desvio do Rio Grande foi fechado, a história de 34 municípios lindeiros ao Lagos de Furnas mudou para sempre. Ao serem represadas, as águas formaram um dos maiores reservatórios do mundo, praias foram criadas, *cânions* e cachoeiras foram se formando e principalmente, vilarejos, fazendas e cidades foram inundados, alterando definitivamente a paisagem local e a vida dos habitantes da região (LEMOS JÚNIOR, 2010 p. 22).

⁸ O exemplo de Guapé (MG) é emblemático e assustador. Isso se deve ao fato de dois terços da cidade ter sido inundada com a hidrelétrica: a antiga Matriz, a Praça da Matriz assim como diversos casarões e prédios públicos foram para debaixo d'água. Uma nova Guapé teve de ser construída, sua bandeira leva a seguinte inscrição em latim “*Fluctuat ne mergitur*” (Flutua, não se submerge). “Furnas foi isso aí. Guapé ficou uma cidade morta por muito tempo, de 8 a 10 anos. Muita gente foi embora, pra outras cidades, estados. Alagaram as terras várzeas e a pastagem, só sobrou serra, com muita pedra e cascalho. Bancos na cidade fecharam, faltou dinheiro e o povo passou necessidade. A cidade começou a animar depois que começaram a plantar café no cerrado, e aí a cidade desenvolveu”, é o que conta a moradora dona Esmeralda em entrevista dada ao Portal G1 Sul de Minas em 2014. E hoje, segundo a matéria, além da agricultura, Guapé aproveita a beleza do lago para o turismo (SILVA, 2014).

Tabela 2: Municípios limieiros ao reservatório de Furnas e áreas inundadas.

	MUNICÍPIO ⁹	ÁREA INUNDADA PELO RESERVATÓRIO DE FURNAS		
		KM ²	% (1)	% (2)
01	Aguanil	22,97	1,63	9,77
02	Alfenas	145,90	10,37	17,22
03	Alterosa	19,70	1,35	5,21
04	Areado	37,06	2,63	13,18
05	Boa Esperança (3)	139,56	9,92	16,34
06	Botelhos	1,28	0,09	0,38
07	Campo Belo	7,88	0,56	1,48
08	Campo do Meio	58,89	4,18	21,49
09	Campos Gerais	71,02	5,05	9,23
10	Cana Verde	17,90	1,27	8,43
11	Candeias	3,49	0,24	0,48
12	Capitólio	55,12	3,91	10,55
13	Carmo do Rio Claro	208,06	14,79	19,57
14	Conceição Aparecida	0,50	0,06	0,14
15	Coqueiral	6,64	0,47	2,23
16	Cristais	86,18	6,12	13,72
17	Divisa Nova	4,53	0,32	2,08
18	Elói Mendes	15,70	1,11	3,15
19	Fama	16,56	1,17	18,81
20	Formiga	152,62	10,85	10,14
21	Guapé	185,32	13,17	19,82
22	Lavras	4,24	0,30	0,75
23	Nepomuceno	26,30	1,87	4,51
24	Paraguaçu	18,85	1,34	4,43
25	Perdões	4,14	0,29	1,49
26	Pimenta	27,90	1,98	6,73
27	Ribeirão Vermelho	1,45	0,10	3,62
28	São João Batista da Glória	1,87	0,13	0,34
29	São José da Barra	45,42	3,22	14,55
30	Três Pontas	14,27	1,01	2,07
31	Varginha	5,50	0,39	1,39

(1) Porcentagem em relação à água do reservatório.

(2) Porcentagem em relação à área do município.

(3) Friso do autor.

Fonte: MUNIZ, 2007 p. 46.

⁹ A tabela de Muniz (2007) consta apenas 31 municípios limieiros ao Lago de Furnas, porém, este número na maioria das referências consultadas é de 34 municípios. Preferiu-se aqui manter as informações da referência consultada para que não fossem transmitidos dados e/ou informações equivocadas.



Figura 7: Fotos da região do reservatório de Furnas.

- (1) foto aérea do Lago de Furnas¹⁰;
 (2) Capitólio (MG), conhecida pelos seus *cânions*;
 (3) Lago de Furnas visto da Serra da Boa Esperança (MG)¹¹;
 (4) a cidade de Boa Esperança (MG)¹² – foco do estudo deste trabalho.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Se por um lado a construção de Furnas trouxe impactos negativos àquelas famílias que tiveram de ser desapropriadas, com baixas indenizações e perderam suas fontes de renda; por outro, quanto ao potencial turístico deve-se reconhecer que a área ganhou grande desenvolvimento (Figura 7). Pela proximidade da região com as principais capitais do país, ela passa a ser foco de investimentos voltados a atividades turísticas. Segundo a ALAGO – Associação dos Municípios do Lago de Furnas¹³, a região conta com cerca de 260 empreendimentos turísticos entre hotéis, pousadas e clubes náuticos responsáveis por promover a economia local, gerar renda e movimentar o comércio e o setor de serviços. Além do setor turístico, outras atividades econômicas foram privilegiadas, dentre elas, principalmente a agricultura: a partir do momento que as terras férteis (as várzeas) são inundadas, muitos

¹⁰ Imagens (1) e (2). Disponível em: <<http://www.imperiomineiro.com.br/curiosidades/conheca-a-regiao-do-lago-de-furnas/>> Acesso em 02 maio 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.boaesperanca.org/boa-esperanca/item/402-represa-de-furnas>> Acesso em 02 maio 2017.

¹² Disponível em: <<http://wikimapia.org/180749/pt/Boa-Esperanca>> Acesso em 02 maio 2017.

¹³ A ALAGO surgiu na década de 90 com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado de toda a região do Lago de Furnas. “Saneamento ambiental, proteção ao meio ambiente, desenvolvimento da piscicultura, incremento do turismo e integração política e econômica dos 36 municípios integrantes” são as metas da associação. Em relação ao Turismo, “a região conta com um Inventário Turístico Geral e o site www.lagodefurnas.tur.br está no ar com informações sobre municípios, destinos, rotas e pontos de atração de turistas” (ALAGO, 2012 p. 3).

produtores viram-se prejudicados, contudo, essas dificuldades impulsionaram a modernização e o desenvolvimento da agricultura local: a irrigação das lavouras e o contato com técnicas mais inovadoras se tornou cada vez mais acessível, fazendo com que a atividade se diversificasse e trazendo a água como uma aliada (LEMOS JÚNIOR, 2010).

É assim que a região passa a receber grande quantidade de turistas, pois com o alagamento dessas áreas, formaram-se belas paisagens e lagos artificiais de grande extensão que passam a traduzir valor turístico. De acordo com Sacconi (2014), a paisagem que já era montanhosa, a partir do momento que recebeu as águas, conformou lagos que agora cortam grandes porções de rochas, quedas d'águas que impressionam pelo contraste entre as pedras, a vegetação e a exuberância da água, passando a permitir passeios de barcos, chalanas e lanchas além de configurar ambiente perfeito para a prática de esportes náuticos: pesca esportiva, *jet skis*, caiaque, canoagem, vela e até mesmo *windsurfe*. A formação do lago também trouxe o surgimento de vários pequenos estabelecimentos comerciais nas suas margens como hospedarias, restaurantes, bares e clubes náuticos que passaram a tratar o turismo como fonte de renda para as economias locais, além de gerar empregos e tributação às administrações. Segundo a ALAGO, de 1993 a 2003 houve um aumento de 13,7% do PIB – Produto Interno Bruto na região (LEMOS JÚNIOR, 2010). Isso mostra que o povo mineiro, com o passar do tempo, soube muito bem aproveitar as mudanças advindas com a construção da hidrelétrica de Furnas e ainda, proporciona a seus visitantes experiências inusitadas (SACCONI, 2014).

Os 34 municípios lindeiros oferecem uma natureza espetacular e uma estrutura turística que combina tradições mineiras, esportes náuticos, pesca e trilhas ecológicas. Um roteiro surpreendente para cada visitante que percorre seus caminhos, redescobrimo lugares como Capitólio, onde estão as famosas Escarpas do Lago, maior base náutica de água doce da América Latina, Carmo do Rio Claro onde a tecelagem é internacionalmente conhecida por sua técnica e criatividade apurada, São João Batista do Glória, batizada como a cidade das cachoeiras ou Guapé, emoldurada pela beleza da represa, das serras e dos canyons, e muito mais espera por você no Mar de Minas (ALAGO, 2017).



Figura 8: Atividade turística nas cidades lindeiras ao reservatório de Furnas.

- (1) Cachoeira Santa Luzia - Parque Estadual da Serra da Boa Esperança (MG)¹⁴;
 (2) etapa do Campeonato Brasileiro de Moto Aquática em Boa Esperança (MG)¹⁵;
 (3) passeio de lancha e quedas d'água nas escarpas de Capitólio (MG)¹⁶;
 (4) passeio de chalana no Lago Azul em Capitólio (MG)¹⁷.

Fonte: Elaborada pelo autor.

É essencial para o desenvolvimento da atividade turística no Lago de Furnas a manutenção dos níveis do reservatório e da qualidade da água, pois sem ela, não há atrativo turístico. Pensando nisso é que a comunidade local, juntamente com os empresários voltados ao setor de turismo e lazer se organizaram e formaram, em 1999, a ASUL – Associação dos Usuários do Lago de Furnas com o objetivo de garantir o uso múltiplo das águas e ainda, garantir uma cota mínima de operação da represa. Essa articulação entre população civil e setor privado está diretamente ligada a uma redução de investimentos do governo brasileiro no setor energético (principalmente entre 1998 e 2003) e a condições hidrológicas desfavoráveis, que, exigiram que as hidrelétricas passassem a operar com vazões que diminuíram os níveis dos reservatórios e provocaram inúmeros impactos: a redução do movimento de turistas em 70%, a retração da produção agrícola em 40%, a redução da qualidade e da quantidade de peixes, paralisação dos transportes hidroviários (embarcações e balsas) e ainda, graves problemas ambientais, pois o esgoto que era lançado diretamente no Lago passou a percorrer a céu aberto causando odores

¹⁴ Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/128826312>> Acesso em 02 maio 2017.

¹⁵ Disponível em: <<http://podiosport.blogspot.com.br/2011/03/24-campeonato-brasileiro-de-jet-ski.html>> Acesso em 02 maio 2017.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.bhecoturismo.com.br/capitolio2.html>> Acesso em 02 maio 2017.

¹⁷ Disponível em: <https://www.tripadvisor.co.uk/LocationPhotoDirectLink-g1773682-d3386397-i77426945-Passeio_de_Chalana_Lago_de_Furnas-Capitolio_State_of_Minas_Gerais.html> Acesso em 02 maio 2017.

e colocando a saúde das pessoas em risco (ENGEL, 2000 *apud* RIBEIRO JUNIOR, 2004).

Visando evitar estes transtornos e oferecer condições básicas para o desenvolvimento e promoção da atividade turística na região, passa a ser pleiteado um acordo junto a Furnas Centrais Elétricas S.A. da manutenção de uma cota mínima para o reservatório de 762 m e recursos para o tratamento do esgoto urbano. Estas medidas visam criar melhores condições de balneabilidade e proporcionar melhorias na qualidade da água (RIBEIRO JUNIOR, 2004). Em resposta a estas questões a ALAGO conseguiu em 2006, junto a Furnas captar recursos para a elaboração e revisão dos Planos Diretores Participativos de 50 cidades, prevendo a participação popular nas discussões e levantando os principais aspectos de cada município de forma a propor soluções para problemas locais e regionais. O desenvolvimento destes instrumentos foi feito com a parceria de instituições de ensino superior, segmentos sociais e prefeituras municipais (ALAGO, 2017). Anos mais tarde, em 2011, a Funasa – Fundação Nacional da Saúde anunciou a possibilidade do financiamento de até 25 projetos¹⁸ de tratamento de esgoto de prefeituras do entorno do Lago de Furnas, além de verbas para a construção de aterros sanitários e aquisição de caminhões de coleta de lixo (SOUZA, 2011).

O importante frisar “incrementar o fluxo turístico de um destino, favorecendo o aumento de renda e dos empregos do setor compatível com a preservação ambiental, é resultado de um processo complexo de planejamento” (SCOTI, 2006 *apud* LEMOS JÚNIOR, 2010 p. 108-109), e só com a cooperação entre sociedade civil, poder público, setor privado e, sobretudo de Furnas, é que todo o sistema poderá funcionar em perfeito equilíbrio.

¹⁸ Boa Esperança (MG) foi contemplada com um destes projetos para a construção da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto Lago dos Encantos. Inaugurada em 2012, com um investimento de cerca de R\$ 9,5 milhões, faz com que a cidade passe a ter 100% do seu esgoto tratado, o que traduz qualidade de vida para a população e garante a preservação do lago. Disponível em: <<http://www.odaircunha.com.br/odaircunha/noticias/4881/ete-em-boia-esperanca-marca-a-preservacao-do-lago-de-furnas>> Acesso em 02 maio 2017.

3. A cidade de Boa Esperança (MG).

3.1. Dados gerais do Município.

Boa Esperança é um município do Sul do Estado de Minas Gerais, especificamente da mesorregião Sudoeste, localizada à latitude 21° 05' 15" S e à longitude 45° 35' 02" O, estando às margens do Lago de Furnas. A altitude máxima marcada é de 1.392 m na Serra da Boa Esperança e a mínima, de 755 m na Represa de Furnas. Segundo o Censo de 2010 (IBGE¹⁹), sua população é de 38.516 habitantes com previsão para 2016 de 40.412 pessoas e compreende uma área de 860,669 km². Faz limite a norte com o município de Guapé; a sul com Coqueiral, Campo do Meio, Campos Gerais e Santana da Vargem; a leste com Cristais e Aguanil; e a oeste, com os municípios de Ilícinea e Carmo do Rio Claro²⁰.



Figura 9: Localização do município de Boa Esperança (MG), Brasil.

Fonte: Elaborada pelo autor.

O município possui um relevo montanhoso o que interfere no seu clima, caracterizado como do tipo tropical úmido e um regime de chuvas com médias de precipitação anual de 1500 mm. Sua hidrografia é constituída de rios e ribeirões, afluentes do Rio Grande, um dos rios formadores do reservatório de Furnas. A Represa inundou uma área de 139,57 km² do município (Tabela 2) e trouxe consigo

¹⁹ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁰ Dados e informações do *website* da Prefeitura Municipal de Boa Esperança. Disponível em: <<http://www.boaesperanca.mg.gov.br/>> Acesso em 05 maio 2017.

a criação de um grande lago artificial na área central da cidade, denominado Lago dos Encantos. Ele é alimentado pelas águas dos ribeirões Marimbondo, Maricota e Cascavel e possui uma extensão total de aproximadamente 7,38 km² (738 ha), sendo 3,53 km² (353 ha) sua parte que banha a cidade e 7,1 ha a soma das lagoas formadas no bairro Maringá (5,14 ha) e a da Praça Nicésio Ferreira Maia ou Praça do Fórum (1,94 ha), totalizando 3,61 km² (361 ha). A parte que banha as regiões de Inhumas e da Água Mansa tem aproximadamente 3,72 km² (372 ha) e a várzea a montante 3,45 km² (345 ha)²¹. A partir da construção de um dique ele mantém seu nível constante, além de impedir que descargas de esgoto retornem em direção à cidade (GUIMARÃES; SANTOS, 2015). O Lago dos Encantos é tombado²² pelo patrimônio municipal através do Decreto Municipal Nº 574 de 26 de janeiro de 1998, já sujeito a proteção especial do município pela Lei Nº 2.068 de 10 de abril de 1997².

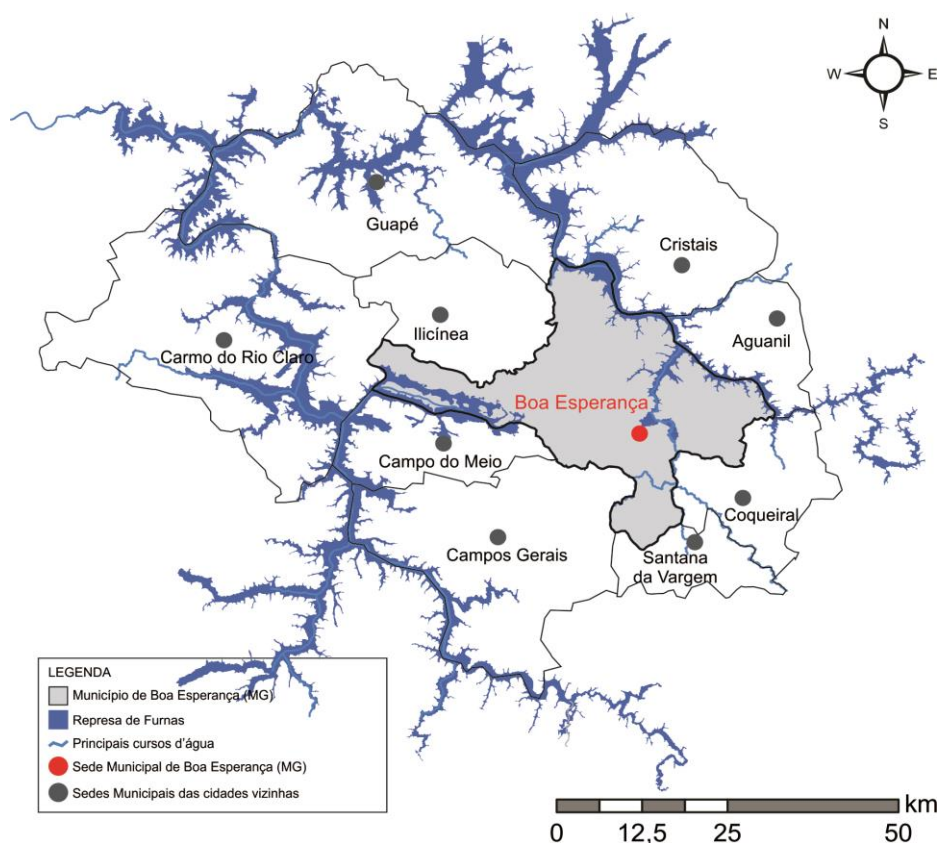


Figura 10: Municípios vizinhos de Boa Esperança e a hidrografia da região.

Fonte: IGAM - Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Modificada pelo autor).

²¹ Dados da MC - Levantamentos Topográficos e Geodésicos informados (MAIA, 2016).

²² O Tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei Nº 25 de 1937 com a função de proteger e garantir a manutenção de bens que reservam valor histórico, cultural ou ambiental. Ele é aplicável a bens materiais e naturais, podendo acontecer a nível municipal, estadual e federal (Anotações do autor).

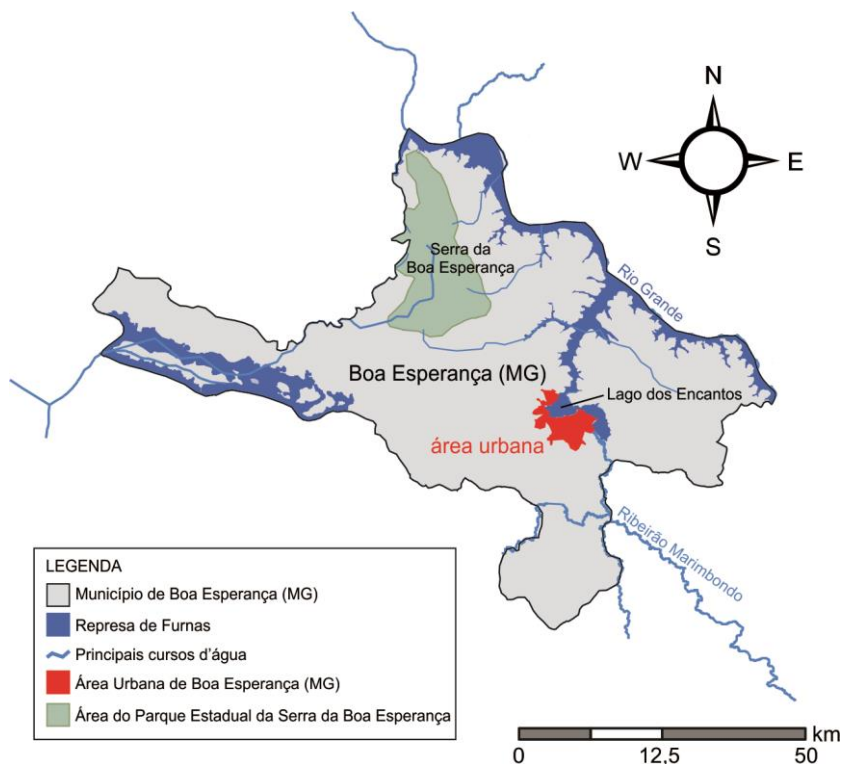


Figura 11: Limites do Município de Boa Esperança (MG) e principais cursos d'água.

Fonte: IGAM - Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Modificada pelo autor).



Figura 12: O Lago dos Encantos e a cidade de Boa Esperança (MG).

Fonte: BING MAPS. Boa Esperança (MG) - Modificada pelo autor. Disponível em: <<https://www.bing.com/maps>> Acesso em 06 de maio de 2017.

A economia do município gira em torno principalmente da agropecuária, sobretudo do cultivo de grãos (café, milho e feijão) e de gado para corte e leite, possuindo também a prestação de serviços e o comércio como atividades geradoras de renda para a população. O turismo, neste sentido, é uma importante fonte de

renda para a cidade uma vez que, após a construção da hidrelétrica de Furnas e a formação do Lago, somou um novo atrativo à paisagem, embelezando-a e ainda, oferecendo lazer à comunidade dorense; além disso, recentemente os *royalties* recebidos por Furnas também têm ganhado relevância na economia da cidade, pois se configuram como uma ajuda financeira dada aos municípios impactados pelo reservatório²³. Já o comércio, segundo Lemos Júnior (2010), é bem diversificado, o que garante o atendimento não só da população local, mas como também de alguns municípios vizinhos.

3.2. Aspectos históricos do Município.

A história de Boa Esperança está ligada à exploração de terras: o Estado de Minas Gerais era tido como detentor de grandes riquezas naturais, sobretudo de minérios e de pedras preciosas que, naquela época, eram cobiçados e motivaram as expedições conhecidas como Bandeiras (OLIVEIRA, 2011). A escritora Marlene Oliveira, explica em seu livro:

As primeiras cidades fundadas em Minas Gerais devem sua origem à ambição pelo ouro, que moveu bandeirantes, fazendo-os caminhar léguas [a] lugares antes não penetrados [...]. Por isso partiram com as ordens Del-rei ou por conta própria. E foram fazendo suas entradas. É então que se esboçam os primeiros povoados que, indicando a localização da antiga riqueza aurífera e de diamantes de Minas Gerais, constituíram o início da vida civilizada dos sertões mineiros. A população agrupou-se na comunidade quase anônima do arraial e se dedicou à procura do ouro. E os povoados mineiros cresceram à sombra da Igreja (OLIVEIRA, 2011 p. 29).

Assim, como várias cidades do interior de Minas Gerais, Boa Esperança surgiu da busca pelo ouro por bandeirantes no final do século XVIII. A história conta que em 1760, foi iniciada uma nova expedição para verificar veios auríferos na Província, e que chegaram assim, a “serra das esperanças”. Essa expedição examinou vários córregos e ribeirões, mas sem sucesso algum, a não ser “ouro fino na serra da esperança” (OLIVEIRA, 2011 p. 29). Oliveira (2011 p. 29) conta que não se sabe o porquê dessa denominação à Serra, mas que “talvez seja devido aos bandeirantes, que ao divisarem seu perfil, sentirem boa esperança, na ida, pela

²³ Dados e informações do *website* da Prefeitura Municipal de Boa Esperança. Disponível em: <<http://www.boaesperanca.mg.gov.br/>> Acesso em 05 de maio de 2017.

vizinhança de sonhados tesouros, ou, na volta, por anteveram caminhos conhecidos na direção dos lares há muito tempo deixados, mas sempre presentes em sua lembrança”.

O bandeirante João de Sousa Bueno, juntamente com sua numerosa comitiva se fixou às margens do Córrego do Ouro (atual divisa entre Boa Esperança e a cidade de Três Pontas) visando à sondagem do terreno e sem outro objetivo a não ser encontrar as riquezas da região. Por volta de 1776, o Capitão-Mor de Milícias José Alves de Figueiredo e seu amigo Constantino de Albuquerque após receberam sesmarias, chegaram ao local. O desbravador José Alves de Figueiredo, considerado o fundador de Boa Esperança, decidiu por estabelecer moradia na região, enquanto seu amigo partiu em direção ao Rio Sapucaí, especificamente à região da atual cidade do Carmo do Rio Claro²⁴.

Já havia na região descendentes de aborígenes, de paulistas e de outros aventureiros que a partir da busca pelo ouro, se apossaram de terrenos para posteriormente vendê-los, dificultando a posse das terras intituladas ao Capitão. Era uma grande extensão territorial, que combinada à pequena população, demandava recursos religiosos e judiciários. O Capitão então passa a procurar atrair habitantes para suas terras, além da figura de um padre²⁵. A chegada do Padre Cleto e de algumas famílias anos mais tarde, contribuiu para a formação do núcleo que se desenvolveu a povoado. De acordo com registros da Diocese de Campanha (MG) (*apud* OLIVEIRA, 2011 p. 31), isso fica evidente:

A 29 de março de 1784 foi autorizada a construção da primeira ermida, que ficou sob a proteção de Nossa Senhora das Dores. Seu patrimônio foi doado pelos capitães Antônio Carvalho Azevedo e José Alves de Figueiredo, além de José Meireles de Matos, Francisco José da Silva Serrote e outros. O patrimônio era enorme, porém muito se reduziu com o correr do tempo.

Foi em torno desta ermida dedicada a Nossa Senhora das Dores (padroeira da cidade), que a população se concentrou e cresceu sob o nome de Dores do Pântano. Segundo registros, o termo Pântano surge pela primeira vez em 1792²⁶ pelo fato do solo local ser bastante alagadiço com presença de brejos por toda sua

²⁴ Datas e informações históricas provenientes da Enciclopédia dos Municípios Mineiros, Vol. XXIV ano 1958.

²⁵ Datas e informações históricas provenientes do Esboço Histórico de Boa Esperança de 1942 escrito por Newton Freire Maia.

²⁶ “Os vinte e seis de agosto de mil setecentos e noventa e dois, na Ermida do Pântano, filial desta Matriz (Lavras), o padre Francisco da Costa Miranda, de licença, batizou e pôs os santos óleos a Antônio [...]” - registros da Diocese da Campanha (*apud* OLIVEIRA, 2011 p. 31).

extensão (OLIVEIRA, 2011). Por Alvará Real, em 19 de junho de 1813 foi elevada a freguesia e distrito; apesar do pequeno desenvolvimento, já sob o nome de Dores da Boa Esperança se transformou em vila pelo Art. 1º da Lei Provincial Nº 1.303 de 3 de novembro de 1868; e em município, pela Lei Provincial Nº 1611 de 15 de outubro de 1869, pertencendo à Comarca do Sapucaí sediada pela cidade de Três Pontas (LEMOS JÚNIOR, 2010).

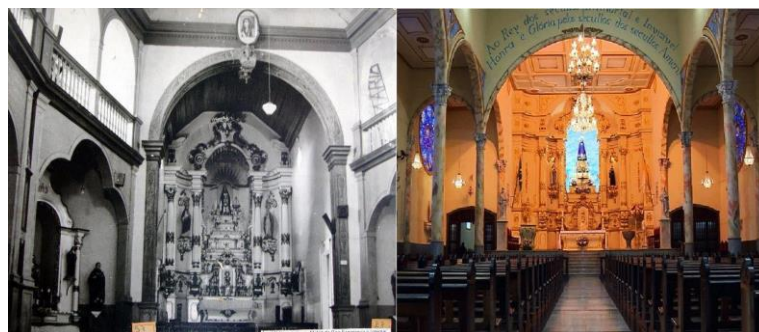


Figura 13: O altar-mor da antiga Ermida de Nossa Senhora das Dores²⁷ - o único remanescente da sua primeira configuração - fotos de 1969²⁸ e 2013²⁹.

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com Lemos Júnior (2010), em 1885 a cidade já possuía cerca de 300 construções, porém com um desenvolvimento lento, pois não havia uma motivação econômica relevante que atraíssem fortes correntes migratórias ao município. Em 1911, o município contava com três distritos: Dores da Boa Esperança, Congonhas da Boa Esperança (atual Illicínea) e São Francisco do Rio Grande (atual Guapé); mais tarde, em 1923, o distrito de Guapé é desmembrado, o de Congonhas passa a ser chamado Illicínea, ganhando outro distrito o do Itaci; e Coqueiral - que pertencia a Campos Gerais - passa a ser distrito do município, somando em 1933, quatro distritos sob sua administração: Dores da Boa Esperança, Illicínea, Itaci e Coqueiral.

“Em 1938, a cidade e o município deixaram de chamar-se Dores de Boa Esperança para denominarem-se apenas Boa Esperança, nome da serra que corta

²⁷ Intitulada Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores, a Igreja Matriz sofreu uma série de transformações passando por várias reformas desde a sua construção. Nos seus mais de 200 anos de história é sem dúvidas um dos patrimônios mais importantes da cidade.

²⁸ Foto: Acervo fotográfico da Casa da Cultura de Boa Esperança (MG).

²⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/01/parouquia-de-nossa-senhora-das-dores-completa-200-anos.html>>. Acesso em 06 maio 2017.

o município ao centro e que domina o horizonte da cidade” (LEMOS JÚNIOR, 2010 p. 91). No mesmo ano o distrito do Itaci é destinado a Carmo do Rio Claro (1938), e, posteriormente, Coqueiral (1948) e Ilicínea (1953) finalmente se emancipam fazendo com que o município de Boa Esperança se constituísse somente do distrito sede³⁰.



Figura 14: Serra da Boa Esperança³¹ - cadeia de montanhas que dá nome à cidade.

Foto: Bruno Sppadina (s/d).

3.3. Análise urbana e da paisagem.

Boa Esperança (MG), assim como qualquer outra cidade, assistiu sua paisagem ser modificada ao longo da história. Essas mudanças estão sempre relacionadas a uma série de acontecimentos, uns mais impactantes, outros nem tanto. O caso de Boa Esperança é de mudanças bastante drásticas, sendo de suma importância entendermos suas transformações, sobretudo aquelas relacionadas a um fato em especial: a criação da hidrelétrica de Furnas na década de 60, onde o município tem parte de suas terras inundadas pelas águas que formaram o Lago de Furnas – atualmente, um cartão postal da cidade. Dos 34 municípios lindeiros, somente seis tiveram seus espaços urbanos atingidos e Boa Esperança, além de Campo do Meio, Capitólio, Fama, Guapé e São José da Barra, estão neste grupo (LEMOS JÚNIOR, 2010).

Por este motivo, uma parte da cidade é submergida pelas águas da represa, fazendo com que várias casas, comércios como diversas outras construções

³⁰ Datas e informações históricas provenientes do site do IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1MJ>>. Acesso em 06 maio 2017.

³¹ Em visita ao município em 1936, o compositor Lamartine Babo, a convite do escritor e fã Carlos Netto, inspirou-se pela paisagem e compôs uma de suas mais conhecidas canções “Serra da Boa Esperança” (OLIVEIRA, 2011).

datadas dos primeiros anos de história e formação da cidade fossem indenizadas e demolidas. Tem-se o objetivo aqui de estudar como era a dinâmica urbana de Boa Esperança antes e depois da chegada do Lago de Furnas, sobretudo no sentido de identificar quais foram essas áreas inundadas o que elas representavam e como a cidade cresceu a partir desta situação³².

3.3.1. A cidade e a paisagem do passado.

Nos primeiros anos, a cidade de Boa Esperança se comportou, segundo Oliveira (2011 p. 39), de maneira “irregular e não planejada, [e] foi aos poucos crescendo [sua área], ao mesmo tempo em que novos bairros integravam-se à vida urbana. Ruas estreitas, casas avançando em desníveis e outras deficiências, em desacordo com os métodos de engenharia...”. A autora ainda comenta que no início foram até traçados os quadrantes para a urbanização, mas ao longo do processo as pessoas foram construindo suas residências sem obedecer nenhuma lógica ou sequer algum parâmetro para uma boa ordenação urbanística.

A cidade cresceu em volta do núcleo tradicional: a Igreja, as Repartições Públicas e a Praça Central, que em Boa Esperança são chamados de Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, a Antiga Prefeitura Municipal e a Praça Coronel Neves (apelidada Jardimzão), respectivamente. Esse trieto, com destaque à Igreja Matriz, foi aos poucos determinando a expansão da cidade e concentrou suas primeiras edificações.

A partir da Igreja Matriz se estendiam as principais vias da cidade:

1. A Rua Direita, atual Rua Presidente Getúlio Vargas é uma das mais conhecidas ruas da cidade. Assim como em várias cidades brasileiras, Boa Esperança também tem a sua; e o seu nome, era dado pelo ao fato dela ficar à direita da Igreja³³, assim como acontece na cidade. Atualmente ela começa em frente à Praça Padre Júlio Maria e desce em mão única em sentido à Igreja Matriz,

³² Panerai (2006 p. 55) coloca o estudo do crescimento urbano como uma importante ferramenta para “determinar aquelas lógicas inscritas profundamente no território que esclarecem as razões de ser do assentamento atual”.

³³ GIGLIO, Vilton. Leia as histórias - paisagens e lugares: Rua Direita. 2012. Disponível em: <<http://saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/6633/Rua%2BDireita>> Acesso em 07 maio 2017.

concentrando parte dos serviços e comércio oferecidos pelo município (OLIVEIRA, 2011);

2. A Rua Esquerda ou Rua de Trás, atual Rua Governador Valadares (OLIVEIRA, 2011) é a rua paralela à Rua Direita, ficando à esquerda da Igreja Matriz. Ela chega à Praça Coronel Neves, onde se concentravam as residências das famílias mais tradicionais;

3. A Rua Capitão Neves, ocupada em toda a sua extensão, era a principal rua da cidade naquela época: ela ia da Igreja Matriz até a Igreja do Rosário - demolida em 1936 para a abertura da Avenida da Saudade que termina no Cemitério Novo, inaugurado em 1937. Após a primeira ponte (que vencia o ribeirão Maricota), da Rua Capitão Neves abria-se uma bifurcação: à esquerda seguia-se para a Igreja do Rosário e à direita para a Avenida São Vicente de Paula que abriga a Santa Casa de Misericórdia de Boa Esperança, construída entre 1918 e 1924. Boa Esperança já contava com um hospital desde 1880, sendo fundado graças a doações do Padre Vitoriano Inocêncio Vilela, neto do Capitão José Alves de Figueiredo, construído no antigo Largo da Misericórdia ou Praça da Boa Morte (atual Praça Tiradentes). O Hospital funcionou ali até 1907, e além dele, também o primeiro Cemitério da cidade, que posteriormente foi transferido para onde é atualmente o Colégio Padre Júlio Maria e depois, como já comentado, para o final da Avenida da Saudade³⁴.

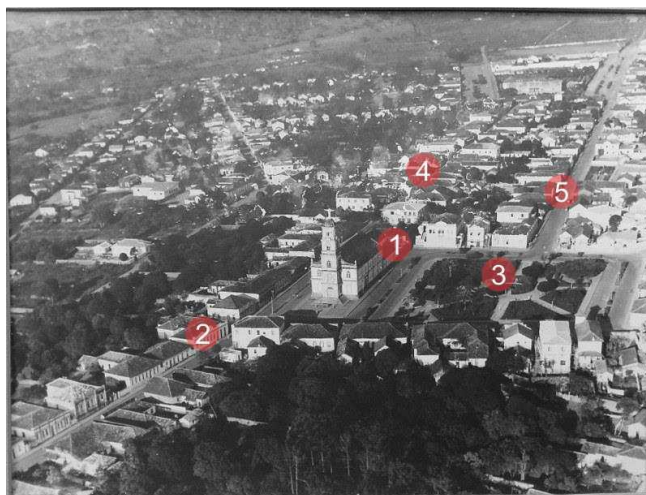


Figura 15: Foto aérea da área Central da cidade antes do Lago de Furnas.

- (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores.
- (2) Rua Capitão Neves - rua principal da época.
- (3) Praça Coronel Neves - Jardimzão;

³⁴ Datas e informações históricas provenientes do Esboço Histórico de Boa Esperança de 1942 escrito por Newton Freire Maia.

- (4) Rua Direita - atual Rua Presidente Getúlio Vargas;
- (5) Rua Esquerda - atual Rua Governador Valadares.

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Municipal de Boa Esperança (s/d) - Modificada pelo autor.

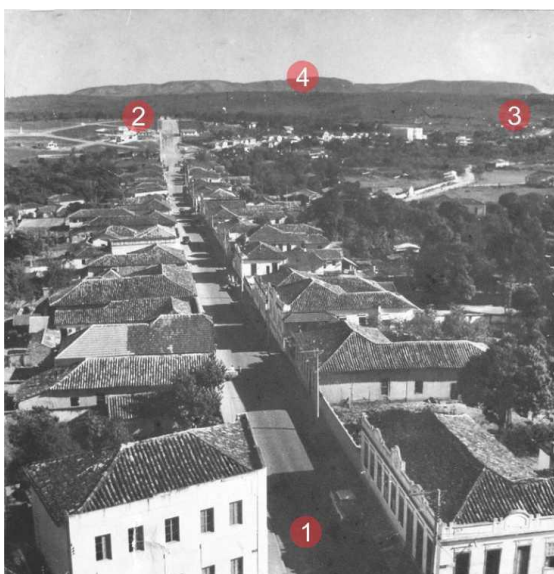


Figura 16: Foto aérea da Rua Capitão Neves em sentido à Avenida da Saudade.

- (1) Rua Capitão Neves - ao fundo algumas das casas inundadas pelo Lago dos Encantos;
- (2) Cemitério Novo - inaugurado em 1937;
- (3) Região da Chapada vista de longe (canto direito da fotografia);
- (4) Serra da Boa Esperança no horizonte.

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Municipal de Boa Esperança (s/d) - Modificada pelo autor.

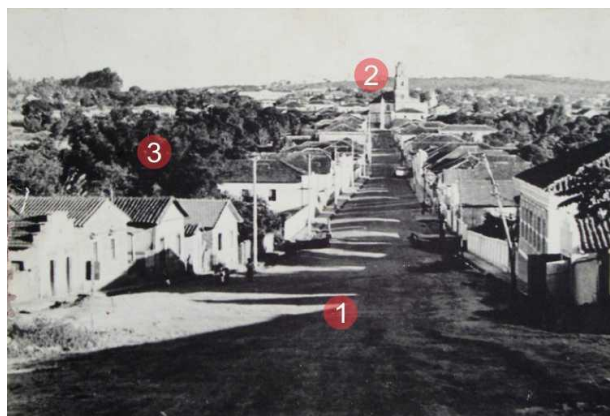


Figura 17: Bifurcação da Rua Capitão Neves - início do morro do Cemitério Novo.

- (1) Rua Capitão Neves - algumas das casas inundadas pelo Lago dos Encantos;
- (2) Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores ao fundo;
- (3) Área que atualmente é o Lago dos Encantos.

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Municipal de Boa Esperança (s/d) - Modificada pelo autor.

A cidade passa a ter água encanada em 1911. Em 1915, tem construído o seu clube social o RCD - Radium Clube Dorense (até hoje em atividade) e o Colégio Boa Esperança, um dos primeiros da cidade; em 1916 já oferecia serviço telefônico

e em 1920, energia elétrica. Em 1922 é inaugurado o prédio da Antiga Prefeitura³⁵, na Rua Coronel Neves e, anos mais tarde, em 1929, o Jardim da Praça Coronel Neves. Em 1931, a Escola Normal Pedro II é criada. O serviço bancário chega em 1934 com o Banco Mineiro do Café. Em 1939 é construída uma nova rede de esgoto para a cidade e, três anos depois “o primeiro paralelepípedo da cidade [é] colocado no dia 25/03/1942, na Rua Getúlio Vargas, em frente à Farmácia Freire, do senhor José Silva, iniciando naquele ano o calçamento das ruas de Boa Esperança” (OLIVEIRA, 2011 p. 107).

A cidade é recortada em diversas direções por quinze ruas, cinco praças e oito becos. E nas praças e largos denominam-se Matriz, Boa Morte, Cemitério, Rosário e Passos. As ruas, algumas calçadas com cordões de pedras mal conservados, em geral são pantanosas e esburacadas. A falta de iluminação pública torna essas ruas intransitáveis em noites escuras. [*Revista do Arquivo Público Mineiro*, em antiga publicação depositada na Biblioteca Municipal de Boa Esperança] (*apud* OLIVEIRA, 2011 p. 40).

Porém, este núcleo Central não era o único da cidade. Da bifurcação da Rua Capitão Neves em sentido à Avenida São Vicente de Paula, passava-se por uma segunda ponte (que vencia o ribeirão Cascavel) para se chegar à Igreja de Nossa Senhora Aparecida, construída em 1891. Nas imediações desta Igreja se estabeleceu a Chapada, o outro núcleo de ocupação de Boa Esperança naquela época. Além da presença da Igreja, a presença de água e o fato do local ser o principal acesso da cidade são os prováveis fatores que impulsionaram a ocupação e o desenvolvimento da área. Segundo relatos, a área era proveniente do loteamento de antigas fazendas que pertenciam a Alberto Barbosa de Moraes e Zé Jonas.

A Chapada, então, se constrói como um aglomerado de casas e até mesmo alguns comércios, próximos ao ribeirão Cascavel no sentido Norte da cidade. Eram duas ruas principais: a Avenida Brasil e a Rua Dona Cândida - na primeira delas, considerada uma estrada ‘boiadeira’³⁶ e larga, tinham casas, comércio farto como mercearias, açougue e até mesmo farmácia, onde as famílias podiam comprar arroz, milho e feijão (o que era mais produzido na época, em vista das culturas de várzea); enquanto isso, a Rua Dona Cândida era ocupada por casas mais precárias,

³⁵ O prédio da Antiga Prefeitura, todo em estilo neoclássico, foi incendiado em 1971 destruindo além do edifício, grande parte dos registros históricos do município.

³⁶ Estrada ‘boiadeira’ é aquela que passa o trânsito de carros de bois, meio de transporte utilizado na época para transportar cargas, produtos agrícolas e pessoas.

sobretudo dos trabalhadores das lavouras, lavadeiras e até mesmo empregadas domésticas que trabalhavam nas casas do Centro da cidade.

“A rua principal era larga, tinha comércio, tinha de tudo, a cidade era ali, até farmácia tinha, que era difícil naquela época. Tinha casa de um lado e de outro da rua. Vendia arroz, milho, feijão, carne, tudo. O comércio que a gente ia era ‘numa’ casa alta, com quatro degraus ‘pra gente’ subir, as prateleiras eram de vidro, eu lembro muito de ir lá. Eu era criança, é difícil saber quantas casas tinham, mas muita gente morava ali. Do lado direito era pasto, areeiro, uma vargem. Já do lado esquerdo assim, a Rua Dona Cândida, que tem o nome da minha avó (...) foi ela que construiu a Igrejinha. Tinha casinhas mais simples, era o povo que trabalhava na lavoura, (...) tinham as lavadeiras: elas pegavam as roupas da gente num dia e entregava no outro. Lavavam tudo no ribeirão que tem lá (...) a gente não tinha máquina de lavar ‘né’? Muita gente trabalhava nas nossas casas, tinha até uma mulher que trabalhava para a mamãe (...)” (MPMV, 82 anos).

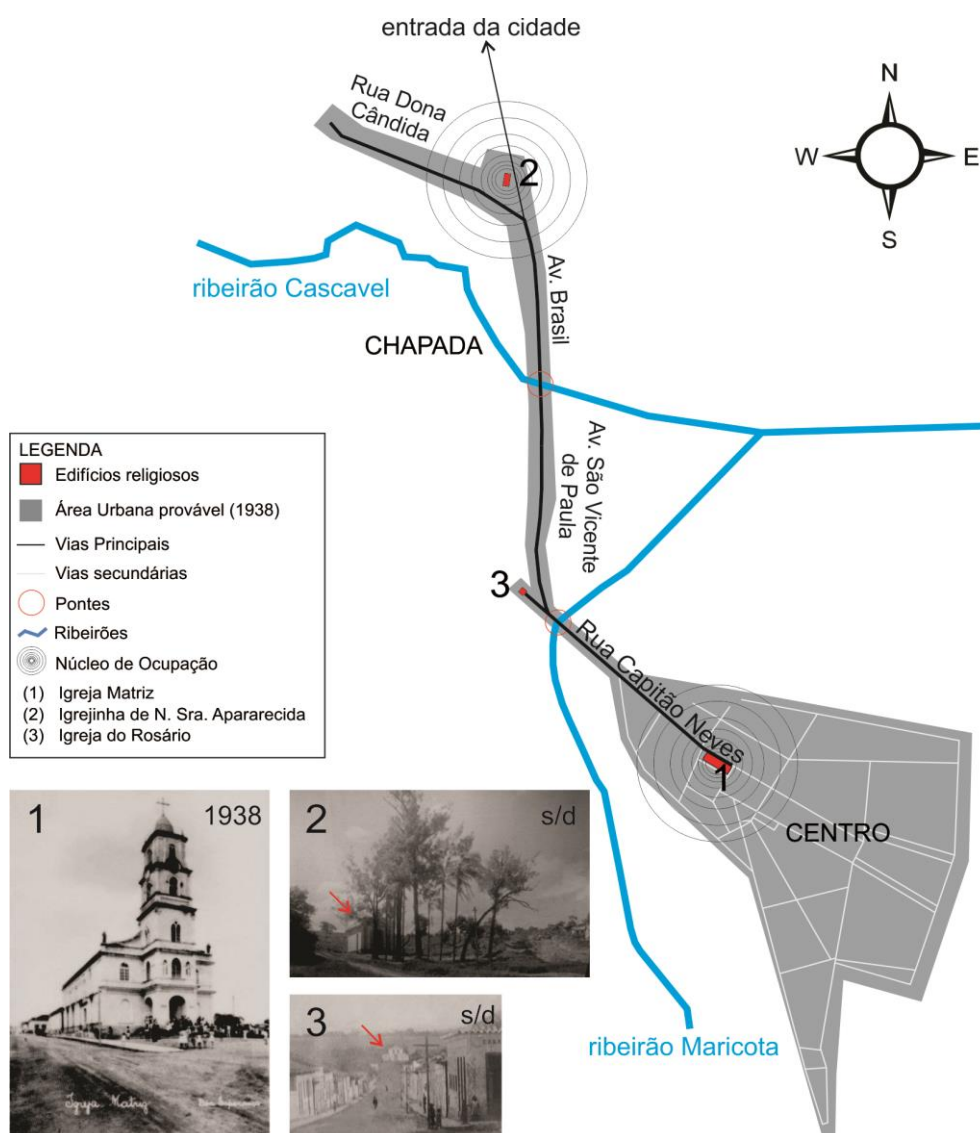


Figura 18: Os núcleos iniciais de ocupação de Boa Esperança (MG).

Fonte: Elaborada pelo autor.

A cidade, portanto, compreendia esses dois núcleos de ocupação³⁷: o primeiro e mais tradicional considerado hoje o Centro da cidade, e a Chapada, o bairro ao norte, conectados principalmente pela Rua Capitão Neves. O entorno destas aglomerações era ocupado pelos vastos pastos e plantações das fazendas, com destaque à propriedade do Sr. José Diniz cuja sede era bem próxima da cidade. É o que Oliveira (2011 p. 39) diz: “O urbano e o rural se fundiram em Boa Esperança”. No ano de 1937, a cidade possuía a seguinte delimitação: “da Rua Coqueiral até a esquina com as Ruas Ilicínea, General Osório até esquina da Rua União até Rua Minas Gerais, Praça Coronel Neves, 7 de Setembro, Tiradentes, Municipal e Rui Barbosa, Travessias 1, 2 e 3” (OLIVEIRA, 2011 p. 39). Um ano depois, em 1938, as Irmãs Sacramentinas chegam a Boa Esperança e passam a coordenar a recém adquirida Escola Normal Pedro II que, anos mais tarde, ganha uma outra sede, a mesma que ainda funciona o Colégio Padre Júlio Maria. Na porta da escola é construída uma praça, a atual Praça Padre Júlio Maria: importante ponto de referência na cidade e que abrigou o primeiro hotel de Boa Esperança - o Hotel Dorense (local da atual Prefeitura Municipal).

O perímetro urbano é delimitado por uma linha que dista 100 metros do eixo das ruas: Praça da Estrela, Rua dos Passos, Rua Bias Fortes, Praça Santa Cruz, Rua 2 de Novembro, Praça Rui Barbosa, Rua 12 de Outubro, Rua Osvaldo Cruz, Praça Municipal, [Rua] Capitão Neves, Rua Itaci, Praça da Independência, Praça Rio Branco, Avenida Brasil até Praça 13 de Maio, Praça da Estrela. [Publicação do Decreto Lei Municipal Nº 12 de 20 de maio de 1938 no Jornal *A Ordem* de 12/06/1938] (*apud* OLIVEIRA, 2011 p. 40).

³⁷ Definidos como pólos de crescimento por Panerai (2006), estes núcleos se caracterizam por regiões de origem de crescimento e segundo ele (p. 62), estão marcados “*no tecido como um lugar singular, um local de concentração que indica acumulação histórica, o valor comercial, a carga simbólica. O traçado das vias, sua convergência, o fracionamento da malha, a concentração de monumentos fornecem indícios*”.

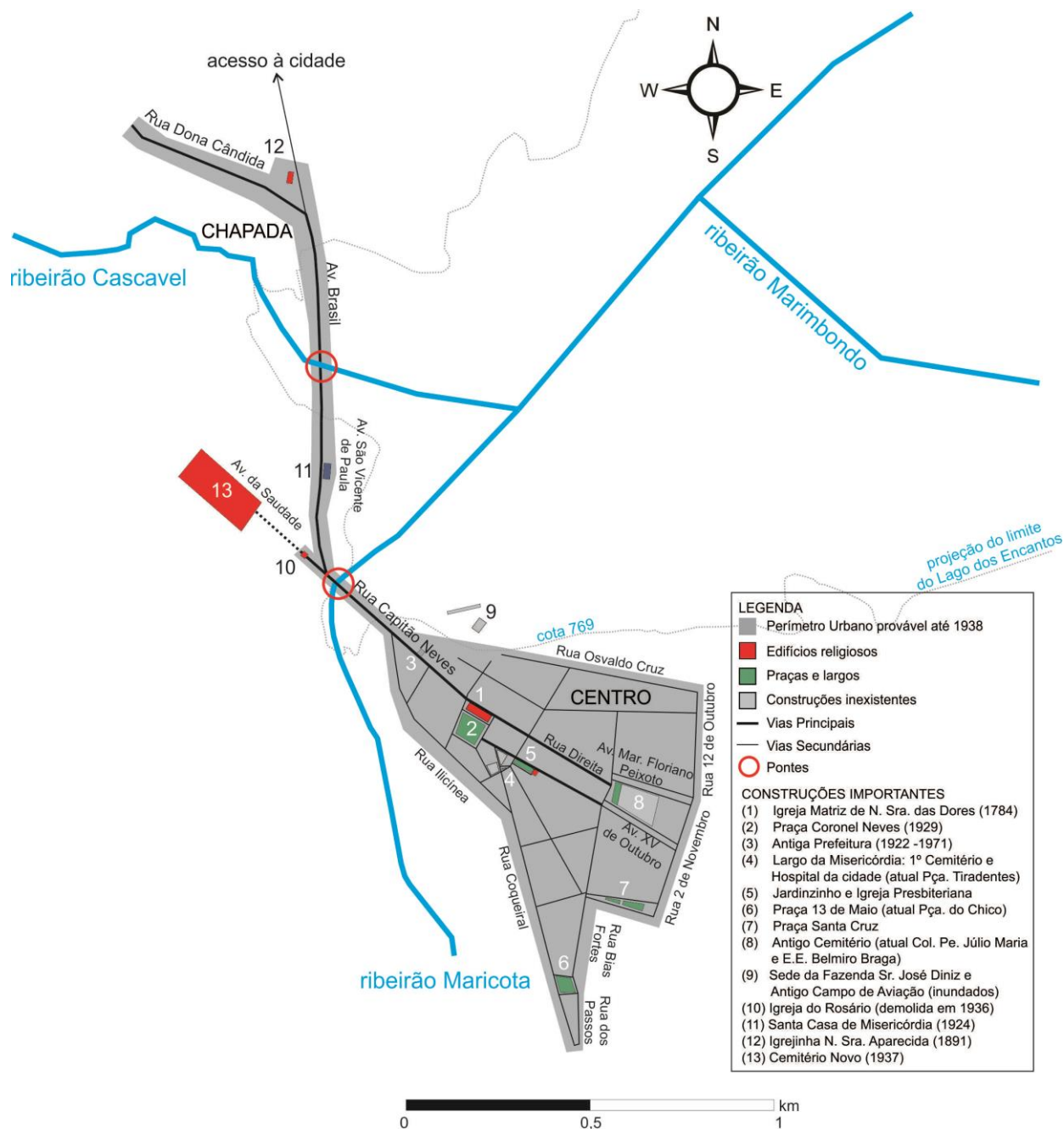


Figura 19: O perímetro urbano de Boa Esperança (MG) em 1938 (provável).

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Mineiros (1958 p. 196), a partir do século XIX, as pessoas que chegavam à cidade, se estabeleciam definitivamente, uma vez que a maioria dos habitantes era descendente dos troncos primitivos. “De quando em vez a lavoura de café, a criação do gado, os diversos ramos da indústria e atividades técnicas trazem novas famílias ao município, as quais vão aumentando o índice demográfico”. A vida em Boa Esperança, naquela época, girava em torno das atividades agrícolas e pastoris, com uma população totalmente dependente da

agricultura principalmente. O Censo de 1950 apurou 22.091 habitantes no município, com mais de 70% desta população vivendo na zona rural (Tabela 3).

Tabela 3: Localização da população do município de acordo o Censo de 1950.

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE	
	Números absolutos	% sobre o total
Cidade.....	4 800	21,72
Ilínea.....	1 448	6,55
Quadro rural.....	15 843	71,73
TOTAL.....	22 091	100,00

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Mineiros, Vol. XXIV. 1958 p. 197.

A pesquisa mostra o reflexo da dependência econômica da população do município ao setor agrícola e isso, sem dúvidas refletiu na estruturação da cidade que viveu um grande êxodo rural. Até os anos 50, segundo Oliveira (2011), a cidade terminava no Grupo Belmiro Braga que antes era terreno do Antigo Cemitério, marcando os limites extremos da cidade; em 1951, os bairros Vila Moscardini, Nova Era e Vila Neusa no sentido do Centro, e a Vila Maringá (próxima à Chapada) são inaugurados. A construção da Avenida João Júlio de Faria e da Rua Jarbas Pimenta ganha destaque, pois passam a ligar o Centro da cidade a alguns destes novos bairros, e a Avenida XV de Outubro, recebe o primeiro terminal rodoviário (1953). Contudo, a cidade não possuía grandes padrões de crescimento, se desenvolveu aos poucos a partir de uma dinâmica que, anos mais tarde, com a vinda do Lago de Furnas, foi completamente modificada.

Com parte da cidade inundada e com a água agora como um limite³⁸ à ocupação, a população passa a lidar com um novo cenário urbano. De acordo com os registros, Boa Esperança tem a sua área urbana inundada a partir de 1965, após o fechamento da barragem da hidrelétrica em 1963. As desapropriações das terras e das casas começaram a ser feitas em 1958, causando grande impacto aos moradores. Das terras indenizadas, muitas delas eram férteis, trazendo prejuízo aos proprietários e, como os preços pagos foram considerados irrisórios, eles ficaram

³⁸ Os limites são bordas características de um setor e que marcam visualmente seu término. Eles podem se configurar como um corte no tecido, por uma mudança nas tipologias do espaço, por rupturas do relevo, etc. *“Muitas vezes os limites se confundem com as barreiras ao crescimento (antigas ou atuais), o que faz sentido, uma vez que elas são elementos importantes na formação do tecido”* (LYNCH *apud* PANERAI, 2006 p. 33).

impossibilitados de adquirir novas propriedades. Toda a economia do município viu-se afetada, pois as terras inundadas eram bastante produtivas, o que impulsionou na época grande êxodo rural destas famílias. A cidade assim passa a receber grande número de pessoas da zona rural, aumentando sua população e, demandando maior infraestrutura urbana e investimentos que pudessem compensar os danos ao município (MAIA, 2016).



Figura 20: Rua Capitão Neves (s/d e 2015).

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Municipal de Boa Esperança (s/d) e Adriano de Oliveira (2015).

“Sob as águas que formam o lago existiam antes das inundações pastos, várzeas e ruas que tiveram suas casas desapropriadas e foram demolidas. A Praça Nicésio F. Maia e imediações foram aterradas” (MAIA, 2016 p. 3). Relatos³⁹ contam aproximadamente 320 residências demolidas, sendo estas, localizadas boa parte na Rua Capitão Neves e a maior parte delas, na antiga região da Chapada. A cota de referência para a inundação era a 769, tudo que estava abaixo disso, tornou-se lago (Figura 24). Não só o lago trouxe alterações na morfologia da cidade, mas também as obras que tiveram de ser executadas, como os aterros, além da abertura de novas vias ou até mesmo a modificação de algumas das já existentes. Boa Esperança passa por um processo de reurbanização, sobretudo no sentido de adaptar a estrutura da cidade ao novo elemento que passa a compor sua paisagem.

³⁹ Dado coletado na Secretaria de Obras da atual administração da Prefeitura Municipal de Boa Esperança (MG). Os números não são precisos em vista de que, em 1971, a Antiga Prefeitura foi incendiada e todos os registros foram queimados. Portanto, o que prevalece aqui é o registro oral.



Figura 21: Pastagens e áreas inundadas pelo Lago dos Encantos – nos fundos da primeira fotografia a cidade de Boa Esperança (MG).

Fonte: Antônio Silva (1969).



Figura 22: Fotos da Beira Lago (s/d e 2013).

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Municipal de Boa Esperança (s/d) e Adriano de Oliveira (2013).

Para a estabilização do nível da água - que nas épocas de cheia inundavam as várzeas dos rios formadores e nas estações da seca, formavam pequenas lagoas que eram foco de insetos e desconforto para a população - o então Prefeito da cidade João Júlio de Faria pleiteou uma das principais obras para a cidade: a construção do dique. Em 1971 ele pediu junto a Furnas recursos para a construção de uma nova barragem no encontro dos ribeirões Cascavel e Marimbondo; aprovadas em 1972, as obras começaram em 1975 e foram concluídas em 1976, embora pouco tempo depois ela viesse a romper (1977). A sua reconstrução começou em 1981 e foi concluída em 1982 sob o mandato do Prefeito Laércio Freire. A barragem tem estrutura de concreto armado recoberto de pedras com vertedouro para escoar o excesso da água do reservatório, evitando assim, o rebaixamento da lâmina d'água, mantendo seus níveis constantes e possibilitando o seu uso em todas as épocas do ano (MAIA, 2016). A barragem é uma vantagem experimentada por Boa Esperança permitida por sua posição geográfica e pela sua relação espacial com o reservatório. Isso possibilitou uma situação bastante

inusitada se comparada às demais cidades afetadas: um lago com o nível constante, com uma qualidade paisagística permanente e, além disso, localizado muito próximo ao perímetro urbano, cerca de somente 200 m da Igreja Matriz, o que permite o fácil acesso da população.

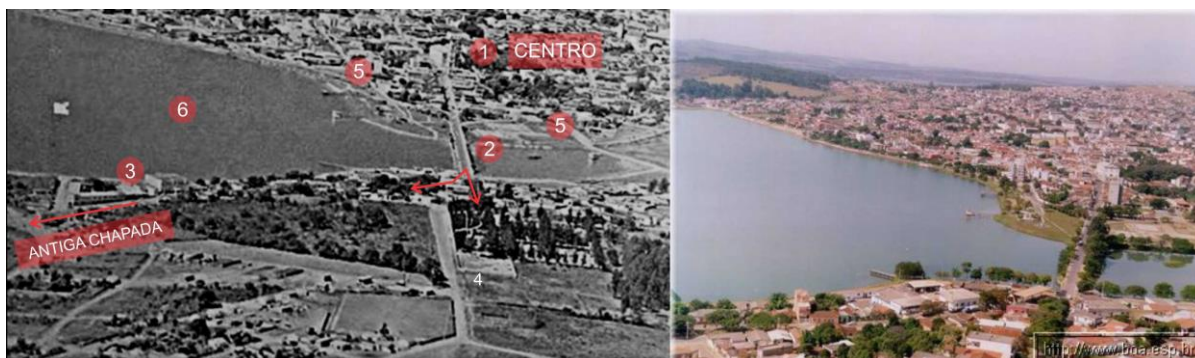


Figura 23: Fotos aéreas, antes e depois da cidade já com o Lago dos Encantos (s/d).

- (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores e Praça Coronel Neves;
- (2) Aterro da Rua Capitão Neves: bifurcação para a Av. S. Vicente de Paula e Av. da Saudade;
- (3) Santa Casa de Misericórdia de Boa Esperança: proximidades da antiga Chapada;
- (4) Cemitério Municipal de Boa Esperança;
- (5) Obras de aterro ao redor do Lago: Av. Beira Lago e Praça Nicésio F. Maia (Praça do Fórum);
- (6) Lagos dos Encantos.

Fonte: Acervo fotográfico da Prefeitura Municipal de Boa Esperança (s/d) - Modificada pelo autor. Disponível em: <<http://www.boa.esp.br>> Acesso em 13 maio 2017.

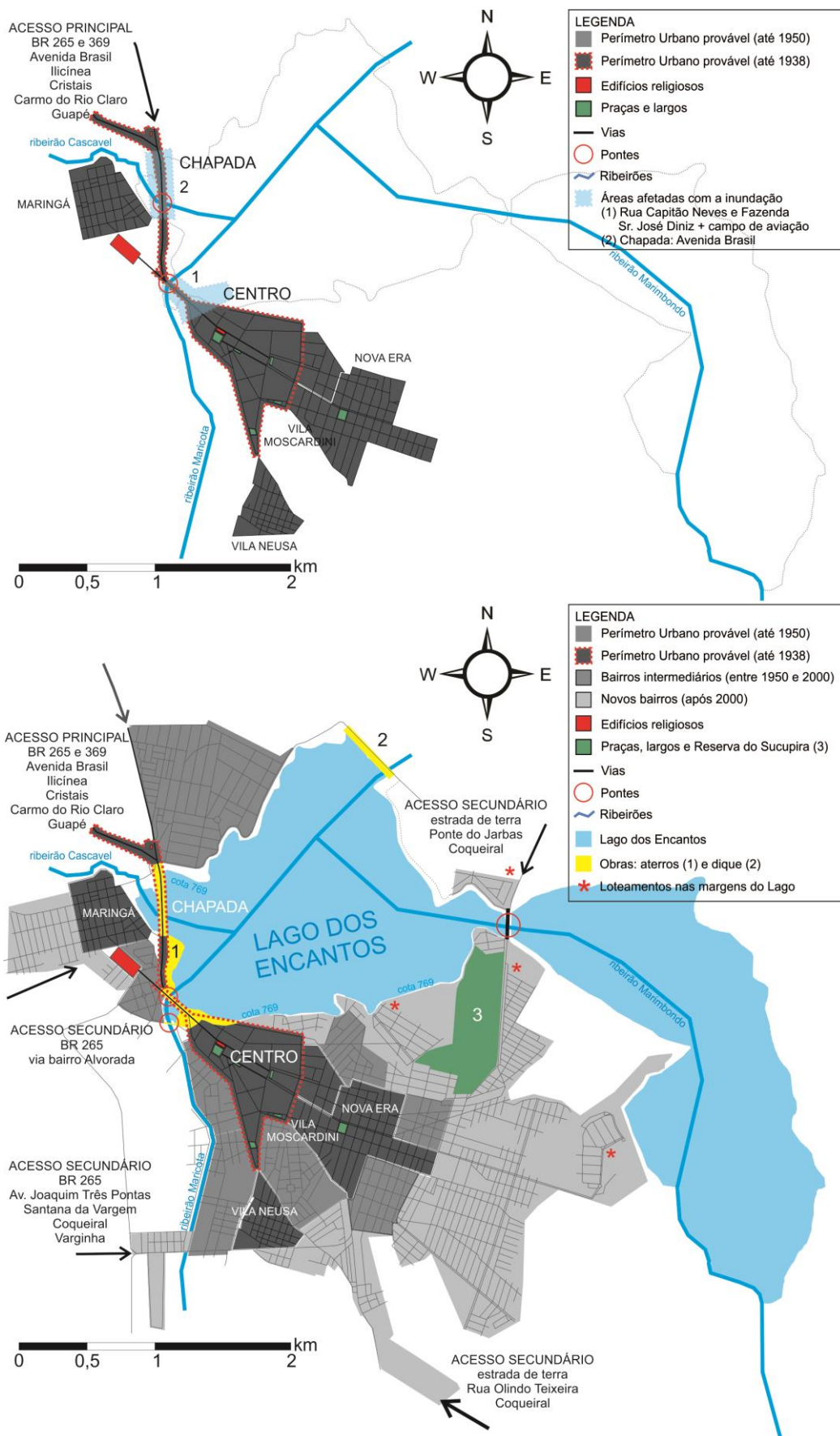


Figura 24: O tecido urbano de Boa Esperança (MG): antes e depois do Lago de Furnas.

Fonte: Elaborada pelo autor.

3.3.2. A paisagem atual.

“Se hoje, o famoso compositor, Lamartine Babo, voltasse a Boa Esperança, certamente acrescentaria alguns versos à linda canção: “SERRA DA BOA ESPERANÇA” de sua autoria ou então, faria outra canção, agora dedicada à nova trilogia “Dorense”: Cidade, Serra e Lago” (MAIA, 2016 p. 4).



Figura 25: Foto panorâmica de Boa Esperança (MG) – parte da margem Sul e a margem Norte.

Fonte: Bruno Sppadina (s/d).



Figura 26: Foto panorâmica de Boa Esperança (MG) – a margem Sul.

Fonte: Bruno Sppadina (s/d).



Figura 27: A região central de Boa Esperança (MG), o Lago dos Encantos e aos fundos, a Serra da Boa Esperança.

Fonte: Imagens de drone - LP Fotografias (2015).



Figura 28: As margens Norte e Sul do Lago dos Encantos - Boa Esperança (MG).

Fonte: Imagens de drone - LP Fotografias (2015).



Figura 29: A relação entre Boa Esperança (MG) e a margem Sul do Lago dos Encantos.

Fonte: Imagens de drone - LP Fotografias (2015).

Sobre todos os pontos negativos e impactos gerados com a construção de Furnas, Boa Esperança concebe um discurso desenvolvimentista, sobretudo atrelado às potencialidades do Lago, agora um bem da cidade, tem a oferecer. Seu espaço urbano e suas atividades econômicas passam a ser reflexo de uma nova dinâmica, de uma nova era para Boa Esperança. Na medida em que o reservatório se estabelece, tem-se também por objetivo integrá-lo à estrutura da cidade e principalmente possibilitar o seu aproveitamento sob o aspecto econômico. No trecho do texto publicado pela Revista Histórica de Boa Esperança de 1976, alguns anos após a chegada do Lago, isso fica evidente:

(...) A todo observador criterioso que percorre a orla do imenso reservatório de Furnas, não se lhe pode escapar a realidade do que vê e presencia, como o deslumbrante panorama paisagístico com que cidades, antes obscuras e perdidas pelas encostas deste *hinterland*, já se firma como comunas, que já desceram suas cortinas, na antevisão de um progresso planejado a médio prazo, a fim de se libertarem daquele *status-quo*, em que se viram por muitos anos relegadas. Hoje, com o trabalho de Furnas e Governo, horizontes se

alargam, com rodovias que encurtam distâncias, facilitando o escoamento de produtos comerciais para as fontes de consumo; indústrias já se instalam, indicando a mudança do ciclo da lavoura ou da monocultura para uma era tecnológica avançada; ensejando a policultura, como imperativo de uma época, em que a técnica faz milagres incríveis; o comércio já se multiplica em escalas progressivas e diversificadas em suas nuances; o homem cada dia mais valorizado pela qualificação da mão-de-obra.

O que é mais empolgante, dentro dessa feliz perspectiva, é que a cada cidade se possibilita abrir a válvula de um engrandecimento econômico, promovendo o TURISMO, como poderosa fonte de riquezas e divisas (...) [revista organizada pelo jornal local *A Vanguarda*] (*A Vanguarda*, 1976 p. 132)⁴⁰.

3.3.2.1. Características gerais.

Se compararmos a morfologia urbana inicial e a atual (Figura 24), podemos observar que além da expansão territorial da cidade, há outra lógica de ocupação. O Lago, além de atuar na concepção deste novo espaço urbano, passa a trazer oportunidades e qualidades à cidade antes nunca vistas: destaca-se aqui o potencial turístico da paisagem formada. Porém, para que isso acontecesse, obras e investimentos foram necessários.

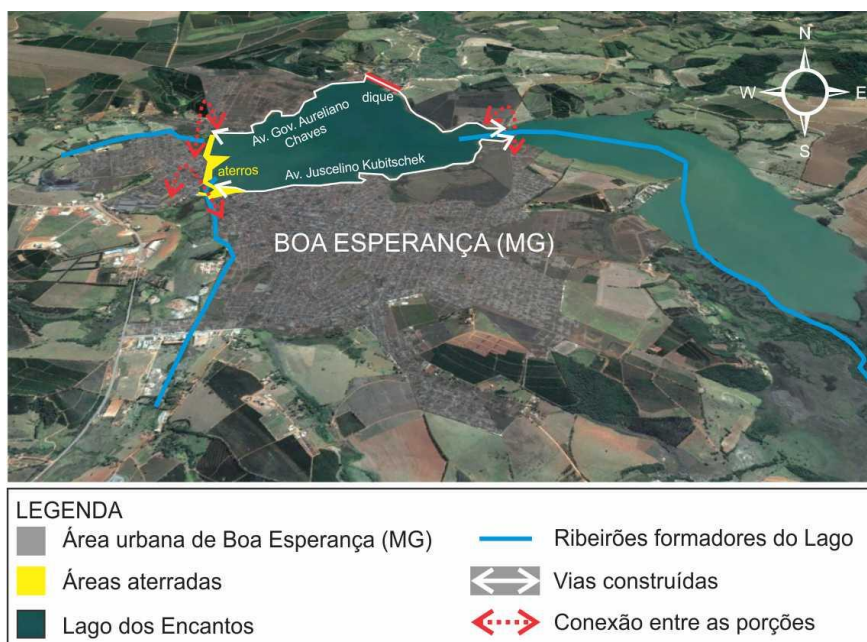


Figura 30: Obras de reurbanização ao redor do Lago dos Encantos - Boa Esperança (MG).

Fonte: Fonte: GOOGLE EARTH. Boa Esperança (MG) - modificada pelo autor.

⁴⁰ Acervo da Biblioteca Municipal de Boa Esperança.

Dentre as obras, são marcantes neste novo cenário (Figura 30): a construção do dique, os aterros e a construção principalmente da Avenida Juscelino Kubitschek (Avenida Beira Lago) e da Avenida Governador Aureliano Chaves. Com a manutenção dos níveis do reservatório permitida pelo dique, as margens do Lago puderam ser acessadas com a construção destas vias, urbanizando parte do seu entorno, além de permitir uma visão deslumbrante da paisagem e, conseqüentemente, sua apropriação. Vale frisar que estas obras e as principais intervenções urbanas aconteceram concentradas na porção do Lago próxima à região Central, ou melhor, no Lago dos Encantos. A sua outra porção, localizada na região de Inhumas e da Água Mansa, tem uma urbanização mais tardia, de poucos anos pra cá e ainda pouco desenvolvida.

Juntamente com as vias, também foram propostos projetos para a 'orla' conformada: um grande calçadão com praças, jardins, arborização das avenidas, instalações para pesca, ancoradouro para embarcações, praias artificiais e até mesmo mobiliário urbano para o seu uso e contemplação. O Lago se constrói rapidamente como elemento de referência e de extrema importância na vida da população, passando a partir de então, a influenciar diretamente no desenvolvimento do município.



Figura 31: Fotos dos espaços de lazer na margem sul do Lago dos Encantos⁴¹.

- (1) Calçadão da Avenida Beira Lago;
- (2) Calçadão da Avenida Beira Lago;
- (3) Instalação para pesca em 'T';
- (4) Praia artificial do Bicano.

Fonte: Elaborada pelo autor.

⁴¹ Fotos: (1) Adriano de Oliveira (s/d); (2) Bruno Spadina (s/d); (3) Luciano Fernandes (2015) e (4) Luciano F. Barbosa (s/d).

Deste modo, estas áreas tornam-se cada vez mais atrativas ao mercado imobiliário, especulando-as e influenciando rapidamente os vetores de crescimento⁴² da cidade. As pessoas passam a desejar o contato com o Lago e usufruir da Beira Lago – assim denominada na cidade – não só para a recreação, mas também como moeda de investimento. Além das residências, a instalação de restaurantes, bares e hotéis acontecem num incentivo constante ao turismo.

Como reflexo dessa dinâmica, tem-se um espaço urbano cada vez mais atrelado à presença do reservatório, construindo-o como agente convergente⁴³ de ocupação. O Lago fica na região com as cotas mais baixas da cidade (motivo por ter sido inundada); ao seu redor, a topografia se modifica, registrando maiores cotas. Isso possibilitou, ao longo do crescimento da cidade, o contato visual com a paisagem por grande parte das áreas acrescidas, mesmo estando distantes do reservatório. Estes novos bairros continuaram a permitir este contato mesmo que visual e, além disso, muitos deles foram em sentido às regiões das margens, principalmente a orientada ao Sul.

Para explicar essa ocupação, podemos dividir a cidade em três macro porções⁴⁴ (Figura 32): (1) o Centro e seus bairros confrontantes; (2) a porção Norte: formada pela área da antiga Chapada e os bairros Maringá, Alvorada e Jardim Nova Esperança, que se conectam pelo aterro da Avenida Brasil; e (3) a porção Sudeste: compreendida por bairros que, na sua grande maioria, tiveram uma ocupação mais tardia às outras duas porções. Especialmente, o Lago dos Encantos separa as porções 1 e 3 da porção 2, sendo estas, conectadas pelas regiões aterradas da Rua Capitão Neves e a ponte existente, além do outro aterro que liga a Praça do Fórum ao bairro Alvorada. A Ponte do Jarbas (a Leste) se localiza no estreitamento das duas porções do Lago, permitindo a comunicação entre as margens.

⁴² Panerai (2006 p. 61) os define como *linhas de crescimento* (naturais ou artificiais) que direcionam e “ordenam o tecido urbano nas laterais, regula os crescimentos e promove uma estrutura”.

⁴³ Um *limite de crescimento* funciona como obstáculo até um dado período, após este, pode se transformar em pólo, atraindo o crescimento. “Muitas vezes, o limite é o ponto de partida de um crescimento oposto” (PANERAI, 2006 p. 66).

⁴⁴ A divisão foi feita a partir da análise da morfologia das regiões da cidade com base nos elementos da paisagem urbana propostos por Kevin Lynch (*apud* PANERAI, 2006 p. 33), sobretudo apoiada ao conceito de Setor: “é uma porção de território urbano identificada como uma totalidade. Um setor pode corresponder a uma zona homogênea do ponto de vista morfológico [...]”.

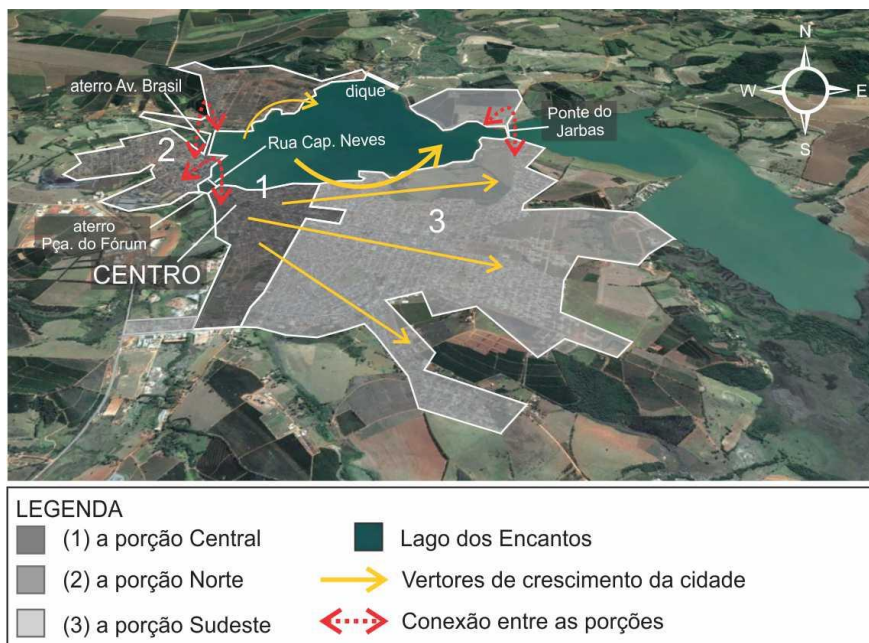


Figura 32: Macro porções e vetores de crescimento urbano de Boa Esperança (MG).

Fonte: GOOGLE EARTH. Boa Esperança (MG) - modificada pelo autor.

Acerca das características de cada uma destas porções, pode-se dizer:

(1) o Centro da cidade e sua área de expansão, além dos bairros limítrofes (com destaque à Nova Era), compreendem o núcleo comercial e de prestação de serviços de Boa Esperança. Nesta porção, se encontra além da área residencial mais antiga da cidade, o seu centro comercial (arredores da nova Rodoviária situada na Praça Santa Cruz) e os principais estabelecimentos prestadores de serviços à comunidade: bancos, supermercados, escolas, farmácias, postos de saúde e órgãos públicos (Prefeitura Municipal, Secretarias, Câmara Municipal e Fórum). É a região mais adensada da cidade, porém, as tipologias mais frequentes são residências unifamiliares e edifícios não muito altos;

(2) a porção a Norte, região bastante impactada com as inundações, não se desenvolveu tanto quanto a região Central. Os bairros Maringá (1951) e Alvorada (fim da década de 60) são os mais adensados da região. O bairro Jardim Nova Esperança, acessado pela Avenida Governador Aureliano Chaves, foi criado nos anos 70 e visava à ocupação da outra margem do Lago (a Norte), porém, não teve grande sucesso. Na região se localizam a FAFIBE – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança, a Santa Casa de Misericórdia e o Cemitério Municipal, contudo, tem uso maioritariamente residencial. A tipologia mais frequente é a residência unifamiliar;

(3) por último, a porção Sudeste caracteriza-se por uma área de ocupação mais recente, principalmente do fim do século passado em diante. São bairros novos, provenientes de loteamentos de caráter exclusivamente residencial com pequenos comércios locais, o que mostra a sua dependência para com as outras regiões da cidade. Caracteriza-se uma região com baixa densidade de ocupação, porém compreendendo a maior parte da área urbana da cidade atualmente. Nela também se localizam empreendimentos mais recentes ainda (de 2010 em diante), como loteamentos e condomínios particulares construídos às margens do Lago, frutos de uma tendência urbana contemporânea.

3.3.2.2. O tecido urbano.

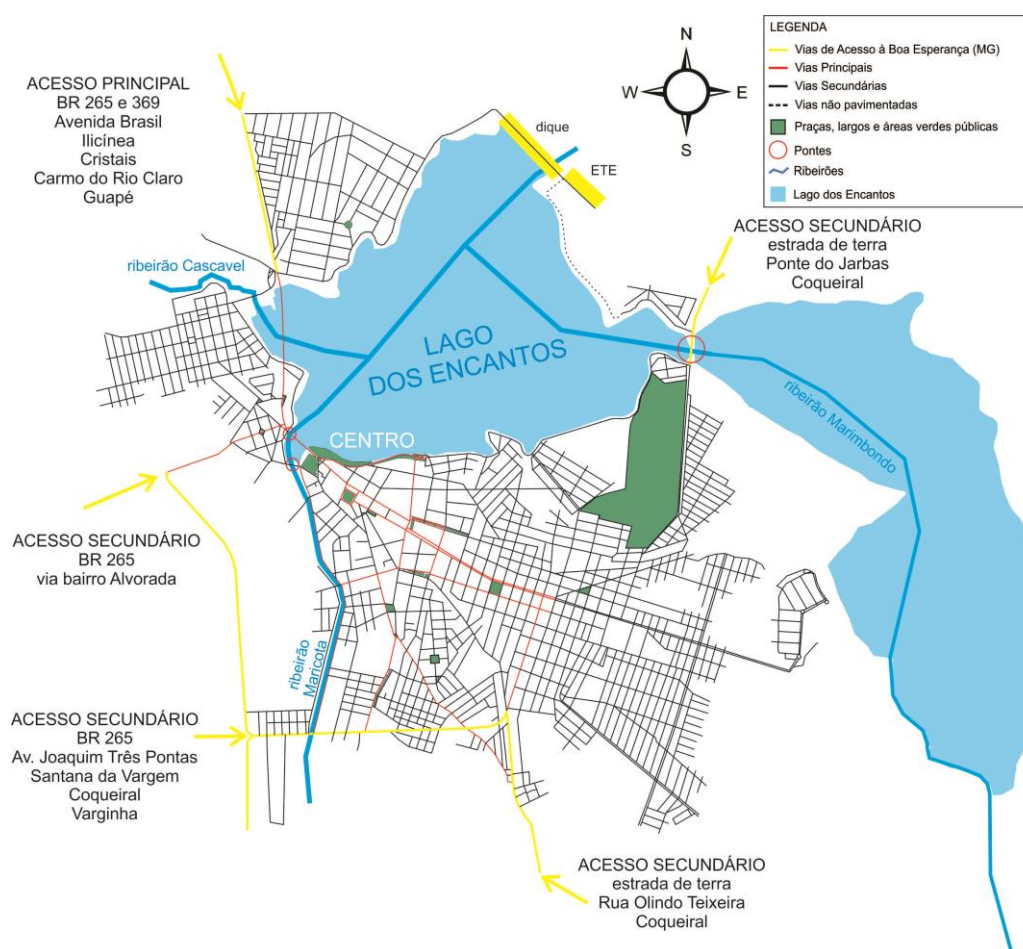


Figura 33: O atual tecido urbano⁴⁵ de Boa Esperança (MG).

Fonte: Elaborada pelo autor.

⁴⁵ O tecido urbano é formado por três componentes: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações. "A análise do tecido urbano é feita pela identificação de cada um desses conjuntos e pelo estudo de sua lógica e de suas relações [...]" (PANERAI, 2006 p. 78)

Acessos: a área urbana de Boa Esperança (MG) conta com cinco acessos, sendo somente três deles por vias pavimentadas: dois pela BR 265 e um pela BR 369. O acesso principal continua sendo pela Avenida Brasil, utilizados pelas cidades de Ilicínea, Cristais, Carmo do Rio Claro e Guapé, principalmente. Os acessos via BR 265 são utilizados por quem vem das cidades de Santana da Vargem, Coqueiral e Varginha (cidade polo da região, onde grande parte da população de Boa Esperança faz uso de serviços relacionados à saúde, à educação superior e ao comércio). Os acessos em estrada de terra, ou seja, não pavimentados, conectam a cidade à Coqueiral.

Parcelamento do Solo: é notável a distinção entre as primeiras áreas de ocupação da cidade (Centro Histórico) das demais áreas, sobretudo aquelas conformadas pelos bairros e loteamentos mais recentes. Sobre estas diferenças podemos notar que:

- o traçado urbano do Centro é composto por uma malha reticulada com formas irregulares. As vias seguem várias direções, sem configurar um padrão, o que reflete no formato e no tamanho de suas quadras: diferentes entre si – essa configuração é consequência da falta de planejamento ou de uma lógica de ocupação dos primeiros anos de desenvolvimento urbano de Boa Esperança (OLIVEIRA, 2011);

- o traçado urbano das regiões mais próximas aos primeiros núcleos de ocupação, sobretudo o Central, têm grande similaridade no desenho urbano. São fruto de uma influência na organização espacial destas áreas acrescidas próximas ao Centro;

- o Centro como um todo detém uma lógica de ocupação, sendo esta, contrastante ao traçado urbano dos outros bairros, principalmente dos mais novos. A malha urbana passa a se comportar de outra forma, desta vez mais ortogonal, com um traçado mais geométrico e regular. As vias são perpendiculares nos seus cruzamentos, paralelas entre si e formam quadras com formas e extensões semelhantes. São áreas que tiveram seus usos planejados;

- a relação entre o Lago e as vias que contornam suas margens é de sinuosidade. O traçado das vias tangencia os limites do reservatório, possibilitando acessar todo o seu perímetro. Da Ponte do Jarbas, em sentido à margem Sul pode-

se transitar até o dique com vias pavimentadas, a partir dele, até a Ponte (fechando o contorno do Lago dos Encantos), o acesso é por estrada de terra;

- essas vias que margeiam o Lago também possibilitam a conexão de diversos bairros da cidade, ainda mais com os loteamentos mais recentes, que passaram a ligar a região Sudeste (ocupação mais tardia) às margens do Lago. Isso além de desafogar o trânsito do Centro da cidade (antigamente a principal forma de acesso), permite a interligação cada vez maior entre o tecido urbano e o reservatório;

- a partir de uma nova dinâmica urbana vivenciada em Boa Esperança, há a formação, como já comentado, de empreendimentos imobiliários cada vez mais próximos à beira do Lago. Temos como exemplos o Balneário Costa Marina (2014), o Residencial Poço das Pedras (2015) e o Loteamento Doutor Paulo Rosa (2016). Distantes até mesmo das áreas mais adensadas da cidade, eles apostam na condição de proporcionar aos moradores condições exclusivas de espaço urbano, de recreação e contemplação da paisagem. Os lotes são vendidos a preços bem mais altos que em outras regiões da cidade.

Sistema Viário: pelo fato de Boa Esperança ser uma cidade de pequeno porte, não possui grande fluxo de veículos ou sequer configura uma rede viária complexa. Ele é composto essencialmente por vias simples (ruas) ou com a presença de canteiro central (algumas avenidas), não sendo muito extensas e que funcionam, na sua grande maioria, em mão dupla. A partir da importância e da função que a via representa dentro da mobilidade da cidade, ela pode ser classificada como de acesso, principal e secundária (via local):

- as vias principais estão mais localizadas no Centro: Rua Dois de Novembro e 12 de Outubro (vias comerciais), Avenidas XV de Outubro e Marechal Floriano Peixoto, Ruas Direita e Esquerda, Rua Capitão Neves e a partir dela, até a Rua dos Expedicionários, a Avenida Juscelino Kubitschek. Estas ruas e avenidas são as que recebem maior fluxo de pessoas e veículos e ainda, funcionam como articuladoras do tecido urbano - conectam e comunicam locais importantes da cidade;

- as vias não localizadas na área central, tomam notoriedade por conectarem os outros bairros ao Centro, são elas: Avenida João Júlio de Faria e Rua Jarbas Pimenta no bairro Nova Era; a Avenida Esmeralda no bairro Alvorada (via que conecta à Rua Capitão Neves um dos acessos da cidade); a Avenida Brasil e a Avenida São Vicente de Paula no bairro Maringá (vias que conectam ao acesso

principal); e a Avenida Delduque Barbosa (margeia o ribeirão Marimbondo conectando o primeiro acesso pela BR 265 ao Centro);

- as vias secundárias são configuradas como vias locais, de trânsito pequeno que se conectam às principais. São destinadas a um acesso local, interior aos bairros.

3.4. Boa Esperança e a atividade turística.

A nova conformação paisagística, acompanhada desse esforço constante de desenvolver a economia do município passou a valorizar cada vez mais a atividade turística em Boa Esperança. Contudo, o seu potencial turístico não se limita somente ao Lago dos Encantos, mas também a outros atrativos que, no conjunto, somam qualidade ao destino turístico (Figura 34). A Serra da Boa Esperança, por exemplo, é um dos elementos mais marcantes da paisagem dorense: a cadeia de montanhas se estende pelo município compondo, embelezando e enriquecendo o seu patrimônio natural. Em 2007, foi criado o Parque Estadual da Serra da Boa Esperança sob a forma de uma reserva ambiental protegida, podendo oferecer roteiros voltados ao ecoturismo⁴⁶ na região (trilhas, quedas d'água, escalada, voos de parapente, etc.).

Além do Lago e da Serra (atrativos naturais), Boa Esperança possui atrativos culturais, como o artesanato, a culinária e a arquitetura (urbana e rural), que somam ao mercado turístico local. Atrelados a estes atrativos, a cidade também conta com uma agenda de eventos programados, que são capazes de atrair quantidade significativa de visitantes: Carnaval (fevereiro), etapa do Campeonato Brasileiro de Jet Ski (maio/junho), etapa final do FENAC – Festival Nacional da Canção (setembro), Festa do Peão (outubro), Natal Encantado na Boa (dezembro), dentre outros (PMBE⁴⁷, 2017).

⁴⁶ Ou “turismo ecológico” é o tipo de atividade turística que utiliza, sob uma forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e a formação de consciência ambientalista através da interpretação do ambiente e promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 1994).

⁴⁷ PMBE - Prefeitura Municipal de Boa Esperança (MG) - dados e informações provenientes do PMTUR - Plano Municipal de Turismo.

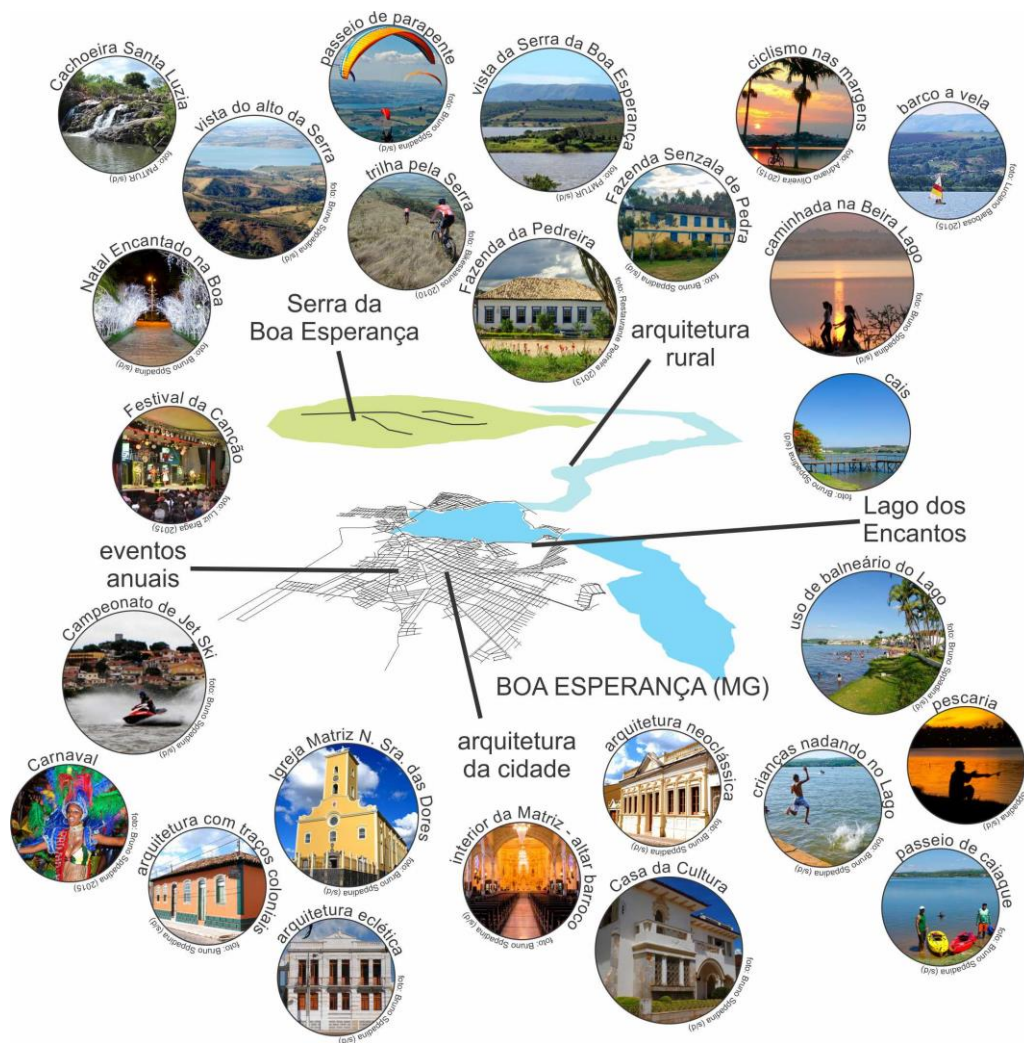


Figura 34: Atrativos turísticos de Boa Esperança (MG).

Fonte: GOOGLE EARTH - Boa Esperança (MG) - elaborada pelo autor.

A partir disso, a atividade turística em Boa Esperança pode ser representada por três principais grupos: o ecoturismo (o Lago e a Serra), o turismo cultural (saberes fazeres, arquitetura e eventos) e o turismo náutico (uso recreativo do Lago com embarcações)⁴⁸. No ano de 2005, fruto da Política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, foi criado o Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas cujos municípios de Arcos, Córrego Fundo, Formiga, Iguatama, Pains e Pimenta são os fundadores. Anos mais tarde, Boa Esperança, Candeias, Campo Belo e Lagoa da Prata se associam. O nome da associação é em decorrência aos principais atrativos dessas cidades, que possuem áreas banhadas pelo Lago de Furnas, e que conta com mais de 700 grutas e cavernas. A criação destes circuitos é uma forma de

⁴⁸ A divisão foi feita a partir da conceitualização destas modalidades apresentadas no caderno de segmentos turísticos do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 14 maio 2017.

investir no setor turístico com a vinda do ICMS⁴⁹ Turístico e fornecer melhor planejamento e oferta turística na região⁵⁰.



Figura 35: Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas - municípios associados.

Disponível em: <<http://www.cidadesdeminasgerais.com/circuito-turistico-grutas-e-mar-de-minas/>> Acesso em 16 maio 2017.

Apesar da diversidade da atividade turística de Boa Esperança, o Lago é o atrativo mais cobiçado (Gráfico 1). O reservatório é utilizado principalmente para o banho nas praias artificiais criadas (Praia do Celeiro e Praia do Bicano), para a prática de esportes, pescaria, assim como espaço público de lazer para a comunidade. Portanto, além do seu uso turístico, ele configura-se como importante espaço urbano para a cidade: a margem Sul, principalmente, configura infraestrutura para caminhadas, passeios de bicicleta, com animais de estimação e para a prática de exercícios físicos (futebol e basquete nas quadras da Praça do Fórum, musculação nas recém-inauguradas academias ao ar livre, dentre outros).

Porém, não basta só reconhecer que a cidade tem potencial turístico e esperar que a partir disso, o turismo funcione com eficiência e gere os esperados retornos. É necessário que haja o planejamento da atividade, assim como investimentos em infraestrutura e qualidade na prestação de serviços. É a partir destas questões que, nos últimos anos, o poder público e o setor privado vêm buscando desenvolver políticas públicas, projetos e ações que possam transformar a cidade em um verdadeiro produto turístico (PMBE, 2017).

⁴⁹ ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. O ICMS Turístico é a destinação de valores coletados por este imposto ao setor turístico, ou seja, um repasse de verba para o incentivo à atividade. Disponível em: <www.turismo.mg.gov.br/icms-turistico> Acesso em 16 maio 2017.

⁵⁰ CIRCUITO TURÍSTICO GRUTAS E MAR DE MINAS. História do circuito. *News Portal - Turismo em Minas Gerais*. 2011. Disponível em: <<http://www.cidadesdeminasgerais.com/circuito-turistico-grutas-e-mar-de-minas/>> Acesso em 16 maio 2017.

3.4.1. O Plano Municipal de Turismo de Boa Esperança (MG).

As últimas medidas neste contexto partiram da atual administração da Prefeitura Municipal de Boa Esperança (2017-2020): foi desenvolvido um Plano Municipal de Turismo – PMTUR, articulado com a criação do Conselho Municipal do Turismo – COMTUR e em uma ação conjunta com diversos representantes dos envolvidos na construção do turismo. O objetivo do plano é “orientar o desenvolvimento de Boa Esperança como destino turístico sustentável e aceito pelo mercado, contemplando programas e projetos capazes de melhorar a realidade turística da cidade em seus mais diversos aspectos” (PMBE, 2017 p. 15).

A elaboração dos projetos e das medidas a serem implementadas partiram de um estudo que a Prefeitura realizou, composto de quatro ações principais: (1) um inventário da oferta turística, (2) uma pesquisa de demanda, (3) um diagnóstico das informações que direcionasse as tomadas de decisões e o (4) planejamento estratégico. Em relação aos estudos e ao que eles revelaram, pode-se concluir (PMBE, 2017):

(1) o inventário turístico nada mais é que o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos e dos serviços, equipamentos e infraestrutura de apoio ao turismo que Boa Esperança oferece (acesso, comunicação, segurança, sistema bancário, saúde, transporte, hospedagem, alimentação e bebidas). Foram contabilizados 12 estabelecimentos de hospedagem (nove hotéis e três pousadas) e 21 estabelecimentos de alimentação e bebidas (bares, restaurantes e pizzarias). Notou-se principalmente deficiências no setor de Segurança Pública com a inexistência de um posto do Corpo de Bombeiros; a falta de infraestrutura de informação e de prestação de apoio ao turista, como um centro de informações, guias e espaço para venda de passeios turísticos; e por último, a falta de divulgação (*marketing*) e a capacitação dos profissionais que atuam no ramo;

(2) a pesquisa de demanda visou mensurar a qualidade do serviço prestado, conhecendo os perfis e o nível de satisfação dos visitantes (68,52% dos entrevistados atende às expectativas) de forma a assegurar que as decisões a serem tomadas sejam coerentes e consistentes. Para levantar estas informações foram feitos questionários;

(3) o diagnóstico são as conclusões acerca das pesquisas realizadas. Em suma, o que o Gráfico 3.1 percebeu é que a principal motivação turística do município é a procura por lazer (59%) e que seus pontos fortes estão representados pelas belezas naturais (Gráfico 3.2) e que o Lago de Furnas (Gráfico 3.3) é o principal produto turístico da cidade. Em contrapartida, os pontos fracos (Gráfico 3.4) mostram que a falta de sinalização turística (14,18%), de guias locais (11,64%) e a inexistência de informações turísticas (11,27%) estão entre os mais apontados pelos entrevistados;

(4) o planejamento estratégico visa estabelecer as políticas públicas e os projetos que possam corrigir ou potencializar as situações elencadas. O Plano então prevê ações que estruturam a gestão pública do turismo local, com a prestação de serviços públicos e turísticos de qualidade, criando ou incrementando a infraestrutura urbana e de apoio e ainda investindo em estratégias econômicas, comerciais e de *marketing* que visem o fortalecimento e a expansão da atividade turística em Boa Esperança (PMBE, 2017).

A pesquisa realizada e os dados apresentados evidenciam dois importantes aspectos: o primeiro deles é a força turística que o Lago representa para o município e a sua identidade para com o espaço urbano que coexiste; e o segundo ponto, a carência de infraestrutura e de qualidade na prestação de serviços que, demandam planejamento e perspicácia nas políticas e ações voltadas ao setor: só assim o turismo pode configurar-se como atividade econômica consistente e gerar os tantos benefícios sociais, culturais, ambientais e até mesmo políticos à cidade (PMBE, 2017).

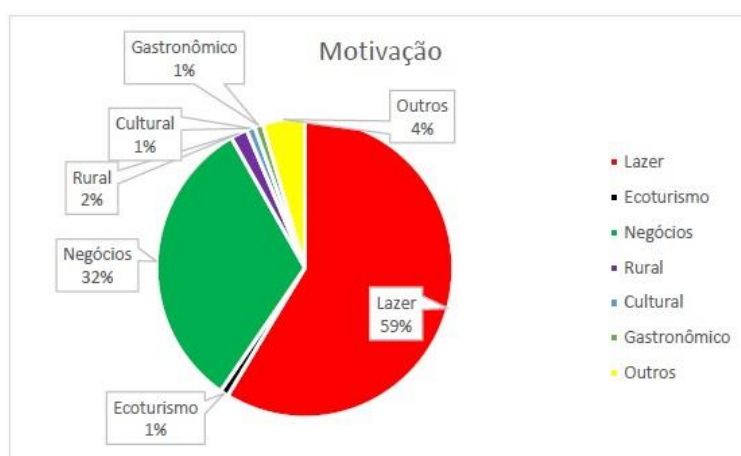


Gráfico 1: Principais motivações turísticas de Boa Esperança (MG).

Fonte: PMBE - Pesquisa de Demanda Turística (2017 p. 85).

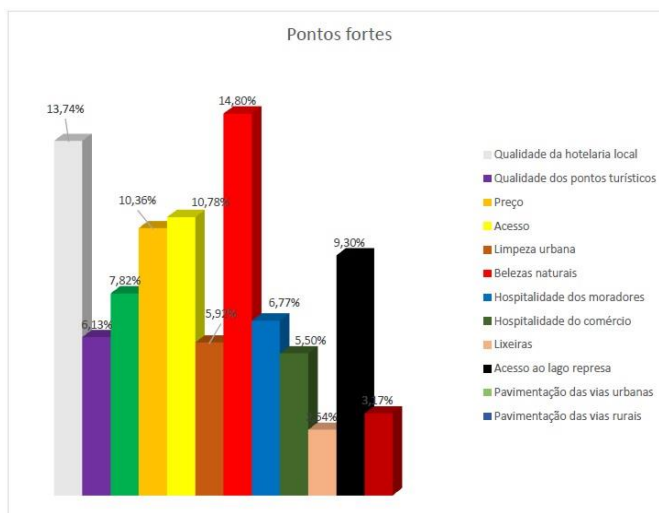


Gráfico 2: Pontos fortes do turismo em Boa Esperança (MG).

Fonte: PMBE - Pesquisa de Demanda Turística (2017 p. 87).

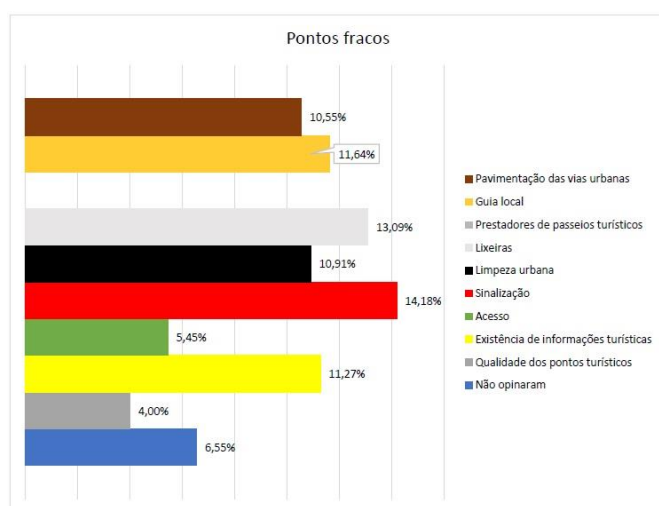


Gráfico 3: Pontos fracos do turismo em Boa Esperança (MG).

Fonte: PMBE - Pesquisa de Demanda Turística (2017 p. 88).

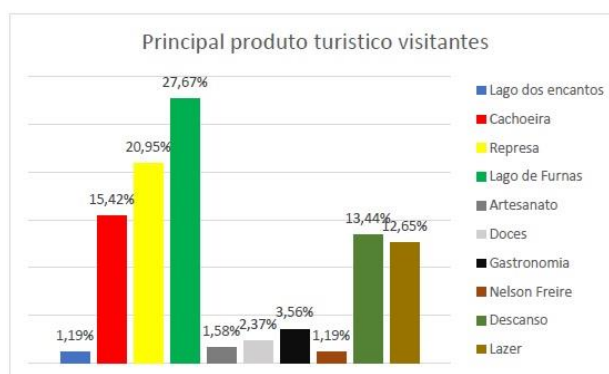


Gráfico 4: Principal produto turístico de Boa Esperança (MG).

Fonte: PMBE - Pesquisa de Demanda Turística (2017 p. 92).

4. Estudos de Caso.

Este capítulo tem como objetivo o estudo de referências projetuais que tratem de intervenções em áreas com características semelhantes à área e ao objeto de estudo deste trabalho, sobretudo à tipologia de projeto a ser abordada: requalificação urbana de espaços à margem de mananciais e equipamentos urbanos⁵¹ voltados ao uso turístico e recreativo destes espaços, cuja relação é direta para com os corpos d'água.

A partir disso, foram escolhidos quatro estudos de caso, dois na escala de projeto urbano, um internacional e outro nacional: reurbanização da orla do Lago Paprocany na Polônia (2014) e o Projeto Parque Urbano da Orla do Guaíba em Porto Alegre – RS (2012); e outros dois na escala de projeto de arquitetura, cujo edifício é um centro de apoio ao turista: um proveniente do concurso de arquitetura para um InfoPoint na Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte – MG (2014) organizado pelo portal Projotar.Org⁵² e o outro, do projeto do Cais Turístico e Fluvial de Folgosa em Portugal (2012).

4.1. Reurbanização da Orla do Lago Paprocany, Polônia (2014).

Arquitetos: RS+

Localização: Tychy - Polônia

Autores: Robert Skitek e equipe

Ano do projeto/conclusão: 2012/2014

Área de intervenção: 400 m² / 400 m de orla

⁵¹ A NBR 9284 define equipamentos urbanos como “*todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados*” (ABNT, 1986 p. 1).

⁵² O portal Projotar.org desenvolve concursos de projetos ligados a temas atuais voltados ao público universitário. Ele visa a competição e a concorrência entre os acadêmicos, dando-lhe oportunidade de serem avaliados por um júri de professores e profissionais atuantes, propondo aumentar seus portfólios e ainda, a sua experiência projetual. A instituição busca tratar temas relevantes e têm o intuito de promover o debate, além de manter parcerias com diversos meios de divulgação, ensino e trabalho no ramo de arquitetura (Projotar.org - Sobre. Disponível em: <<https://projotar.org/sobre>> Acesso em 16 maio 2017).

Contexto: Tychy é uma cidade do sul da Polônia que, assim como várias outras vivem o contexto urbano pós-industrial, passando a questionar a relação para com a sua paisagem (NIETO, 2016). O lago Paprocany é um lugar onde a população da cidade usa no seu tempo livre, contando com estrutura para recreação e atrações voltadas ao lazer e ao esporte. A remodelação desta área é outro projeto voltado à exposição dos valores da paisagem e na expansão da oferta recreativa para os moradores da cidade. Antes do projeto, era apenas um gramado à beira da estrada que apesar da qualidade paisagística, estava em desuso, com exceção dos pescadores (ARCHDAILY BRASIL, 2016).

Objetivos: o objetivo do projeto foi a reconstrução de parte da beira do lago Paprocany, transformando-o em um marco para a população e ainda, oferecendo-lhes qualidade de vida. O projeto propõe um caminho composto por linhas dinâmicas que fluem como um espaço intermediário na reconexão entre a recreação urbana e a natureza, acolhendo novos usos públicos. A RS+ cria um esquema claro de experiências sequenciadas, a fim de reforçar a relação entre os usuários e a paisagem (NIETO, 2016).



Figura 36: Masterplan do projeto da Orla do Lago Paprocany.

Fotos: Tomasz Zakrzewski (s/d). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/794563/reurbanizacao-da-orka-do-lago-paprocany-rs-plus>> Acesso em: 16 maio 2017.

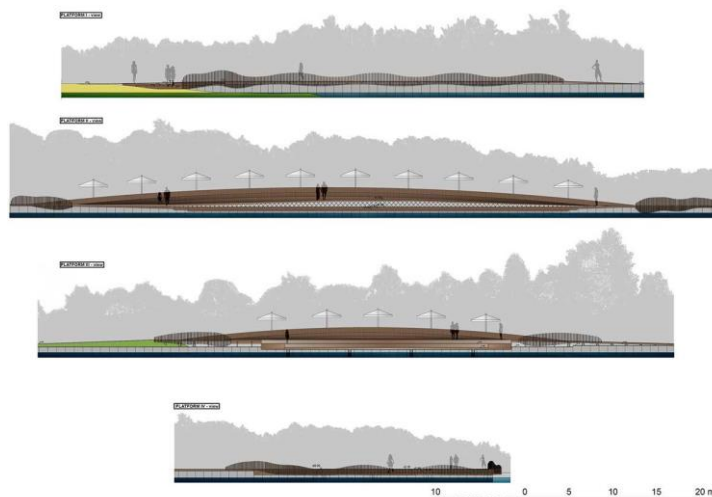


Figura 37: Plataformas/seções da intervenção: I, II, III e IV respectivamente.

Fotos: Tomasz Zakrzewski (s/d). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/794563/reurbanizacao-da-orla-do-lago-paprocany-rs-plus>> Acesso em: 16 maio 2017.

Principais características do projeto (ARCHDAILY BRASIL, 2016):

- a intervenção se divide em quatro módulos ou plataformas (Figura 37);
- o conceito do projeto se concentrou na construção de um grande passeio de madeira, localizado ao longo da margem leste do lago (Figura 38). Este passeio é alternadamente sinuoso em direção ao lago e à terra, permitindo a percepção do espaço sob diferentes pontos de vistas;
- “alternando entre o verde, a vegetação, a terra, e a água do lago Paprocany, o passeio fornece uma rica diversidade de perspectivas visuais e dos lugares a se explorar” (NIETO, 2016);
- sinuosidade: a combinação entre um *layout* orgânico, atraente e a topografia modelada busca convidar as pessoas a caminhar por um espaço linear que os *designers* tiveram de desenvolver (NIETO, 2016);
- topografia e acessibilidade: o terreno foi moldado para criar superfícies em relevo que instigue o uso, além de permitir a acessibilidade e fornecer uma sensação de dinamismo (NIETO, 2016);
- mobiliário urbano (Figura 39): foram utilizados em pequena quantidade, visando a pouca inserção de elementos verticais na paisagem. Foram desenvolvidos três tipos de bancos fixos – os maciços de madeira, os modulares mais orgânicos acoplados ao terreno e os formados pela fenda no passeio (rendário) – e além dos bancos, guarda-sóis para proteção contra o sol;

- rendário: são aberturas no passeio preenchidas com uma rede azul esticada sobre as águas, permitindo a criação de bancos que podem ser utilizados também como arquibancadas para as competições desportivas organizadas no lago;
- nova praia de areia, academias ao ar livre e bicicletário;
- materiais (Figura 39): a escolha dos materiais foi no sentido de enaltecer o caráter natural do local. Assim, o uso de materiais naturais como os gramados, a vegetação circundante, a madeira no passeio (construída por vigas de concreto armado sustentadas por pilotis apoiados no fundo do lago) e os materiais permeáveis à água nos bicicletários e nas academias. A iluminação é em LED, conferindo baixo consumo de energia;
- uso: após a inauguração da área, apesar do clima desfavorável, o passeio é bastante visitado e se transformou rapidamente em um ponto de encontro na cidade. Durante o dia, o espaço atrai famílias e à noite, é frequentado por casais ou para aqueles que buscam a contemplação.

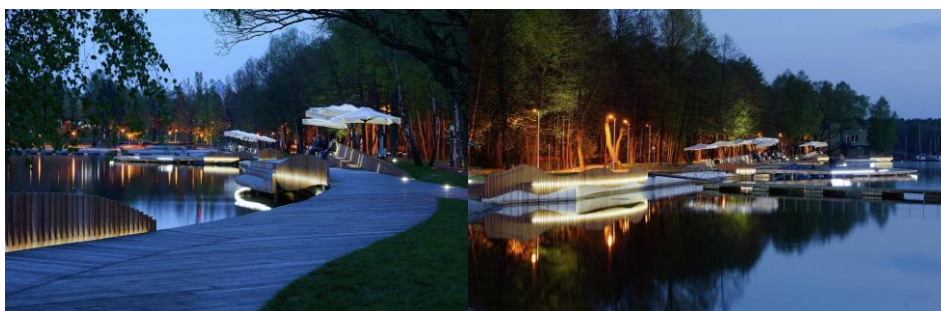


Figura 38: O passeio em madeira e sua relação com a paisagem.

Fotos: Tomasz Zakrzewski (s/d). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/794563/reurbanizacao-da-orla-do-lago-paprocany-rs-plus>> Acesso em: 16 maio 2017.

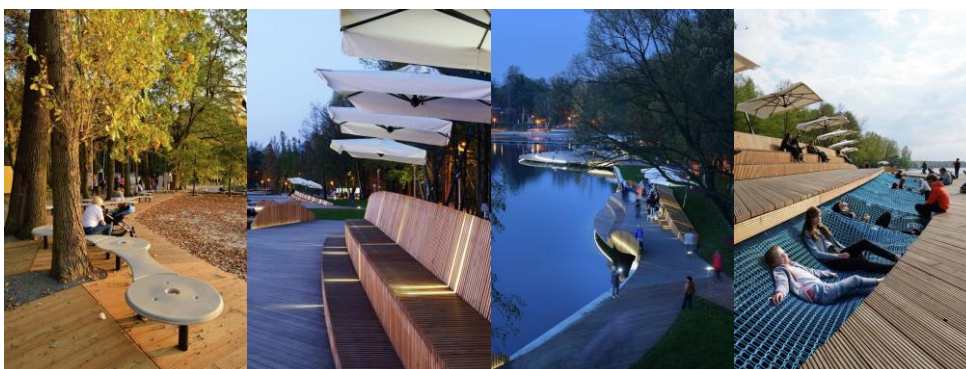


Figura 39: Mobiliário urbano e materiais - bancos de concreto, de madeira e rendário.

Fotos: Tomasz Zakrzewski (s/d). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/794563/reurbanizacao-da-orla-do-lago-paprocany-rs-plus>> Acesso em: 16 maio 2017.

4.2. Projeto da Orla do Lago Guaíba em Porto Alegre – RS (2012).

Arquitetos: Jaime Lerner Arquitetos Associados

Localização: Orla do Lago Guaíba em Porto Alegre - RS

Autores: Jaime Lerner, Fernando Canalli, Taco Roorda, Felipe Guerra e equipe

Ano do projeto: 2012

Área de intervenção: 1,5 km de orla

Contexto: O lago Guaíba margeia 72 km da cidade de Porto Alegre - RS (da ponta do Gasômetro ao norte até a Praia do Lami ao sul), correspondendo a 19 setores ao longo deste percurso – a presença de diversos equipamentos voltados a atividades esportivas, portuárias, de lazer e cultura conotam diversidade de espaços e que expressam potencialidades. Boa parte da orla é urbanizada, porém, somente um pequeno trecho é destinado às atividades de lazer na cidade, sendo esta, localizada na região Central de Porto Alegre (GORSKI, 2012).

O Setor 5 foi dado como etapa prioritária de um projeto de revitalização maior de 7 km de orla, e começou a ser implantado em 2013. Ele possui 1,5 km de extensão e tem importância no lazer e na economia de Porto Alegre, uma vez que tem grande potencial de ser tornar forte ponto turístico da capital gaúcha – o trecho vai desde a Usina do Gasômetro até a foz do Arroio Dilúvio (SPM⁵³, 2007). Esta área é bastante utilizada pela população, principalmente nos finais de semana, contudo foi negligenciada pelo poder público durante várias administrações. Isso fez com que as discussões em relação ao uso e de toda a orla já acontecessem a um bom tempo, evidenciando a sua relevância dentro do contexto urbano da cidade (GORSKI, 2012).

O diagnóstico realizado na área apontou deficiências na infraestrutura local (iluminação, acessibilidade, pavimentação e saneamento), problemas de mobilidade (atividades urbanas seccionadas por vias de tráfego rápido), mobiliário urbano incipiente e não uniforme, espaços abertos sem estruturação e demarcação paisagística (falta de identidade) e problemas com o acesso às praias (SPM, 2007).

⁵³ Secretaria do Planejamento Municipal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS.

Tabela 4: Objetivos gerais e propostas dos Setores 5, 6, 7 e 8:

OBJETIVOS GERAIS	INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS
INTENSIFICAR CONEXÕES COM O TECIDO URBANO E AS ÁGUAS DO GUAÍBA	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de acessos, percursos e espaços para lazer contemplativo composto de: estacionamentos; passeios convencionais; passeios palafitados; deques palafitados; píers; passagens de nível; helipontos.
UNIFICAR AS CENTRALIDADES EXISTENTES	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema integrado formal de usos e atividades (mix principal e secundário); • Ciclovia; VLT (Aeromóvel); • Sistema de percursos internos; Elementos básicos de urbanização: Infra-estrutura básica; pavimentação; Iluminação pública; Mobiliário Urbano; Sistema de sinalização.
QUALIFICAR A PAISAGEM URBANA LOCAL	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento paisagístico unificado para a totalidade do conjunto de espaços do recorte estabelecido; • Instalações e equipamentos de animação pública (empreendimentos conforme conceituações básicas).

Fonte: SPM, 2007 p. 3. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=151> Acesso em 17 maio 2017.

Contratado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Plano visa uma estratégia de ocupação e um projeto de paisagismo que recupera o contato físico e visual entre a cidade e 7 km de orla do Guaíba, criando espaços bem configurados que venham a ser utilizados pela população. Dois elementos principais definem o novo Parque: o nível do calçadão, que corre sobre o dique que integra o sistema de proteção de cheias da cidade e o novo passeio, mais elevado. Entre o calçadão e o passeio se organizam as atividades de esportes, lazer e comércios. Entre o passeio e o Guaíba se forma um espaço mais contemplativo aonde a vegetação nativa vai reconquistar seu espaço⁵⁴.

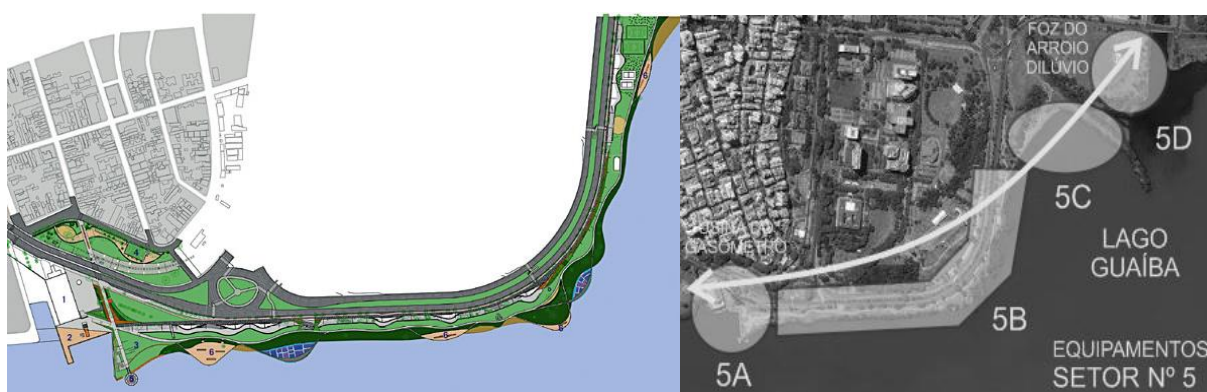


Figura 40: Masterplan da intervenção na Orla do Guaíba e a localização dos equipamentos do Setor 5.

Fonte: SPM, 2007 - modificado pelo autor. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=151> Acesso em: 16 maio 2017.

⁵⁴ Texto de apresentação do projeto Orla do Guaíba Porto Alegre - RS, 2012 no website do escritório Jaime Lerner Associados. Disponível em: <<http://www.jaimelerner.com/orla-guaiba.html>> Acesso em 17 maio 2017.

Tabela 5: Principais características do projeto – Setor 5:

Setor 5 – Usina do Gasômetro/ Foz do Arroio Dilúvio

Equipamento/ empreendimento	Funções principais	Intervenções
(5A) Cais da Usina	<ul style="list-style-type: none"> - Dotar o local de condições de urbanização e instalações adequadas para o exercício de atividades de lazer público, recreação e entretenimento turístico, especialmente no que se refere à organização, conforto e segurança dos procedimentos de atracação, embarque e desembarque dos passeios de turismo pelo Guaíba. - Contribuir para a singularização da paisagem local, conferindo-lhe efetiva e elevada capacidade de atração e animação turística. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cais de Turismo / Bilheteria; • Esplanadas / anfiteatros para lazer contemplativo e eventos; • Bulevares / passagens de nível; • Bar / Café / Restaurante com mesas em área aberta; • Heliponto.
(5B) Urbanização das faixas de praia	<ul style="list-style-type: none"> - Dotar o local de condições de urbanização e instalações adequadas para o exercício de atividades de lazer público, recreação e entretenimento turístico, especialmente no que se refere ao desfrute de percursos e espaços contemplativos dos panoramas aquáticos. - Contribuir para a singularização da paisagem local, conferindo-lhe efetiva e elevada capacidade de atração e animação turística. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema passeios convencionais; recantos contemplativos, mobiliário urbano, sinalização e iluminação pública; • Módulos quiosques – Bar / Café / serviços de entretenimento / sanitários públicos com mesas em área aberta; • Sistema Passeios/ deques palafitados; passagens de nível; • Conjunto Escultura Vitória;
(5C) Marina Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Dotar a cidade de um equipamento público de incentivo e acesso à cultura da navegação de lazer. - Dotar a cidade de um equipamento público de eventos festivos associados à cultura da navegação de lazer. - Incorporar na paisagem local forte referência à presença da navegação de lazer na região central da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bulevar e passeio público sobre o entroncamento; • Estacionamento; • Passagens de Nível; • Escola de Vela / administração e instalações de apoio; pequenas lojas para serviços e produtos temáticos; • Bar /Café / Restaurante; • Vagas molhadas e secas;
(5D) Torre - Esplanada Arroio Dilúvio	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a singularização da paisagem local, conferindo-lhe efetiva e elevada capacidade de atração e animação turística. • Dotar a cidade de um novo marco visual, explorando o potencial de qualificação morfológica representada pela linearidade da Av. Ipiranga. • Estabelecer unificação e articulação físico-funcionais entre as áreas do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho e Parque Marinha do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Esplanada dotada de boxes para prática de pesca individual de lazer; • Torre/ Elevador Panorâmico; • Restaurante panorâmico/Mirante Público; • Passagens de nível; • Estacionamento.

Fonte: SPM, 2007 p. 3. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=151> Acesso em 17 maio 2017.



Figura 41: Imagens 3D do projeto - proximidades da Usina do Gasômetro (5A).

Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados - modificado pelo autor. Disponível em: <http://jardimdecalateia.com.br/arquitetura/asimagensdaorladogaiba/> Acesso em: 16 maio 2017.



Figura 42: Imagens 3D do projeto - faixas de praia, passeios e decks de madeira (5B).

Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados - modificado pelo autor. Disponível em: <http://jardimdecalateia.com.br/arquitetura/asimagensdaorladogaiba/> Acesso em: 16 maio 2017.



Figura 43: Imagens 3D do projeto - Marina Pública e foz do Arroio Dilúvio (5C e 5D).

Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados - modificado pelo autor. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=151 Acesso em: 16 maio 2017.

4.3. InfoPoint na Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte – MG (2014).

Concurso 008 do portal Projetar.Org – Equipe Diletante (1ª colocada)

Localização: Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte - MG

Autores: Mariana Ventorini, Hingrid Lima, Daniela Ramos, Yara Meirelles e Mariana Boscov (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP)

Ano do projeto: 2014

Área de intervenção: 1550 m²

Jurados do Concurso: Cesar Jordão (IAB-SP⁵⁵), Lula Gouveia (Superlimão Studio) e Renata Bolliger (Indio da Costa A.U.D.T.)

⁵⁵ Instituto de Arquitetos do Brasil - São Paulo.

Contexto: O Complexo da Lagoa da Pampulha é um dos maiores ícones da arquitetura mundial do século XX. Para o cenário da arquitetura e do urbanismo modernista, Belo Horizonte ganha vislumbre pois tem o título de primeira cidade projetada no Brasil (1897) e é palco de uma das mais importantes obras do arquiteto Oscar Niemeyer, autor do conjunto arquitetônico da Pampulha (Projetar.org, 2014).

O arquiteto viu na Pampulha *“a oportunidade de contestar a monotonia que cercava a arquitetura contemporânea, a onda de um funcionalismo mal compreendido que a castrava, dos dogmas ‘forma e função’ que surgiam, contrariando a liberdade plástica que o concreto armado permitia”* (NIEMEYER *apud* Projetar.org, 2014). O Complexo fica a 12 km do centro da cidade e considerando o seu potencial para o lazer e o turismo, era necessário dotá-lo de infraestrutura. O plano urbanístico era composto por um conjunto de edifícios: cassino, clube recreativo, restaurante, igreja e hotel. O Complexo da Pampulha foi inaugurado em 1943, tornando-se um símbolo da arquitetura modernista brasileira e muito frequentado por turistas do país e do mundo (Projetar.org, 2014).

A Projetar.org (2014 p. 3) justifica o concurso pela importância que o lugar tem para a cidade e a necessidade que Belo Horizonte, 6ª cidade mais populosa do Brasil, tem de oferecer infraestrutura adequada aos visitantes da Lagoa. “Um local com a importância da Pampulha merece um espaço para melhor receber seus visitantes, possibilitando-os ouvir a história, levar para casa as lembranças do passeio e, ainda, apreciar o complexo durante uma refeição ou um encontro social”.

O tema de projeto foi um InfoPoint na Lagoa da Pampulha: um centro de informações turísticas, históricas e arquitetônicas que receba com conforto os visitantes interessados em conhecer o grande ícone da arquitetura mundial que o Complexo da Pampulha configura. O terreno escolhido é adjacente à Igreja de São Francisco de Assis (Projetar.org, 2014).

Objetivos⁵⁶: A equipe Diletante buscou *“a partir da percepção da beleza natural e arquitetônica do conjunto da Pampulha [utilizar] como conceitos principais a continuidade e fluidez do olhar e do caminhar”*. A proposta visa inserir o InfoPoint de maneira harmônica no local, sem se sobrepor aos edifícios já existentes, de forma que o projeto se faça pertencente ao local, porém, criando novas experiências,

⁵⁶ Objetivos do projeto desenvolvidos a partir do texto e da análise da prancha de apresentação da equipe Diletante (2014).

novos ângulos de visão e possibilitando aos usuários usufruir e experimentar as diversas sensações que o conjunto pode transmitir.

O partido da proposta é a arquitetura mimética. Criou-se uma nova topografia onde o edifício está inserido, atrelando forma e função. A forma tem a intenção de estabelecer continuidade ao caminho existente, onde a cobertura torna-se também parte do percurso, criando novos espaços para caminhar e permanecer.

Por estar próximo à Igreja de São Francisco de Assis, a equipe defende o discurso de respeitar a sua importância, contudo, permitindo o diálogo com tal. Segundo eles, as curvas empregadas no InfoPoint são uma releitura da Igreja, contrastando porém sua materialidade e criando um jogo de analogia e contradição.



Figura 44: Esquema explicativo do conceito e da forma do InfoPoint.

Fonte: Equipe Dileitante, concurso 008 do Portal Projetar.org (2014) - Disponível em: <<https://projetar.org/arquivos/44c0786489029c3ac2695212e4cc37a7.jpg>> Acesso em 18 maio 2017.



Figura 45: Imagem 3D do projeto - a relação entre o objeto e a Igreja.

Fonte: Equipe Dileitante, concurso 008 do Portal Projetar.org (2014) - Disponível em: <<https://projetar.org/arquivos/44c0786489029c3ac2695212e4cc37a7.jpg>> Acesso em 18 maio 2017.

Principais características do projeto⁵⁷:

- o Edital do concurso definiu o seguinte programa de necessidades básico para o InfoPoint:
 - Balcão de atendimento, com capacidade para 4 funcionários;
 - Espaço multiuso para exposição (coberto);
 - Loja de *souvenirs*;
 - Café com mesas para 30 pessoas;

⁵⁷ Principais características do projeto desenvolvidas a partir do texto e da análise da prancha de apresentação da equipe Dileitante (2014).

- Cozinha;
 - Depósito de alimentos;
 - Bar;
 - Sanitários masculino e feminino para, no mínimo, 5 pessoas utilizarem simultaneamente;
 - Sanitários P.N.E. - Portadores de Necessidade Especiais (podem estar dentro dos sanitários acima);
 - Vestiário para funcionários (com entrada separada da entrada principal. Esta entrada pode ser usada para a carga e descarga de alimentos do café).
- as equipes podiam modificá-lo de acordo com as propostas e a metragem quadrada dos ambientes é produto das soluções encontradas;



Figura 46: Imagem 3D do projeto - forma, usos, materiais e a relação com a Lagoa.

Fonte: Equipe Dileante, concurso 008 do Portal Projetar.org (2014) - Disponível em: <<https://projetar.org/arquivos/44c0786489029c3ac2695212e4cc37a7.jpg>> Acesso em 18 maio 2017.

- acessos e visadas (Figura 46): permitir e valorizar as diversas visões que o local tem a oferecer, inserindo o objeto de forma neutra e possibilitar acessá-lo e usá-lo de diferentes formas, “*sem criar frente e fundo*”;
- implantação: paralela à Lagoa; trabalho de cheios e vazios localizando os espaços de apoio nas extremidades e no subsolo de forma que “*o centro fosse ocupado da maneira mais livre possível*”, mantendo uma continuidade visual;
- o edifício se organiza em dois pavimentos:
 - no pavimento térreo foram locados a área de exposição, a loja de *souvenirs*, o bar (assim denominado) e seus ambientes de apoio (vestiários, cozinha, copa, dispensa e depósito de lixo) além de uma sala administrativa. A parte central é equipada com o guichê de

informações e o salão do restaurante cujo contato visual e espacial é direto com a Lagoa, em vista das aberturas voltadas a ela e a uma grande varanda curva próxima à água;

- o subsolo, que é acessado por uma grande rampa, é dotado de um auditório, dos sanitários e do depósito.
- em corte, as alturas do pavimento térreo se modificam em vista da concavidade da forma. Suas extremidades tocam o solo e à medida que se aproximam da Lagoa o pé direito aumenta;
- os materiais utilizados possuem um caráter natural. A cobertura verde e a madeira da fachada frontal mantêm uma leitura do entorno que é arborizado e conforma uma bela paisagem.



Figura 47: Planta baixa do pavimento térreo (sem escala).

Fonte: Equipe Dileitante, concurso 008 do Portal Projetar.org (2014) - Disponível em: <<https://projetar.org/arquivos/44c0786489029c3ac2695212e4cc37a7.jpg>> Acesso em 18 maio 2017.

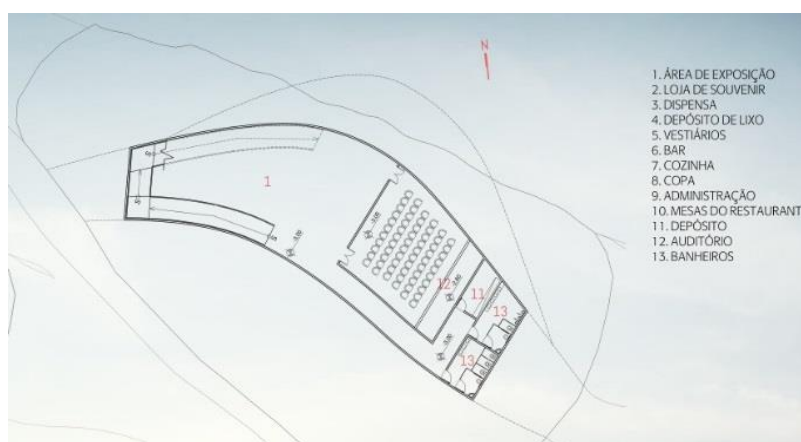


Figura 48: Planta baixa do subsolo (sem escala).

Fonte: Equipe Dileitante, concurso 008 do Portal Projetar.org (2014) - Disponível em: <<https://projetar.org/arquivos/44c0786489029c3ac2695212e4cc37a7.jpg>> Acesso em 18 maio 2017.

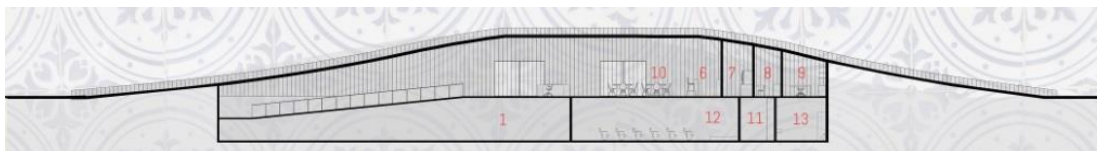


Figura 49: Corte esquemático - forma, relação dos pavimentos e topografia (sem escala).

Fonte: Equipe Diletante, concurso 008 do Portal Projetar.org (2014) - Disponível em: <<https://projetar.org/arquivos/44c0786489029c3ac2695212e4cc37a7.jpg>> Acesso em 18 maio 2017.

4.4. Cais Turístico e Fluvial de Folgosa, Portugal (2012).

Arquitetos: Saraiva + Associados Portugal

Localização: Peso da Régua, Portugal

Autores: Miguel Saraiva e equipe

Ano do projeto/conclusão: 2012

Área do projeto: 400 m²

Contexto: A cidade de Peso da Régua, localizada no Norte de Portugal, se encontra na região do Douro, mundialmente conhecida pelo seu vinho, pela beleza de suas paisagens e considerada pela UNESCO, patrimônio da humanidade (ARCHDAILY, 2014). A cidade é considerada a capital da região onde se produz o Vinho do Porto, comportando-se como destino turístico voltado aos vinhedos e à presença do Rio Douro, que corta a região, oferecendo ambiente propício à apreciação das paisagens conformadas. O Cais da Folgosa fica às margens do rio e é utilizado para a ancoragem de embarcações turísticas e de recreio, sendo iniciativa do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos - IPTM para atrair as pessoas que percorrem o Douro de barco, visando o desenvolvimento da atividade turística no município⁵⁸.

Objetivos: O projeto visou a reformulação e a requalificação do Cais já existente, regularizando o tratamento paisagístico da parte do terreno que margeava o rio e ainda, adicionou uma rampa de acesso à água e criaram o que eles chamam de zona turística (ARCHDAILY, 2014). “O projeto procurou apresentar-se como *‘uma solução arquitetônica moderna’*, mantendo a utilização de materiais tradicionais como a pedra e a madeira. *‘A ideia foi criar um terraço panorâmico sobre a água’*, nas palavras dos arquitetos” (GUERRA, 2014).

58

Informações disponíveis em:
<http://www.dourovalley.eu/Modulos/INESC_Controlos/INESC_GeoDouro/DataAccess/ShowPOI.aspx?id=8049&data_inicio=24-01-1912&data_fim=24-01-2112&iframe=true> Acesso 20 maio 2017.

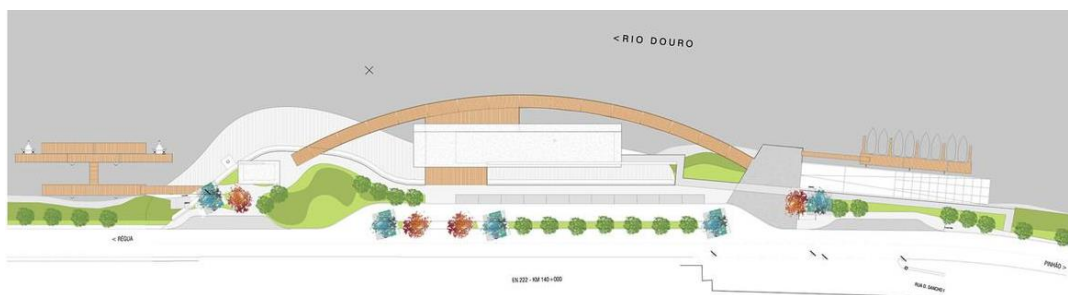


Figura 50: Implantação do Cais da Folgosa (sem escala).

Fonte: Saraiva + Associados (s/d). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/628072/cais-turistico-e-fluvial-da-folgosa-saraiva-mais-associados>> Acesso em: 20 maio 2017.

Principais características do projeto (ARCHDAILY, 2014):

- “[...] o arquiteto Miguel Saraiva emprega reducionismo nas formas e nas cores, usando formas inteiramente monocromáticas, criando um dinamismo com as formas geométricas conferindo-lhes a ideia de movimento” (FIDALGO, 2014 p. 160);
- “A grande volumetria do edifício foi anulada com as suas linhas minimalistas, diminuindo a sua presença no vale, integrando-se plenamente na paisagem” (FIDALGO, 2014 p. 158);
- o projeto é composto por dois cais (fluvial e turístico) e pela zona turística, que é suspensa sobre a água;
- a zona turística é formada por dois edifícios: um destinado a um bar/restaurante, dotado de infraestrutura de apoio aos cais, e o outro, uma área de apoio ao lazer e à recreação;
- o edifício do bar/restaurante foi construído em estrutura metálica apoiada em pilares de concreto armado que saem da água. O seu acesso se dá por um passadiço largo que conforma um grande deck;
- o edifício do bar/restaurante comporta um grande salão, um bar em formato quadrado, setor de apoio (cozinha, praça de garçons, depósitos e vestiários) além de sanitários. A vedação é feita em panos de vidro que permitem o contato visual com a paisagem
- a partir deste deck pode-se acessar uma passarela curva que liga o cais fluvial ao cais turístico, permitindo um percurso sobre o rio e a apreciação da paisagem (uma espécie de mirante);
- a passarela termina no quiosque da área de apoio, cujo uso pode ser diverso: comercial e como centro de informações turísticas;

- as áreas adjacentes aos edifícios são tratadas com jardins e paisagismo em linhas curvas, com uma leitura mais orgânica, acompanhando as margens do rio.



Figura 51: Croqui e elevação principal do projeto.

Fonte: Saraiva + Associados (s/d). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/628072/cais-turistico-e-fluvial-da-folgosa-saraiva-mais-associados>> Acesso em: 20 maio 2017.

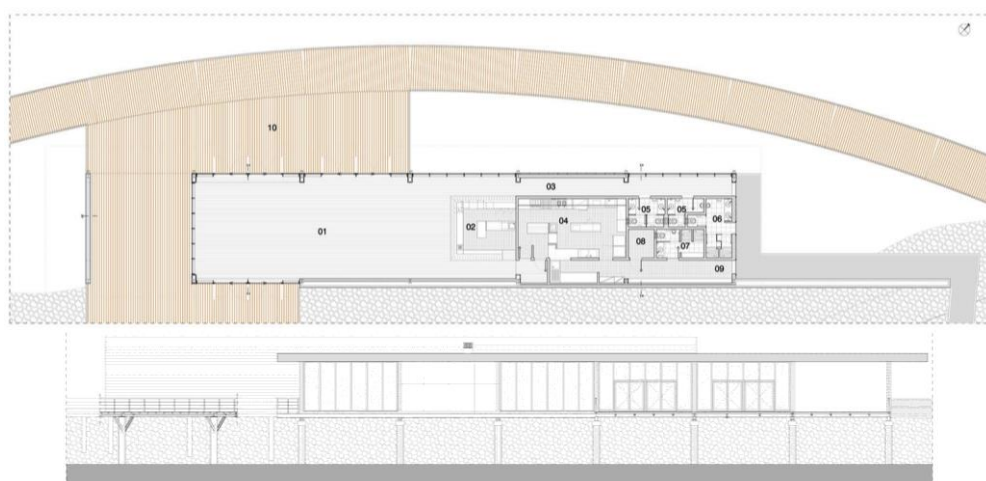


Figura 52: Planta baixa e corte longitudinal do bar/restaurante (sem escala).

Fonte: Saraiva + Associados (s/d). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/628072/cais-turistico-e-fluvial-da-folgosa-saraiva-mais-associados>> Acesso em: 20 maio 2017.

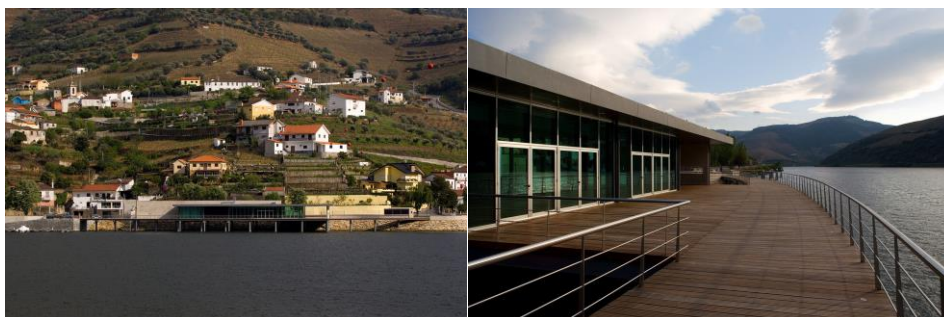


Figura 53: A relação do projeto com o rio e com a paisagem.

Fotos: Fernando Guerra (2014). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/628072/cais-turistico-e-fluvial-da-folgosa-saraiva-mais-associados>> Acesso em: 20 maio 2017.

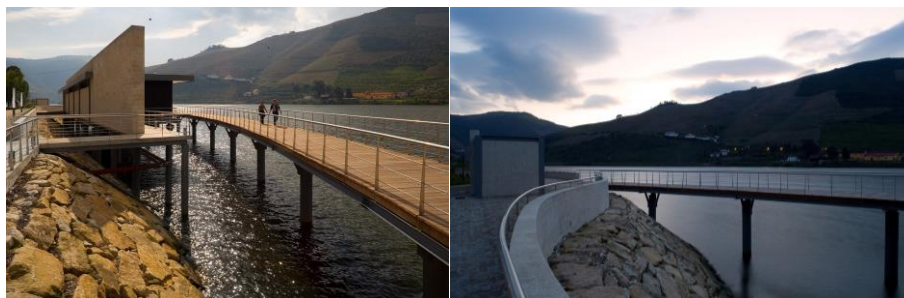


Figura 54: Os edifícios do bar/restaurante e do centro de informações turísticas.

Fotos: Fernando Guerra (2014). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/628072/cais-turistico-e-fluvial-da-folgosa-saraiva-mais-associados>> Acesso em: 20 maio 2017.

4.5. Considerações gerais.

Os projetos de revitalização urbana (tópicos 4.1 e 4.2) reforçam a importância do tratamento urbanístico e paisagístico da área de implantação de um equipamento público. As propostas além de valorizar e impulsionar o desenvolvimento das áreas intervindas, permitiu a oferta de infraestrutura para o uso pleno dos espaços de lazer, esporte, contemplação e turísticos criados.

O projeto de revitalização das margens do Lago Paprocany na Polônia traz formas e traçados inusitados e usa da ideia de aproximar as pessoas com o lago: através disso, a intervenção além de atuar na relação entre os usuários e o meio ambiente, possibilita gerar consciência de preservação de um bem que é público. De uma maneira diferente, porém sob objetivos próximos, o Projeto da Orla do Lago Guaíba traz propostas mais intensas: a instalação de grandes equipamentos e de intervenções em maior escala foi fundamental para a recuperação da área. O projeto é uma necessidade para Porto Alegre: as margens do Lago Guaíba representam não só uma importância recreativa para a população, mas também uma significativa referência histórica e urbana, atuando diretamente no funcionamento e na estruturação da cidade. A proposta deixa claro que a combinação entre planejamento, projetos emblemáticos e a apropriada oferta de infraestrutura urbana são essenciais para a construção de espaços urbanos que permitem a qualidade de vida acoplada ao desenvolvimento das cidades.

Por outro lado, a atenção no desenvolvimento dos equipamentos (tópicos 4.3 e 4.4) que compõem estes complexos de uso recreativo e turístico, é também de suma importância. O tratamento adequado destas áreas somado a objetos arquitetônicos simbólicos são essenciais para a qualidade destes espaços. Os

exemplos estudados estão diretamente relacionados aos mananciais que margeiam, por isso, apresentam soluções que buscaram o respeito e a valorização do bem natural – o que é bastante adequado. A proposta desenvolvida pela equipe Dileitante para o InfoPoint da Lagoa da Pampulha, lida ainda com pré-existências de valor simbólico tão grande quanto o da Lagoa. A alusão às formas da Igrejinha e os acessos/espços propostos dão ao projeto caráter criativo: alimentam-se de referências consolidadas para produzir algo completamente novo e inusitado. Isso é ferramenta chave para a atração de visitantes ao local e ainda, para a potencialização do seu uso turístico - que é um dos objetivos do equipamento.

O Cais da Folgosa além de apresentar conceitos distintos do InfoPoint da Pampulha, traz também usos mais específicos ao contexto da proposta. Focado em enriquecer a infraestrutura para o turismo náutico na região, o projeto aposta em traços mais contemporâneos que contrastam à paisagem. Porém, o uso de materiais que aludem à natureza, assim como a transparência dos panos de vidro, permite e potencializa o contato com o rio. Além disso, a implantação (suspenso, como se estivesse flutuando) e os percursos permitidos pelo projeto (passarelas e decks que tornam-se mirantes) permitem experiências impactantes, que além de dar suporte à atividade turística, constrói-se como um espaço distinto e representativo.

A função desta etapa foi a de criar repertório projetual assim como oferecer parâmetros que possam estruturar as futuras análises da área de projeto, portanto, estudar projetos que tratassem sob diferentes formas o espaço a ser intervindo, sobretudo atrelados a realidades (projetos nacionais e internacionais, executados ou não, e com concepções e respostas projetuais diferentes) e escalas diferentes (cidades de grande porte e pequeno porte, complexidade das demandas e extensão das áreas de projeto) foi determinante para as informações e análises aqui desenvolvidas.

5. Diretrizes Projetuais.

Este capítulo tratará os temas, o diagnóstico da área e diretrizes do projeto a ser desenvolvido no TCC II – Trabalho de Conclusão de Curso II, cujo resultado é reflexo das discussões e dos estudos realizados nesta primeira etapa do trabalho. O projeto se divide em duas propostas: a implantação de um Centro de Apoio ao Turista às margens do Lago dos Encantos em Boa Esperança (MG) e a requalificação urbana dos espaços do entorno.

5.1. Temas do Projeto.

5.1.1. Centro de Apoio ao Turista: equipamento público de apoio ao turismo.

A oferta de produto turístico é fator indispensável para o funcionamento da atividade turística. Este, entendido como “o conjuntos de bens e serviços que estão à disposição do turista” (BARRETO, 1998 p. 49) é formado por vários componentes que desempenham papel fundamental na prestação de serviço turístico de qualidade (GOHR *et al.*, 2009). Dentre estes componentes, a informação é um dos elementos centrais: ela possibilita a comunicação entre o destino e o turista, configurando-se como uma importante ferramenta de atração e satisfação dos visitantes de determinado lugar (HU *apud* GOHR *et al.*, 2009).

Visando responder a estas demandas, surgem estruturas direcionadas à orientação, à informação e ao apoio destes visitantes. Estes serviços são prestados pelos chamados centros ou postos de apoio/informação/referência ao turista. Considerados como essenciais no desenvolvimento da atividade turística, estes equipamentos são “responsáveis pelas informações que orientam os turistas em uma localidade” (GOHR *et al.*, 2009 p. 174) e têm a função de:

[...] fornecer informações turísticas; prestar serviço de agências de viagens (reservas de serviços em estabelecimentos turísticos - meios de hospedagem, traslados, serviços de guias de turismo, reservas em *shows* e outros eventos, dicas de atrativos turísticos); disponibilizar banheiros; e

disponibilizar serviços de alimentação (restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniências) (LUCCA FILHO *apud* GOHR *et al.*, 2009 p. 174-175).

As informações turísticas mais procuradas, segundo Lucca Filho (2005 *apud* GOHR *et al.*, 2009 p. 175) “são sobre: meios de hospedagem, atrativos naturais, atrativos histórico-culturais, equipamentos de alimentação, equipamentos de lazer e entretenimento” e têm relação direta com as empresas, instituições, organizações e recursos turísticos (MONTEJANO *apud* GOHR *et al.*, 2009). Além de oferecer guias turísticos, mapas e encartes sobre a cidade e seus atrativos, o equipamento pode oferecer também a venda de serviços e pacotes turísticos.

O recolhimento de dados estatísticos da atividade também pode ser feito nestes centros de apoio. A medição do fluxo de visitantes e da sua satisfação subsidiam as políticas públicas, privadas e de investimentos no setor. Isso permite que a atividade funcione com consonância às suas demandas e promova a eficaz adequação dos serviços prestados – essenciais para o seu sucesso e evolução.

Sobre o espaço físico dos centros de apoio ao turista, Fernández Fúster (1985 *apud* LUCCA FILHO, 2005) afirma que ele deve conter no mínimo uma recepção, sala de reuniões/exposições, escritório para a administração, arquivo, sanitários e serviços de informação. Ainda segundo ele (p. 4), o ideal é conter:

- [1] setor de atenção ao público: vestiários, sanitários, salas, balcões, serviços de informática;
- [2] setor de escritórios para as atividades administrativas e informacionais por telefone, fax, telex, sistema de informação, videotexto, etc;
- [3] arquivo e material de propaganda;
- [4] arquivo geral;
- [5] banco e base de dados informatizados.

Os centros de apoio permitem o contato primário entre o turista e o destino turístico, funcionando “como importante estrutura de utilidade pública para [os visitantes] [...] e também para os moradores. Sua linguagem arquitetônica deve ser singular, dialogando com a cultura local, principalmente para se diferenciar do horizonte urbano habitual” (Projetar.org, 2014 p. 3).

O *staff* de um [Centro de Apoio ao Turista] deve ser sempre receptivo e sua infraestrutura deve ser multifuncional, visando recepcionar pessoas de diferentes culturas e com diferentes necessidades. Devido à dinamicidade das cidades atuais, novas versões [destes equipamentos] não se restringem somente a um balcão com funcionários, mas também contam com café, loja de *souvenirs*, espaço de exposições sobre o local, sanitários, dentre outros (Projetar.org, 2014 p. 3)

O que se pode perceber é que, além dos espaços voltados à informação turística propriamente dita, os centros de apoio passam a incorporar outros ambientes, tornando-se também uma possibilidade de experiência ao visitante, ou melhor, incluindo entretenimento aos usuários sob a forma de espaços de exposição que podem contar a história do lugar, expor trabalhos de artistas locais e funcionar como um meio de difusão da cultura local.

Isso fica evidente até mesmo nas políticas públicas voltadas à promoção da atividade turística no Brasil: juntamente com os centros de apoio ao turista, a Portaria do MTur⁵⁹ Nº 112 (2013), coloca os centros de cultura, museus, casas de memória, centros de convenções, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e os mirantes públicos dentro do grupo de edificações de uso público ou coletivo destinadas a atividades indutoras de turismo. Estas edificações estão compreendidas dentro da modalidade de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística definidas pela Portaria e, que visam a transferência de recursos financeiros para a execução de obras de infraestrutura turística pelo programa PAC⁶⁰ Turismo (BRASIL, 2015).

Devido à complexidade das atividades dos [Centros de Apoio ao Turista] e à sua importância para o turismo, o tipo de informação e a forma como ela é fornecida influenciam na qualidade percebida dos diferentes destinos turísticos. Atualmente, a qualidade em serviços turísticos tem recebido uma atenção cada vez maior por parte dos pesquisadores e empresários do setor, pois tem uma relação direta com a satisfação do turista em sua estadia na localidade (GOHR *et al.*, 2009 p. 175).

5.1.2. Requalificação urbana: intervenções urbano-paisagísticas na área entorno do equipamento público.

“A estruturação da cidade contemporânea depende [...] de grandes projetos urbanos estratégicos. O valor estratégico de tais projetos está subordinado [...] à sua capacidade de provocar transformações significativas no espaço metropolitano, aumentando seu poder de atratividade e influência” (MEYER 2000 *apud* SOTRATTI, 2015). Estas melhorias urbanas devem estar contempladas no planejamento das cidades, construindo um sistema que atue de acordo com os interesses e potencialidades do espaço urbano. “Por meio de uma refuncionalização dirigida e

⁵⁹ Ministério do Turismo.

⁶⁰ Programa de Aceleração do Crescimento.

estratégica, o emprego de funções vinculadas ao capitalismo global, como turismo, cultura, negócios, comércio e residências, é incentivado nessas ações de planejamento urbano” (SOTRATTI, 2015).

A requalificação urbana é sobretudo um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e econômica. Procura a (re)introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área (sendo frequentemente apelidada de uma política de centralidade urbana) (MOURA et al., 2006 p. 20).

A valorização destas áreas, ainda segundo Moura *et al.* (2006 p. 20), acontece aos níveis econômicos, culturais, paisagístico e social, na medida em que se propõem usos atrelados a atividades econômicas rentáveis (turismo), relacionadas a um patrimônio (cultura) e que possibilitam a “produção de espaços públicos com valor de centralidade” (qualidade urbana). Este é o objetivo desta proposta: readequar os espaços existentes, valorizá-los e permitir atividades que visem a sua construção como espaço público de qualidade à comunidade e aos visitantes.

A instalação do Centro de Apoio ao Turista requer diretrizes urbanas na sua área de implantação, oferecendo parâmetros às tomadas de decisões, enriquecendo a infraestrutura local e ainda, garantindo a evolução e o sucesso das atividades propostas. Apesar de a área possuir demandas de infraestrutura, ela já é bastante utilizada pela população, assim, as intervenções visam dar suporte e maior visibilidade ao equipamento, incentivando e reforçando seus usos.

[...] o patrimônio é o elemento central do modelo: através de sua refuncionalização, acompanhada pela manutenção e modernização de suas formas originais, o patrimônio cultural refuncionalizado possibilita a inserção de atividades de amplo interesse da sociedade contemporânea. Dentre estas atividades, o turismo representa – conforme o discurso da requalificação/revitalização urbana – a forma de ressaltar a identidade local e, ao mesmo tempo, conduzir as áreas dotadas de patrimônio cultural a novas dimensões de desenvolvimento (SOTRATTI, 2015).

5.1.3. Justificativa dos temas.

Como já foi apresentado, a cidade de Boa Esperança (MG) apresenta grande potencial turístico. A variedade de atrativos, assim como as potencialidades que eles

representam, possibilitou, ao longo dos anos, que o turismo fosse visto como atividade econômica promissora.

Visando o desenvolvimento da atividade e da economia do município, o seu planejamento, os investimentos em infraestrutura e a busca pela qualidade dos serviços sempre foi uma necessidade. Porém, o atual quadro da atividade ainda revela várias demandas: falta de infraestrutura urbana e de apoio, deficiências na oferta de sinalização e informações turísticas, necessidade de melhorias na prestação de serviços turísticos, dentre outros (PMBE, 2017).

A partir desta realidade e da importância que a oferta de infraestrutura turística tem para a promoção do turismo é que se sugere as propostas em questão. O Centro de Apoio ao Turismo e a requalificação urbana do seu entorno visam incrementar a atividade turística em Boa Esperança e ainda, buscam desenvolver a incipiente infraestrutura de apoio que a cidade oferece.

A requalificação urbana busca aperfeiçoar os espaços às margens do Lago dos Encantos que atualmente, possuem algumas deficiências: mobiliário urbano degradado ou faltoso, iluminação inadequada (ambiente é escuro à noite), problemas relacionados à acessibilidade e ainda, falhas na infraestrutura urbana básica (vias e calçadas irregulares, falta de sinalização, etc.). Enquanto o Centro de Apoio possibilita o recebimento e a orientação dos visitantes do local, com o devido suporte, prestando a atenção primária e básica ao turista que ali chega.

Contudo, não se pretende dar ao equipamento somente o caráter de um Centro de Informações ao Turista, mas sim, propor-lhe uso misto: um Centro de Apoio ao Turista equipado com salas de exposição e espaços que possam contar a história da cidade, oferecendo também espaços de uso cultural.

A cidade já conta com um local que guarda fotos, documentos e registros históricos de Boa Esperança: a Casa da Cultura. O prédio é localizado no Centro da cidade, de estilo neocolonial e em bom estado de preservação, contudo, ele funciona somente nos dias de semana e em horário incompatível de visitação para a maioria dos visitantes (que frequentam a cidade nos fins de semana e feriados) e da própria população (horário comercial) – o que torna o contato com este acervo dificultado. Daí a ideia de inserir o uso cultural junto ao equipamento: ele criará espaços voltados à exposição da história e memória de Boa Esperança, como também espaço para expor o trabalho de artistas e artesões locais (uma atividade bastante exercida na cidade e sem lugar para divulgação). A intenção é tratar o

ambiente destinado à memória da cidade como um espaço de exposição permanente e o outro, voltado a exposições temporárias (galeria) possibilitando o incentivo à cultura e à identidade local, valorizando a história de Boa Esperança e ainda assim, promovendo o conhecimento da mesma pelos turistas.

O que vale frisar é que os projetos não são destinados somente ao público turístico. A requalificação urbana e a oferta de infraestrutura enriquecem espaços públicos que já são bastante utilizados pela comunidade, e, além disso, dotam a cidade com um importante instrumento para o seu desenvolvimento. Atrelados à atividade turística, estes espaços objetivam atrair maior número de visitantes e conferir maior qualidade nos serviços prestados, podendo gerar vários retornos à população como a geração de empregos, renda e até mesmo a promoção da imagem da cidade.

A proposta parte do entendimento de que, o turismo e um bom planejamento são uma das ferramentas mais eficazes na valorização da cultura local, do meio ambiente e que podem gerar consciência de preservação por parte da população e dos próprios visitantes, transformando-os em agente protetor e promovedor do patrimônio da cidade (LIMA, 2009).

5.2. A área de intervenção.

A área de intervenção é localizada às margens do Lago dos Encantos, especificamente na sua porção orientada ao Sul. O recorte proposto é delimitado pela Rua Capitão Neves indo em sentido à Avenida Juscelino Kubitschek (Avenida Beira Lago) até as proximidades da Rua Domingos Mensora - onde se localiza a Praia do Bicano. O percurso compreende aproximadamente 850 m de extensão, e nele, estão compreendidos o terreno destinado ao Centro de Apoio ao Turista e o calçadão ao longo da Beira Lago.

Devido às obras de reestruturação urbana necessárias com a formação do Lago, o recorte delimitado aqui foi contemplado com a execução de aterros e o ajardinamento das margens e terrenos adjacentes. Estas intervenções proporcionaram a formação de grandes áreas livres, que atualmente, configuram-se como espaços verdes. Contudo, na medida em que as propostas desejam reforçar o

uso turístico da região, essas diretrizes visam incrementar a infraestrutura existente e valorizar mais ainda o local.

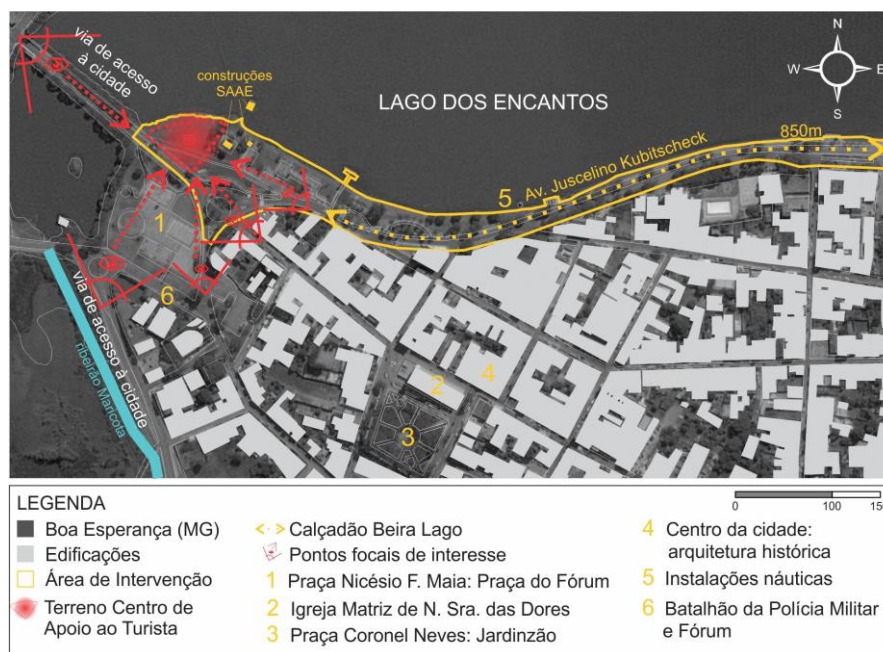


Figura 55: Mapa da área de intervenção do projeto.

Fonte: BING MAPS. Boa Esperança (MG) - Modificada pelo autor. Disponível em: <<https://www.bing.com/maps>> Acesso em 20 maio 2017.

A área destinada à implantação do equipamento tem cerca de 2500 m² e topografia plana (o terreno está localizado em uma área de aterro). A delimitação do terreno foi feita de forma que fosse aproveitada a área livre confrontante a algumas construções do SAAE⁶¹ presentes no local, além de um pára-raios que deverá ser realocado posteriormente. Nas demais localidades do recorte serão trabalhadas as diretrizes de requalificação urbana que envolverá estudos voltados à mobilidade, acessibilidade, mobiliário urbano, paisagismo e claro, à preservação do Lago.

A escolha desta área foi com base em três motivos principalmente:

- (1) o contato com a paisagem conformada pelo Lago dos Encantos;
- (2) o seu fácil acesso para quem chega à cidade e para quem mora nela;
- (3) e por dotar de áreas em potencial para a construção do equipamento.

Buscou-se o contato espacial e visual direto com o Lago como uma forma de aproximar o usuário do bem turístico, com facilidades ao acesso e ao uso não só da área intervinda, mas como também, de outros pontos turísticos que estão próximos ao recorte (Igreja Matriz, Casa da Cultura, arquitetura histórica da cidade, bares e

⁶¹ Serviço de Autônomo de Água e Esgoto de Boa Esperança (MG).

restaurantes mais frequentados). Além destes aspectos, como a área já possui uso consolidado, possibilita maior contato com os usuários e dá ainda maior destaque ao empreendimento.



Figura 56: Fotos panorâmicas do local do terreno escolhido (destaque em vermelho) - vista da Avenida JK e da Rua Capitão Neves, respectivamente.

Fonte: Acervo do autor (2017).

5.2.1. Diagnóstico e caracterização da área.

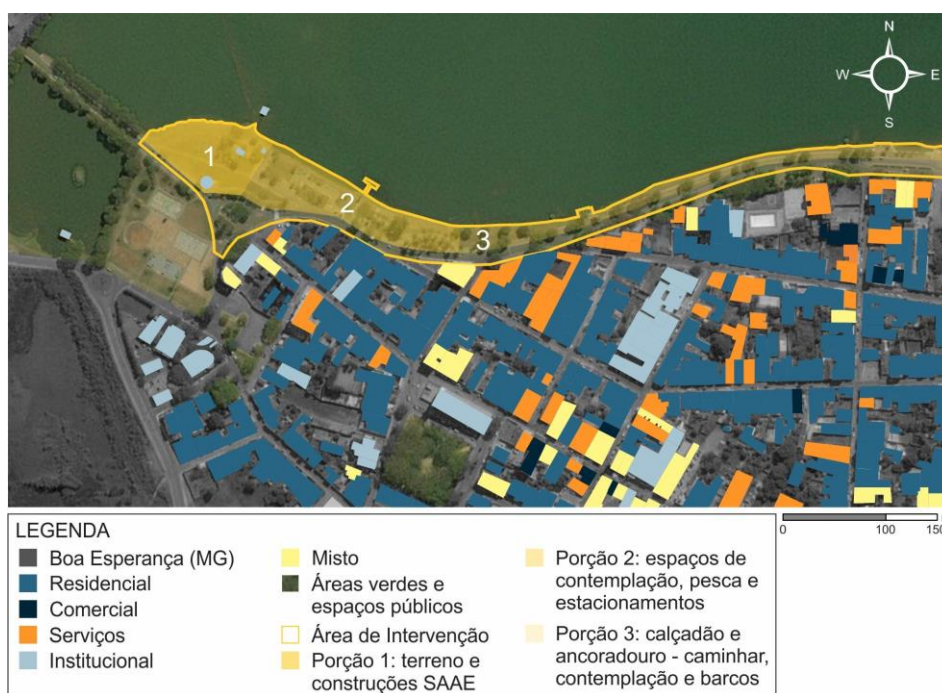


Figura 57: Mapa de usos do entorno da área de intervenção.

Fonte: BING MAPS. Boa Esperança (MG) - Modificada pelo autor. Disponível em: <<https://www.bing.com/maps>> Acesso em 20 maio 2017.

Usos: a área escolhida possui principalmente uso residencial, porém, é uma região da cidade que é dotada de restaurantes, bares e vários espaços públicos: calçadão, praças e áreas verdes. O uso institucional também é bastante presente: o Batalhão da Polícia Militar, o Fórum e a Igreja Matriz. Os comércios se concentram

mais próximos à Rua Direita, onde o uso das edificações é na sua grande maioria misto (residencial e comercial ou serviços).

Em relação à área de intervenção, baseando nos seus usos, podemos dividi-la em três porções: (1) área que se localiza o terreno escolhido para o Centro de Apoio ao Turista, as construções do SAAE (emissário e casa de bombas) e o relógio solar; (2) a área conhecida como o 'quadrado' (uso contemplativo), para a pesca (estrutura em 'T') e para o caminhar (início do calçadão); e (3) a área compreendida por toda a extensão do calçadão e o ancoradouro para embarcações, cujo término é na Praia do Bicano, com outro espaço de contemplação.

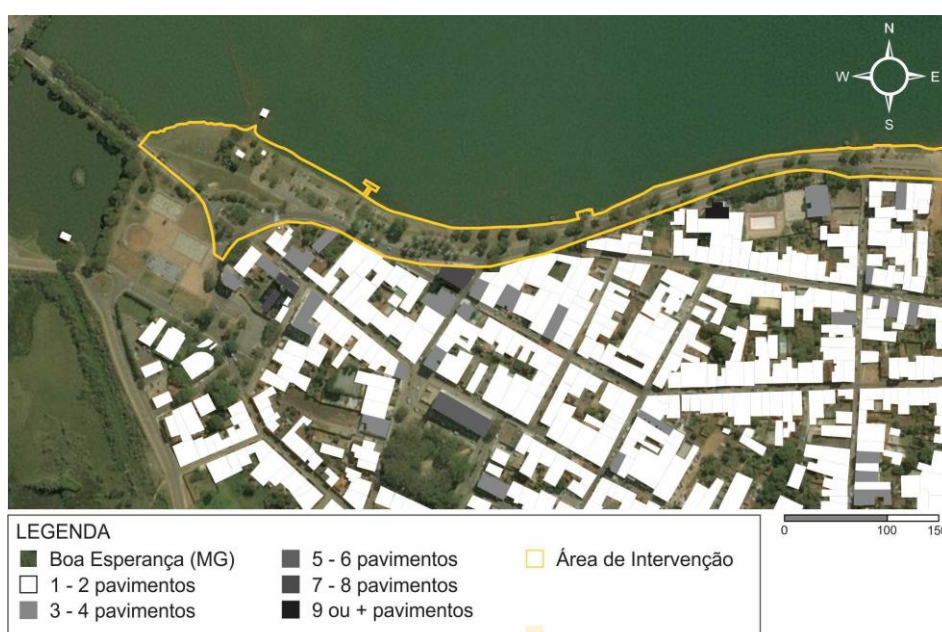


Figura 58: Mapa de gabaritos do entorno da área de intervenção.

Fonte: BING MAPS. Boa Esperança (MG) - Modificada pelo autor. Disponível em: <<https://www.bing.com/maps>> Acesso em 20 maio 2017.

Gabaritos: tem o predomínio de edificações de um e dois pavimentos, conferindo uma área com baixos gabaritos. Mesmo sendo uma das áreas mais adensadas da cidade, são encontrados poucos edifícios, sendo estes, alcançando no máximo 15 pavimentos (edifício mais alto da cidade e localizado no entorno analisado).

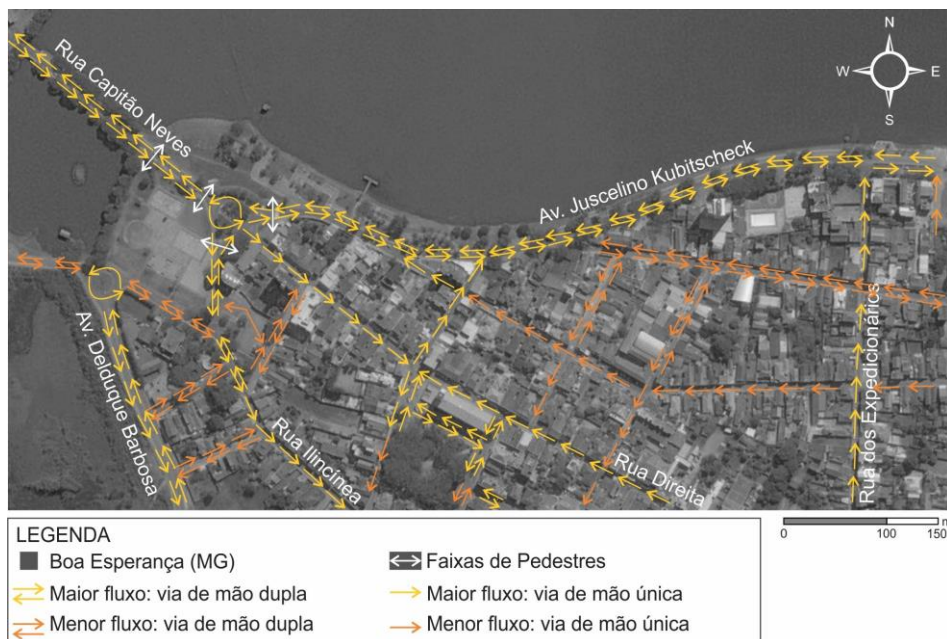


Figura 59: Mapa de fluxos do entorno da área de intervenção.

Fonte: BING MAPS. Boa Esperança (MG) - Modificada pelo autor. Disponível em: <<https://www.bing.com/maps>> Acesso em 20 maio 2017.

Fluxos: por estar localizada no Centro da cidade e conter algumas das suas principais vias, a área configura fluxo de veículos e pessoas mais intensos. Ao longo da Beira Lago há a presença de quebra-molas para a redução da velocidade, porém, pouquíssimas faixas de pedestres, prejudicando-os em atravessar a avenida.

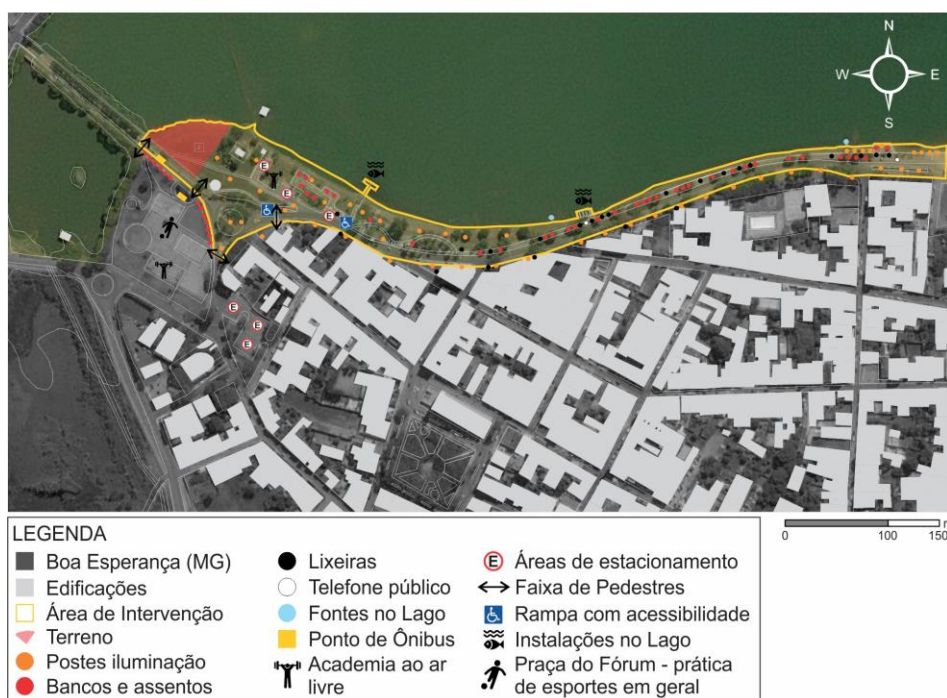


Figura 60: Mapa de mobiliário urbano da área de intervenção.

Fonte: BING MAPS. Boa Esperança (MG) - Modificada pelo autor. Disponível em: <<https://www.bing.com/maps>> Acesso em 20 de maio de 2017.

Mobiliário urbano: é variado e concentrado principalmente no calçadão da Beira Lago. Ele é composto por bancos, lixeiras, telefones públicos (dois), além das instalações dentro do Lago para pesca, embarcações e as fontes (duas) (Figuras 61 e 62). Os pontos de ônibus se encontram na Rua Capitão Neves.

Há dois tipos de banco em todo o percurso: os de concreto (quadrados, em 'L' ou lineares) e os em concreto e madeira (individuais ou conectados aos canteiros com uma árvore no centro). Os postes de iluminação ocorrem em dois tipos também: os de iluminação da rua e os de menor escala (nível do observador). Porém, há falhas na iluminação dos espaços. Estão presentes também próximos ao local, mobiliário (academias) e infraestrutura (quadras) para a prática de esportes e exercícios físicos.



Figura 61: Fotos do mobiliário urbano do recorte de intervenção.

- (1) Banco modular de madeira e concreto;
- (2) Academia ao ar livre;
- (3) Bancos em concreto localizados na área conhecida como 'quadrado';
- (4) Bancos em madeira e concreto acoplados aos canteiros do calçadão da Beira Lago.

Fonte: Acervo do autor (2017).



Figura 62: Fotos do mobiliário urbano do recorte de intervenção.

- (1) Ancoradouro para embarcações de pequeno porte;
- (2) Instalação para pesca;
- (3) Bancos modulares de madeira e concreto em 'U' (área de contemplação);

(4) Fonte localizada no Lago dos Encantos.

Fonte: Acervo do autor (2017).

Infraestrutura urbana: a área de intervenção escolhida possui boa oferta de infraestrutura urbana: oferece iluminação pública em todo o percurso, calçadas largas, mobiliário urbano variado, vias arborizadas, etc. Porém, vários destes elementos apresentam deficiências. A partir das visitas de campo, os problemas observados foram:

- desgaste da pavimentação de vias e calçadas: buracos, calçamento irregular (pedras portuguesas deslocadas), materiais inapropriados e problemas de acessibilidade (Figura 63);

- presença de fortes odores nas proximidades do terreno escolhido, devido à presença da estação elevatória do esgoto da cidade;

- deficiências na acessibilidade dos espaços: inexistência de rampas acessíveis, vagas exclusivas para PNE⁶², sinalização adaptada e presença de obstáculos ao longo dos percursos (canteiros no meio da calçada, buracos e desníveis);

- mobiliário urbano bastante degradado: materiais deteriorados, peças quebradas ou faltosas, lixeiras em péssimo estado de conservação, etc. (Figura 64);

- iluminação pública deficiente: os postes de iluminação das vias (que se concentram do lado oposto ao calçadão) se encontram muitas vezes acima das copas das árvores, tornando os espaços escuros à noite. A área demanda maior quantidade de postes na escala do observador (iluminar mais o chão) e ainda, na extensão do calçadão (que é a calçada mais utilizada);

- estruturas para pesca e os ancoradouros para barcos mal conservados, sem proteções no acesso, sem guarda-corpo, podendo gerar acidentes graves.

⁶² Portadores de Necessidades Especiais.



Figura 63: Problemas da infraestrutura urbana do local.

- (1) Vias desgastadas e com buracos;
- (2) Calçadas e faixa de pedestres bastante desgastadas;
- (3) Pavimentação dos estacionamentos esburacada;
- (4) Calçadas e estacionamentos desnivelados e esburacados.

Fonte: Acervo do autor (2017).



Figura 64: Desgaste do mobiliário urbano existente.

- (1) Instalação para pesca sem guarda-corpo;
- (2) Bancos com peças faltantes (placas de madeira do assento);
- (3) Ancoradouro quebrado e com parte já submersa;
- (4) Lixeiras enferrujadas e em ruim estado de conservação.

Fonte: Acervo do autor (2017).

Percurso: as fotografias buscam apresentar o trajeto de ida e volta pela área de intervenção. Destaca-se aqui o terreno (em vermelho), a forte relação dos espaços com o Lago dos Encantos, a presença das áreas verdes e a relação dos espaços a serem intervindos para com a paisagem conformada (Figura 65).



Figura 65: Fotos do percurso ao longo da área de intervenção.

Fonte: Acervo do autor (2017).

5.2.2. Fatores preponderantes ao projeto.

Por se tratar de uma área adjacente ao Lago de Furnas, surgem dois fatores preponderantes ao projeto: o primeiro deles é o fato do Lago ser tombado pelo Patrimônio Municipal e o segundo, pela área definida se encontrar dentro da faixa de segurança estabelecida por Furnas e também sob a forma de APP - Área de Proteção Ambiental. Com isso, o respeito às limitações para se intervir nestas áreas torna-se aspecto fundamental ao desenvolvimento do projeto.

Com o tombamento do “Conjunto Histórico e Paisagístico do Lago Artificial de Boa Esperança”, o bem ganha proteção legal e regulamentações do que deve “[...] ser evitado no sítio, mas também ações necessárias para a requalificação da área mais próxima ao centro da cidade, de forma a contribuir para a qualidade urbana, do Lago Artificial de Boa Esperança, tendo em vista especialmente a morfologia e a expansão desta área”⁶³. A partir de análises e estudos urbanos, foi proposta uma setorização dos espaços adjacentes ao bem: ela é baseada nos seus elementos urbanos e naturais, assim como nas formas de apropriação existentes. Os aspectos históricos, geográficos assim como os urbanos (parcelamento do solo, referenciais urbanos e ocupação) estão também dentre os critérios para a definição dos setores.



Figura 66: Mapa de setorização do entorno do Lago Artificial de Boa Esperança.

Fonte: Texto complementar ao Dossiê de Tombamento do Lago dos Encantos (s/d).

A partir disso, foram traçadas diretrizes gerais que determinam a preservação da paisagem construída, dos pontos de observação, ou seja, das visadas, valorizando o patrimônio e o seu valor cultural como também as áreas verdes, os

⁶³ Trechos retirados do texto complementar ao Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico do Lago Artificial de Boa Esperança (s/d).

espaços públicos e a morfologia urbana de toda a área. O recorte proposto está inserido, no Setor 1 e deve respeitar as seguintes normativas:

Setor 1

Limites: início da Rua Capitão Neves - Praça Nicésio F. Maia, no sentido sudeste com a Avenida Juscelino Kubitschek, finalizando na Rua Tenente José de Souza Figueiredo e cota 800 (785 para a parte velha da cidade - Setor 1 a 5)

Trata-se do setor de maior importância do município, pois é a área mais antiga da cidade e nele concentram-se o maior número de bens de interesse de preservação e em que há a proteção de conjunto e/ou bens isolados.

Por caracterizar-se como uma ambiência mais homogênea, os planos e projetos previstos para essa área estarão sujeitos a normas mais rígidas, que deverão ter um caráter mais restritivo visando proteger características marcantes como a homogeneidade e leitura urbana, por meio de:

- Preservação do traçado urbano e a situação atual quanto ao macro parcelamento.
- Coibição de desmembramentos e remembramentos de lotes, salvo quando essas medidas restaurem a configuração original dos mesmos.
- O gabarito predominante no setor deverá ser respeitado e utilizado como limitante para as novas construções.
- As intervenções propostas devem partir do pressuposto de recuperar os imóveis existentes, adaptando-os aos novos usos propostos, mas de forma que essas adaptações não prejudiquem sua leitura nem destruam seus elementos de valor.
- Novas inserções serão baseadas pelas "faces de quadra", ou seja, terão como condicionantes as edificações vizinhas ao lote para o qual está sendo proposta, e que balizarão seu projeto. Este deverá estar em harmonia com o conjunto no qual está inserido em suas características volumétricas e de acabamento, devendo dialogar com os imóveis do entorno, e não competir com eles.
- Os prédios considerados como referenciais urbanos, já destacados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio, não poderão ser destruídos nem ter sua visibilidade obstruída (Texto complementar ao Dossiê de Tombamento do Lago dos Encantos, s/d).

Além destas questões ligadas à proteção do Lago como patrimônio do município, sabe-se que de acordo com o Código Florestal (Lei Nº 12.551 de 25 de maio de 2012), há restrições quanto às intervenções nas margens de recursos hídricos, pois estas são consideradas APPs. Segundo a Lei Federal, para lagos e lagoas urbanas deve-se respeitar na faixa mínima de 30 metros do corpo hídrico. Para se intervir nestas áreas, deve obter autorização nas Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad/UF) por meio da Superintendência Regional de Regularização Ambiental (Supram/UF) e somente em casos de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental.

Enquadra-se em intervenções de interesse social, a implantação de infraestrutura pública de esporte, lazer e atividades educacionais e culturais, e estas, devem garantir o mínimo impacto ambiental nos moldes definidos pela resolução do

Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 369: o que torna a inserção do objeto e das intervenções urbanas em discussão totalmente cabíveis.

5.3. Programa de necessidades e pré-dimensionamento básico.

Tabela 6: Pré-dimensionamento dos ambientes do Centro de Apoio ao Turista por setor.

Setores	Setor de Atenção ao Turista	Setor Cultural	Setor Administrativo	Setor de Apoio
Centro de Apoio ao Turista	Recepção (30 m ²) Foyer (100 m ²) Loja (30 m ²) Café (30 m ²) Sanitários (18 m ²)	Espaço de memória (60 m ²) Galeria dos artistas locais (60 m ²)	Administração (12 m ²) Sala de reuniões (12 m ²) Arquivo (12 m ²) Almoxarifado (6 m ²)	Cozinha (30 m ²) Despensa (6 m ²) Copa (6 m ²) DML (6 m ²) Depósito de lixo (6 m ²) Vestiários (30 m ²)
Total	208 m ²	120 m ²	42 m ²	84 m ²
	454 m ² + 30% (vedação e circulação) = 590,20 m ² (1)			

(1) Áreas sujeitas a alterações no transcorrer do projeto.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A princípio, o edifício destinado ao Centro de Apoio ao Turista conta com aproximadamente 600 m², enquanto o terreno, cerca de 2500 m². Nesta área sobressalente, será proposto um novo espaço público, ou melhor, uma área que se integre aos espaços já existentes e conecte o equipamento à dinâmica do recorte de intervenção. Funcionando como uma praça, ela permitirá o uso da área entorno do Centro de Apoio e ainda, a sua comunicação com a Avenida Beira Lago.

Já o projeto de requalificação urbana, buscará o tratamento das questões levantadas no diagnóstico realizado, de forma a reestudar a infraestrutura urbana local e propor as seguintes medidas:

(1) melhorar as condições das vias, calçadas, sinalização e iluminação pública, de forma a oferecer melhores condições de uso e permitir maior qualidade aos espaços públicos. Deverão ser estudadas as condições de pavimentação, os materiais a serem utilizados, a permeabilidade do solo e, sobretudo, as condições de acessibilidade que estes elementos proporcionam.

(2) estudar diretrizes para o controle de odores na região. Esse controle pode ser feito através de mecanismos químicos e/ou biológicos e deve estar atento à

preservação da qualidade da água do Lago dos Encantos, permitindo assim o confortável uso da área e do equipamento, além de solucionar um problema urbano que há anos incomoda a população.

(3) estudar a mobilidade das vias locais e os fluxos existentes na área, readequando a sinalização (placas, faixas de pedestres e demarcação dos estacionamentos) e melhorando as condições para o fluxo seguro de pedestres.

(4) propor novos e mais adequados modelos de mobiliário urbano para as lixeiras, totens informativos, de sinalização (principalmente a turística, hoje inexistente) e para as instalações de pesca e o ancoradouro. Para os bancos, que são peças que representam identidade ao local, a ideia é estudar materiais de maior durabilidade e sustentáveis, que mantenham esta unidade do conjunto, mas que possam proporcionar maior conforto e segurança ao usuário.

(5) trabalhar os acessos e os percursos na área, sobretudo em torná-los acessíveis e permitir o livre trânsito de pessoas. A criação de guias rebaixadas, de sinalização adaptada, de guarda-corpos em áreas muito próximas às margens ou ao próprio Lago e ainda, da setorização das faixas de calçada (faixa livre e de serviços) são algumas das propostas neste aspecto.

(6) elaborar um projeto paisagístico que confira integração das áreas criadas à ambiência local, de forma valorizar a vegetação existente e também, tratar questões relacionadas ao comportamento das espécies (floração, perenidade, tipo de raiz, etc.) e da segurança dos usuários (atração de insetos, galhos e folhas pelo chão, odores, etc.).

(7) promover a garantia da preservação ambiental e cultural do Lago dos Encantos e seu entorno, de forma que as intervenções valorizem, promovam e preservem este patrimônio que é tão importante para Boa Esperança (MG).

5.3.1. Descrição dos ambientes: Centro de Apoio ao Turista.

1) Setor de Atenção ao Turista: é o setor direcionado ao atendimento e à prestação de serviços turísticos - informação, alimentação e venda de pacotes/passeios turísticos.

- **Recepção:** é o espaço voltado ao fornecimento de informações turísticas. Funciona como um guichê (cabines e balcão) e visa atender os usuários que

precisam de quaisquer informações turísticas (atrativos, horários de funcionamento, trajetos/caminhos, possíveis eventos, onde comer, onde se hospedar, etc.).

- **Foyer:** é um espaço de espera e de convivência. Se torna um ambiente comum, distribuidor dos fluxos, além de criar também um lugar de descanso ao visitante.
- **Loja:** devido à demanda encontrada, dedica-se um espaço para a venda de produtos turísticos: de *souvenirs* até pacotes/passeios de pessoas/empresas que prestam este tipo de serviço (passeios de barco, aluguel de embarcações, idas a Serra, promoção de restaurantes, bares e hotéis, etc.). O espaço possibilita a venda de produtos voltados ao ramo, visando facilitar o contato empresário/turista e ainda, prestar atendimento de qualidade.
- **Café:** espaço junto ao Foyer que serve pequenos lanches, bebidas e doces. Torna-se também uma espécie de “espaço turístico” uma vez que se deseja que os produtos ali servidos serão da culinária local, permitindo ao visitante conhecer os sabores e os costumes da região. Destacam-se aqui os quitutes, doces e o café de Boa Esperança (MG).
- **Sanitários** (separados por gênero): destinar 5% a PNE, conforme a ABNT NBR 9050⁶⁴.

2) Setor Cultural: leva este nome por compreender os espaços voltados à história, memória e cultura de Boa Esperança (MG). Dotarão de funcionários responsáveis pelo acompanhamento das visitas e pela organização e promoção das exposições e acervos disponíveis.

- **Espaço de memória:** um espaço voltado à história da cidade que é tão rica, porém, muito pouco difundida e que a maioria da própria população desconhece. Nele poderão estar expostas fotografias, peças ou até mesmo estruturas interativas que possam conectar passado e presente, construindo então como um espaço não só voltado ao uso turístico, mas também como um lugar de visita dos próprios moradores da cidade.

⁶⁴ ABNT NBR 9050 – Associação Brasileira de Normas Técnicas – Norma Brasileira 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário e espaços e equipamentos urbanos (2015).

- **Galeria dos artistas locais:** é o espaço voltado à exposição de artistas e artesões locais. Funcionará como um espaço de exposições temporárias, permitindo que vários trabalhos possam ser divulgados. É uma forma de explorar a arte local e ainda, incentivar a cultura dorense.

3) Setor Administrativo: é o setor responsável pela administração do Centro de Apoio ao Turista.

- **Administração:** sala do administrador do equipamento.
- **Sala de Reuniões:** sala para pequenos encontros e discussões internas.
- **Arquivo:** sala para se guardar documentos e registros das atividades. Esse espaço tem importante função no Centro uma vez que ele permite que dados da atividade turística da cidade possam ser armazenados e posteriormente consultados, possibilitando futuros estudos do desenvolvimento do setor na cidade.
- **Almoxarifado:** sala destinada ao armazenamento de produtos e equipamentos de uso interno. Uma espécie de estoque.

4) Setor de Apoio: compreende os ambientes que prestam apoio às atividades realizadas no Centro de Apoio ao Turista.

- **Cozinha:** presta apoio ao café. É a cozinha para o preparo dos pratos e bebidas servidas.
- **Despensa:** presta apoio ao café. Onde se estoca os produtos e alimentos para o preparo dos pratos e bebidas servidas.
- **Copa:** presta apoio ao Centro. É o espaço para refeições e descanso dos funcionários do local.
- **DML:** depósito de material de limpeza.
- **Depósito de Lixo.**
- **Vestiários** (separados por gênero): presta apoio ao Centro. É o espaço para os funcionários trocarem de roupa, contando com armários individuais e também com sanitários⁶⁵ - destinar 5% a PNE, conforme a NBR 9050.

⁶⁵ NR 24 - Norma Regulamentadora Nº 24: Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr24.htm>> Acesso em 07 jun. 2017.

5) Estacionamentos (para os visitantes e funcionários): se propõe o compartilhamento dos estacionamentos públicos já existentes na área. Além de estarem próximos ao terreno do Centro de Apoio, comportam boa quantidade de veículos (24 vagas). Se levarmos em consideração da necessidade de 1 vaga por 40m² de área construída, chega-se ao número de 15 vagas. Deste número total, serão destinados 5% a PNE (1 vaga).

TOTAL DE VISITANTES – 100.

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS – 22.

Setor de Atenção ao Turista: 4 recepcionistas, 1 segurança; 2 atendentes, 1 vendedor e 1 caixa (Loja); 2 atendentes e 1 caixa (Café).

Setor Cultural: 2 guias.

Setor Administrativo: 1 administrador, 1 secretária, 1 arquivista.

Setor de Apoio: 3 cozinheiros, 1 faxineiro, 1 zelador.

Estacionamento: 15 vagas.

5.3.2. Setorização e fluxograma.

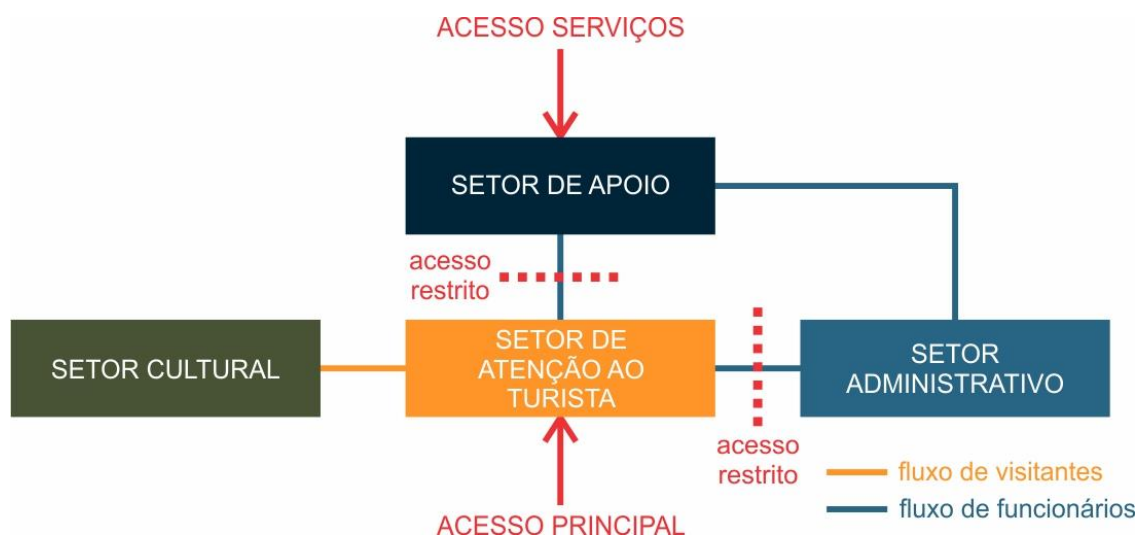


Figura 67: Setorização do Centro de Apoio ao Turista.

Fonte: Elaborada pelo autor.

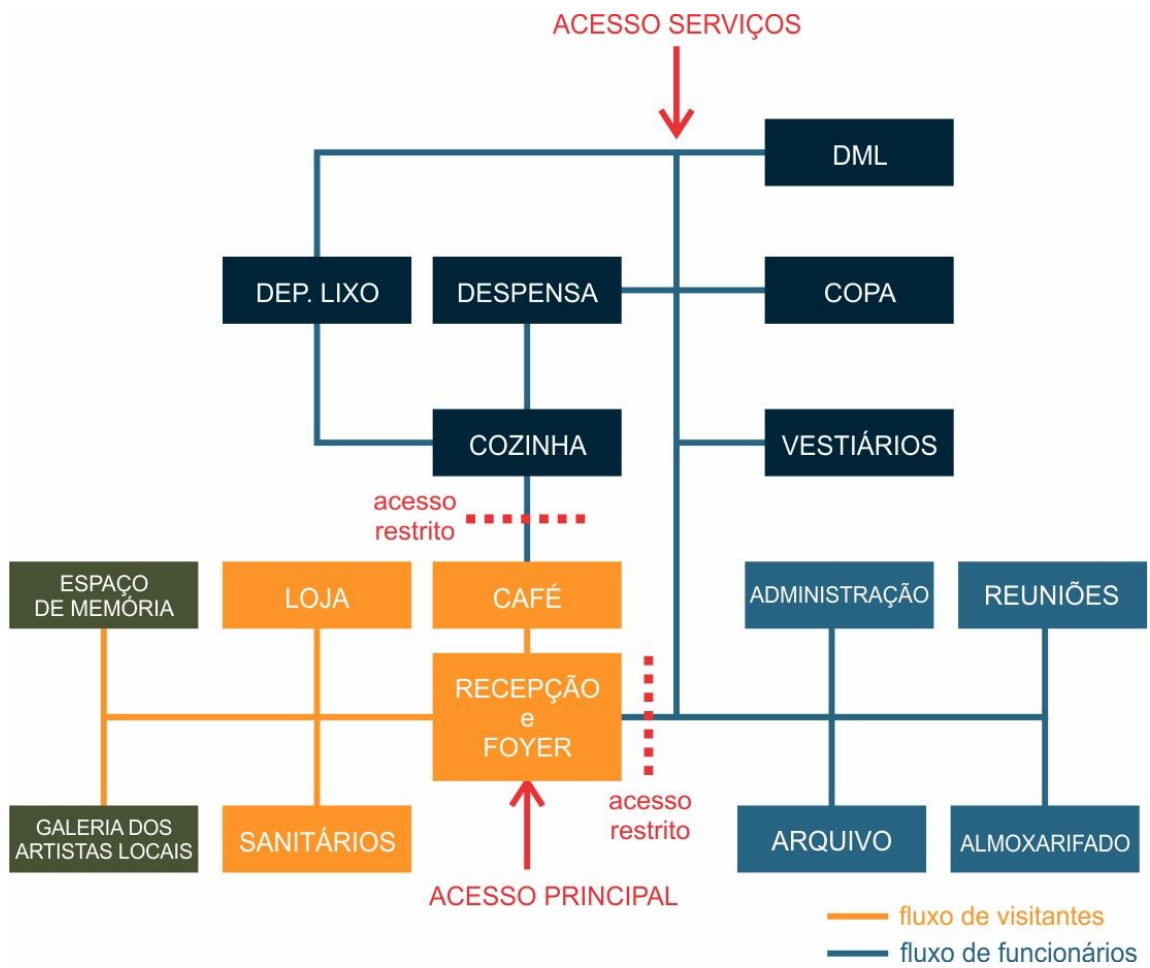


Figura 68: Fluxograma do Centro de Apoio ao Turista.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conclusão.

Pode-se concluir que a relação entre os conceitos de paisagem, cultura e turismo é íntima. As paisagens se constroem e são constantemente modificadas a partir das diferentes necessidades humanas estabelecidas em diferentes momentos da história. Estes aspectos, carregados de filtros sociais e bagagens culturais, são fatores importantes no entendimento da construção dos lugares turísticos. A partir do momento em que uma paisagem representa singularidade na percepção, ela passa a conotar admiração e atração aos seus visitantes.

Para que o fenômeno turístico aconteça são necessários além da existência dos atrativos, o planejamento e a oferta de condições mínimas de uso aos visitantes destes lugares. As infraestruturas (urbana e turística), neste sentido, tornam-se importantes elementos na construção dos espaços turísticos, pois fomentam a base material para o funcionamento da atividade. Enquanto isso, o planejamento gerencia todo este conjunto, permitindo o seu transcorrer harmonioso, definindo suas dimensões, seus focos de atuação e ainda, a sua evolução (SIVIERO, 2006).

Se o que o turista busca é o bem-estar e o prazer nas suas visitas, as cidades termais e os balneários – que historicamente representam uso turístico –, oferecem estas sensações a partir da relação com a água. Relação esta não só presente no turismo, mas como também no desenvolvimento dos primeiros aglomerados humanos: a água é um bem dotado de fortes simbolismos e que sempre expressou atração, possuindo diferentes usos e funções ao longo dos tempos (a geração de energia elétrica é um deles).

Boa Esperança (MG) assistiu grandes e drásticas transformações com a construção da hidrelétrica de Furnas. As inundações atingiram parte da sua área urbana inicial, trazendo além das modificações na paisagem, uma nova dinâmica urbana. A presença do Lago passa a ser fator determinante na morfologia e na ocupação, além de influenciar toda a economia do município (que teve suas terras mais férteis submersas). Apesar dos impactos negativos, grandes oportunidades foram criadas: a atividade turística toma maiores proporções e a cidade passa a receber cada vez maior número de visitantes, gerando renda e empregos à população. Além disso,

às margens do reservatório foram criados espaços públicos voltados ao lazer e à prática de esportes, que atualmente, são bastante utilizados pela comunidade.

Mesmo com a variedade de atrativos turísticos, a cidade sempre demandou planejamento e investimentos no setor – isso fica evidente nas pesquisas de demanda turística realizadas recentemente pela Prefeitura Municipal. Os espaços turísticos devem estar dotados de bens e serviços que possam bem receber e bem atender seus visitantes, o que torna evidente a necessidade de Boa Esperança oferecer melhor infraestrutura urbana e de apoio, além de qualidade na prestação dos serviços turísticos. Os estudos de caso aqui analisados reforçam a importância do tratamento urbano e paisagístico desses espaços turísticos: a valorização dos bens e a oferta de equipamentos atuam no fortalecimento destes usos e no sucesso da atividade.

A análise e diagnóstico da área de projeto definida reafirmam as demandas que Boa Esperança possui: infraestrutura urbana degradada e incipiente infraestrutura turística. Pensando nisso é que se propõe o desenvolvimento do projeto de um Centro de Apoio ao Turista para a cidade que vise enriquecer essa oferta de infraestrutura e proponha o melhor atendimento dos seus visitantes. Acompanhado da requalificação dos espaços urbanos, o que se busca é incentivar o uso turístico da área definida, dando suporte e visibilidade ao equipamento proposto e ainda, promover a imagem da cidade como um verdadeiro produto turístico.

Bibliografia.

ALAGO. Associação dos Municípios do Lago de Furnas. *Boletim da Alago*, ano II, n. 5, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.alago.org.br/imagens/file/Boletim5.pdf>> Acesso em 28 abr. 2017.

ALAGO. Associação dos Municípios do Lago de Furnas. **Plano Diretor: Apresentação.** Disponível em: <http://www.alago.org.br/default.asp?act=pagina&page=planodiretor_apresentacao> Acesso em 28 abr. 2017.

ANDRADE, Jorreiny. **A importância do planejamento turístico.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-importancia-do-planejamento-turistico/77111/>> Acesso em 17 abr. 2017.

ARCHDAILY BRASIL. **Reurbanização da orla do lago Paprocany / RS+** [Paprocany Lake Shore Redevelopment / RS+]. 2016. (Trad. Delaqua, Victor). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/794563/reurbanizacao-da-orla-do-lago-paprocany-rs-plus>> Acesso em 16 maio 2017.

ARCHDAILY BRASIL. **Cais Turístico e Fluvial de Folgosa / Saraiva + Associados** [Fluvial and Tourist Quay of Folgosa / Saraiva + Associados]. 2014. (Trad. Delaqua, Victor). Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/628072/cais-turistico-e-fluvial-da-folgosa-saraiva-mais-associados>> Acesso em 20 maio 2017.

BAPTISTA, Márcio; CARDOSO, Márcia. **Rios e Cidades:** uma longa e sinuosa história... *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124-153, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20-2/05-rios-e-cidades-marcio-baptista-adriana-cardoso.pdf>> Acesso em 26 abr. 2017.

BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.** 11 Ed. São Paulo: Papirus, 1998. 164p.

_____. **Planejamento e Organização em Turismo.** 4 Ed. São Paulo: Papirus, 1999. p. 47-62.

BRASIL. **PAC TURISMO** - Manual de Instruções para Celebração e Execução do Termos de Compromisso. Ministério do Turismo: Departamento de Infraestrutura Turística - DIETU. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/manualpacturismo.pdf>> Acesso em 14 jun. 2017.

CASTRO, Iná Elias de. **Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política.** In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Paisagem e Turismo. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.121-140.

CRUZ, Rita de Cássia A. da. **As paisagens artificiais criadas pelo turismo.** In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Paisagem e Turismo. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p. 107-119.

DIAS, Roberto T. Pinto. **Visão de síntese sobre a problemática da motivação turística.** *Percursos & Ideias*, n. 1 - 2ª série, p. 117-141, jan. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235975514_Visao_de_sintese_sobre_a_problemativa_da_motivacao_turistica> Acesso em 30 mar. 2017.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo.** Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRITTO, Monique Cristine; FERREIRA, Cássia de Castro M. **Paisagem e as diferentes abordagens geográficas.** *Revista de Geografia - PPGEU*, Juiz de Fora, v. 2, n.1, p. 1-10. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2011/12/Revista_Geografia_Dez-2011_-_Monique_Cristine_de_Britto1.pdf-51.pdf> Acesso em 30 mar. 2017.

EQUIPE DILETANTE. **Prancha de apresentação do projeto do 1º colocado do Concurso 008 do portal Projetar.org:** InfoPoint da Pampulha. 2014. Disponível em: <<https://projetar.org/vencedores/24/Infopoint+da+Pampulha+-008>> Acesso em 18 maio 2017.

FIDALGO, Ana Cristina M. L. **A relação estética das artes plásticas na arquitetura de Miguel Saraiva.** 2015. Tese (Doutorado) - Doutorado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, Faculdade de Engenharia, Covilhã, 2014. 221 p. p. 157-161. Disponível

em:<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3295/1/A_Rel%C3%A7%C3%A3o_Est%C3%A9tica_das_Artes_P%C3%A1sticas_na_Arquitadura_de_Miguel_Saraiva.pdf> Acesso em 20 maio 2017.

FUHRMANN, C. V.; RIBEIRO, M. A. J. **A importância do planejamento da atividade turística.** In: Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu, 8. Foz do Iguaçu, 04 a 06 de junho de 2014. 12p. Disponível em: <<http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/2.-A-IMPORT%C3%82NCIA-DO-PLANEJAMENTO-DA-ATIVIDADE-TUR%C3%8DSTICA.pdf>> Acesso em 17 abr. 2017.

FURNAS, Centrais Elétricas S.A. **A empresa:** Quem somos. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/frmEMQuemSomos.aspx>> Acesso em 28 abr. 2017.

FURNAS, Centrais Elétricas S.A. **Edição Especial - 50 anos de Furnas.** *Revista Furnas*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 337, editor e coordenador de conteúdo Eduardo Franklin Correia, fev. 2007. 17 p. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/rf337_57-67.pdf> Acesso em 28 abr. 2017.

GUERRA, Fernando. **Um cais panorâmico no Peso da Régua.** 2014. Disponível em:<<http://p3.publico.pt/cultura/arquitadura/13900/um-cais-panoramico-no-peso-da-regua>> Acesso em 20 maio 2017.

GOHR, Cláudia F.; SANTOS, Luciano C.; VEIGA, Mariana F. **A informação como um elemento chave para a qualidade do produto turístico:** uma análise dos postos de informações turísticas do município de Florianópolis/SC. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 169-186, maio./ago. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/834>> Acesso em 14 jun. 2017.

GORSKI, Frederico Teixeira. **As imagens da orla do Guaíba no projeto de Jaime Lerner.** 2012. Disponível em: <<http://jardimdecateia.com.br/arquitetura/asimagensdaorladoguaiba/>> Acesso em 17 maio 2017.

LEMOS JÚNIOR, Clésio Barbosa. **A implantação da Usina hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões** : estudo sobre a territorialização de políticas públicas. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000778319>>. Acesso em 27 abr. 2017.

LIMA, André Luiz. **Impactos ambientais associados à Usina Hidrelétrica de Três Irmãos**: o fenômeno da ação e reação. 2003. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/257905/1/Lima%2C%20Andr%3F%20Lu%3Fs.pdf>> Acesso em 27 abr. 2017.

LIMA, Josana de Oliveira. **Sustentabilidade ambiental na atividade turística**: um olhar sobre o Projeto Orla. 2007. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/191/1/2007_JosanaOliveiraLima.pdf>. Acesso em 14 mar. 2017.

LUCCA FILHO, Vinicius de; VIERA, Angel F. G. **Centros de Informações Turísticas**: Revisão da Literatura. 2005. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt7-centros-de-informacoes.pdf>> Acesso em 14 jun. 2017.

MILAGRES, Vanesa Rios; SOUZA, Lucas Barbosa. **Ensaio sobre a paisagem e o turismo**: uma viagem além das disciplinas. *Revista Geografia*, Londrina, v. 21, n.1, p. 37-63, jan./abr. 2012. Disponível <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9209> > Acesso em 30 mar. 2017.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, turismo e litoral**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Paisagem e Turismo. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.181-213.

MAIA, Rander. **História do Lago de Boa Esperança**. 2016. 4 p.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **A paisagem como fato cultural**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Paisagem e Turismo. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p. 29-64.

MELO, Vera Lúcia M. de Oliveira. **A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas**. In: Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina, X. Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. 20p. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/27.pdf>> Acesso em 26 abr. 2017.

MELLO, Sandra Soares de. **Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização de corpos d'água**. 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008. 348p. p. 100-145; 300-313. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1608>> Acesso em 26 abr. 2017.

METZGER, Jean Paul. **O que é ecologia das paisagens?** *Revista Biota Neotropia*, São Paulo, v. 1, n. 1 e 2, p. 1-9. 2001. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/fullpaper?bn00701122001+pt>> Acesso em 26 abr. 2017.

MOURA, D.; GUERRA, I.; SEIXAS, J.; FREITAS, J. M. **A Revitalização Urbana: Contribuições para a Definição de um Conceito Operativo**. *Cidades - Comunidades e Territórios*, Lisboa, n. 12/13, p. 15-34, dez. 2006. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3428/1/Cidades2006-12-13_Moura_al.pdf> Acesso em 14 jun. 2017.

MUNIZ, Elaine Cristina. **Requalificação das margens do Lago de Furnas na cidade de Fama - MG**. 2007. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia, Juiz de Fora, 2007. 81 p.

NIETO, Elisa García. **The Best Way to Design a Lakefront for a City**. 2016. (Trad. do Autor). Disponível em: <<https://landarchs.com/the-best-way-to-design-a-lakefront-for-a-city/>> Acesso em 16 maio 2017.

OLIVEIRA, Marlene. **Pelas ruas de Boa Esperança: o centro**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2011.

PAIVA, Ricardo A.; VARGAS, Heliana C. **Os agentes produtores e consumidores do “espaço turístico”**. In: CinCci - Colóquio Internacional sobre comércio e cidade: Uma relação de origem, III. Heliana C. Vargas (Org.). São Paulo, 8 a 10 de setembro de 2010. 12p. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/045-ricardo-paiva.pdf> Acesso em 17 abr. 2017.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana / Philippe Panerai**: tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p. – (Coleção arquitetura e urbanismo)

PERTILLE, Iara; LANZER, Rosane. **Turismo em reservatórios de hidrelétricas - uma reflexão sobre o múltiplo uso e os possíveis impactos ambientais**. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 4. Universidade de Caxias do Sul, 07 a 08 de julho de 2006. 11p. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT05-2.pdf> Acesso em 27 abr. 2017.

PERTILLE, Iara. **O uso turístico dos reservatórios de hidrelétricas: estudos dos terminais no lago de Itaipu, Paraná, Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007. 144p. p. 14-30. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/handle/11338/204>> Acesso em 27 abr. 2017.

PORATH, Soraia Leochelt. **A Paisagem de Rios Urbanos**. A presença do Rio Itajaí-Açú na cidade de Blumenau. 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. 150p. p. 23-33. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88115>> Acesso em 26 abr. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA - PMBE. **PMTUR: Plano Municipal de Turismo**. Boa Esperança (MG). 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/SPM - Secretaria de Planejamento Municipal. **Diretrizes Urbanísticas para a Orla do Guaíba no município de Porto**

Alegre. 2003. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=289> Acesso em 18 maio 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/SPM - Secretaria de Planejamento Municipal. **Relatório Orla:** Condições Atuais, Possibilidades e Instrumentos de Qualificação e o Resgate da Orla de Porto Alegre. 2007.

PROJETAR.ORG: portal de concursos para estudantes de arquitetura. **Editais do Concurso 008:** InfoPoint da Pampulha. 2014. 9 p. Disponível em: <https://projetar.org/concurso_ver/24/Infopoint+da+Pampulha+-008> Acesso em 18 maio 2017.

RIBEIRO JUNIOR, Leopoldo Uberto. **Contribuições metodológicas visando a outorga do uso de recursos hídricos para geração hidrelétrica.** 2004. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Engenharia de Energia, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2004. 153p. p. 1-75. Disponível em: <<http://cerpch.unifei.edu.br/dissertacoes/contribuicoes-metodologicas-visando-a-outorga-do-uso-de-recursos-hidricos-para-geracao-hidreletrica/>> Acesso em 28 abr. 2017.

SACCONI, Helen. Lago de Furnas (MG) atrai turistas várias partes do Brasil e do mundo. **Jornal Hoje.** 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/04/lago-de-furnas-mg-atrai-turistas-de-varias-partes-do-brasil-e-do-mundo.html>> Acesso em 02 maio 2017.

SILVA, Samantha. Moradores revivem passado com baixa do Lago de Furnas em MG. **Portal G1 Sul de Minas.** 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/10/moradores-revivem-passado-com-baixa-do-lago-de-furnas-em-mg.html>> Acesso em 28 abr. 2017.

SIVIERO, A. P. **Os elementos do espaço turístico no processo de planejamento:** reflexões teóricas e articulação. *Revista RA'EGA - O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v. 11, p. 51-59, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7747/5516>> Acesso em 17 abr. 2017.

SOUZA, Majô de. **Funasa poderá liberar recursos para obras de saneamento ambiental**. 2011. Disponível em: <<http://www.alago.org.br/?act=lenoticia&id=51>> Acesso em 28 abr. 2017.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. **Revitalização**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbeta).

TOSQUI, Patrícia. **Uma Breve História do Turismo**. *Dialogando no Turismo*, Rosana, v. 1, n. 4, p. 35-42, nov. 2007. Disponível <<http://www.rosana.unesp.br/Home/graduacao/turismo4761/revistadiologandonoturismo5272/v1n4a3.pdf>> Acesso em 30 mar. 2017.

VARGAS, Heliana Comin. **A complexidade do conhecimento: turismo, arquitetura e cidade**. In: Encontro da ANPARQ - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva, III. São Paulo, 20 a 24 de outubro de 2014. 13p. Disponível em: <<http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/08/2014-ENANPARQ-ST-AS-00-1-VARGAS.pdf>> Acesso em 17 abr. 2017.

YÁZIGI, Eduardo. **A importância da paisagem**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Paisagem e Turismo. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.11-127.

